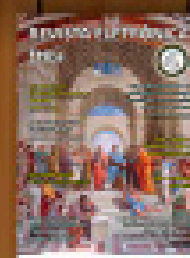
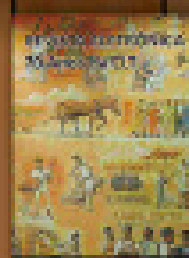
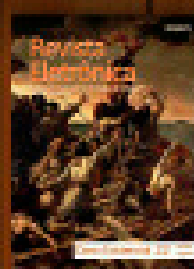
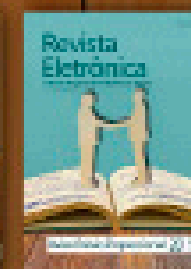
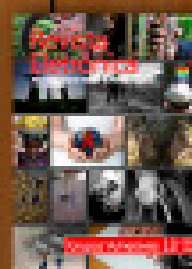
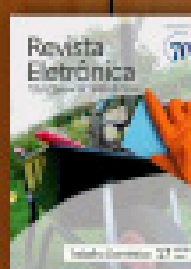
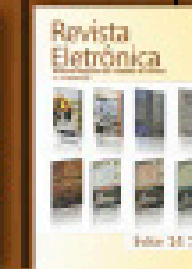
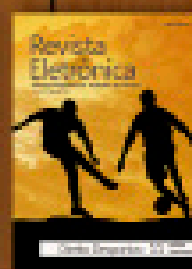


REVISTA ELETRÔNICA

Índice



Expediente

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO

CURITIBA - PARANÁ

ESCOLA JUDICIAL

PRESIDENTE

Desembargador ALTINO PEDROZO DOS SANTOS

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora ANA CAROLINA ZAINA

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargadora FÁTIMA TERESINHA LORO LEDRA
MACHADO

CONSELHO ADMINISTRATIVO BIÊNIO 2014/2015

Desembargador Célio Horst Waldraff (Diretor)

Desembargador Cássio Colombo Filho (Vice-Diretor)

Juiz Lourival Barão Marques Filho (Coordenador)

Juiz Titular Fernando Hoffmann (Vice-Cordenador)

Desembargador Arion Mazurkevic

Desembargador Francisco Roberto Ermel

Juíza Titular Suely Filippetto

Juiz Titular Paulo Henrique Kretschmar e Conti

Juíza Substituta Fernanda Hilzendegeer Marcon

Juíza Substituta Camila Gabriela Greber Caldas

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Desembargadora Marlene T. F. Suguimatsu-Diretora

Desembargadora Nair Maria Ramos Gubert

Juiz Cássio Colombo Filho

GRUPO DE TRABALHO E PESQUISA

Desembargador Luiz Eduardo Gunther - Orientador

Adriana Cavalcante de Souza Schio

Angélica Maria Juste Camargo

Eloina Ferreira Baltazar

Joanna Vitória Crippa

Juliana Cristina Busnardo de Araújo

Larissa Renata Kloss

Maria da Glória Malta Rodrigues Neiva de Lima

Simone Aparecida Barbosa Mastrantonio

Willians Franklin Lira dos Santos

COLABORADORES

Secretaria Geral da Presidência

Serviço de Biblioteca e Jurisprudência

Assessoria da Direção Geral

Assessoria de Comunicação Social

FOTOGRAFIA

Assessoria de Comunicação

Acervos online (Creative Commons)

APOIO À PESQUISA E REVISÃO

Eliane Aparecida da Silva Lima

Maria Ângela de Novaes Marques

Márcia Bryzynski

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Patrícia Eliza Dvorak

Apresentação

Com imensa satisfação apresentamos a Revista Eletrônica número 26, do TRT9, relativa a dezembro de 2013.

Como os leitores já puderam apreciar, a capa é bastante significativa. De autoria de Patricia Eliza Dvorak, registra de forma perfeita (numa estante) todas as anteriores edições de nossa Revista Eletrônica, da mais antiga (nº 1) para a mais recente (nº 25).

Podemos conhecer, numa só Revista, pelo índice acumulado, tudo o que foi publicado, através do índice alfabético, artigos por edição e autores por edição.

Experiência anterior, em dezembro de 2012 (número 14) do índice da revista em papel do TRT9 (que continua sendo publicada) foi muito bem recebida (mais de sete mil visitas). Naquela edição há índices remissivo, onomástico, por revistas e autores, por revistas e artigos.

Nesta edição da Revista Eletrônica também se traz registro fotográfico da nova diretoria da Escola Judicial em sua primeira reunião do Conselho Administrativo.

Pelos expedientes na abertura da Revista, podem-se ver os nomes dos novos dirigentes do Tribunal e da Escola Judicial para o biênio 2014/2015.

Também é possível acompanhar o extraordinário trabalho realizado pela Escola Judicial no biênio anterior (2012/2013) por meio do Relatório de Gestão, também aqui publicado.

Quanto aos números alcançados, a Revista está próxima de atingir meio milhão de visitas (são mais de 450.000 até o momento), com mais de 18.000 acessos por Revista em média.

Ninguém poderia antever que poderíamos (desde a primeira Revista, sobre ação civil pública, edição experimental, com 49.691 visitas) alcançar tanto prestígio junto ao nosso público.

Para 2014 programamos uma edição sobre HIV (janeiro-fevereiro) e uma sobre sustentabilidade (março).

O leitor pode receber a sua Revista de forma automática, basta abrir a aba direita superior da página inicial quando clicar em “Revista Eletrônica” no site do TRT da 9ª Região. Estão ali indicados os temas das próximas edições e o link intitulado “clique aqui”, que, quando acionado, mostra formulário para ser preenchido para que as próximas Revistas sejam encaminhadas de forma automática para o e-mail indicado.

O leitor também pode tecer comentários, clicando no menu (parte superior da página), em “comentários” (lado esquerdo do marcador do número de visitas).

Desejamos a todos os leitores que apreciem esta edição e que tenham um excelente 2014!



Luiz Eduardo Gunther
Coordenador do Grupo de Pesquisa da Revista Eletrônica

Índice

6	Índice Alfabético
19	Artigos por Edição
31	Autores por Edição
43	Relatório Gestão EJ
170	Registro Fotográfico

A

- ABRÃO, Carlos Henrique - Processo Eletrônico - 15ª Edição – Processo Eletrônico 53
- ALMEIDA FILHO, José Carlos De Araújo - Humano, Demasiadamente Eletrônico. Eletrônico, Demasiadamente Humano. A Informatização Judicial e o Fator Humano - 15ª Edição – Processo Eletrônico 84
- ALMEIDA, Thais de - Suicídio No Trabalho E Responsabilidade Do Empregador - 23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho 106
- ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de - A CLT e as Revistas Realizadas nos bens de uso pessoal do Empregado e nos bens de propriedade da Empresa - 24ª Edição – 70 Anos da CLT 77
- ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de - Direitos da Personalidade do Trabalhador e Correio Eletrônico - 19ª Edição – Correio Eletrônico 8
- ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de - Meio Ambiente do Trabalho Saudável e Equilibrado: Proteção à Saúde do Trabalhador - 23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho 42
- ANDRADE, Dárcio Guimarães de - Técnicas de Conciliações Trabalhistas - 9ª Edição – Conciliação II . 90
- ARANTES, Delaíde Alves Miranda - Trabalho Decente para os Trabalhadores Domésticos do Brasil e do Mundo - 17ª Edição – Trabalho Doméstico 41
- ARAUJO, Juliana Cristina Busnardo Augusto de - O Problema do Valor da Indenização por Dano Moral Devido à Pessoa Jurídica – 21ª Edição – Dano Moral 26
- ARAÚJO, Silvia Maria de - CLT: Uma Sociabilidade que Perdura (1943-2013) - 24ª Edição – 70 Anos da CLT 94

B

- BARACAT, Eduardo Milléo - Conciliação: Propostas Alternativas e Complementares - 7ª Edição – Conciliação 9
- BARACAT, Eduardo Milléo - Registro audiovisual dos depoimentos: fundamentos jurídicos - 15ª Edição – Processo Eletrônico 146

BARBAGELATA, Héctor-Hugo - Os atores e as Normas das Relações Individuais de Trabalho - 14ª Edição – Índice.....	185
BASTOS, Guilherme Augusto Caputo - As renovações e extensões unilaterais de contratos de trabalho e os chamados “Contratos de Gaveta” entre clubes e atletas - 11ª Edição – Direito Desportivo	9
BEZERRA, Schamkypou Bernardo - Revista Íntima como violação dos direitos fundamentais do trabalhador - 2ª Edição – Revista Íntima	26
BORBA, Inajá Oliveira de - A Questão do Valor Probatório de Documentos Eletrônicos e suas Reproduções - 15ª Edição – Processo Eletrônico	76
BORGES, Clara Maria Roman - A Criminalização do Trabalhador Informal Brasileiro na Copa de 2014 - 11ª Edição – Direito Desportivo	96
BOSKOVIC, Alessandra Barichello. VILLATORE, Marco Antônio César - Trabalho decente doméstico e a necessidade de mais legislação para o Brasil ratificar a convenção nº. 189 da organização internacional do trabalho e suas consequências sociais e econômicas - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	130
BRANDÃO, Cláudio - Processo Judicial Eletrônico: uma silenciosa revolução na Justiça do Trabalho - 15ª Edição – Processo Eletrônico	9
BRUGINSKI, Marcia Kazenoh - A Concretização do Direito Humano ao Trabalho Decente para os Empregados Domésticos Enfoque na Convenção 189 da OIT e na Emenda Constitucional 72/2013 - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	105
BRUGINSKI, Marcia Kazenoh - Assédio Moral no Trabalho - Conceito, Espécies e Requisitos Caracterizadores - 16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual.....	29

C

CALVET, Felipe Augusto - A evolução da legislação do trabalhador doméstico - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	88
CALVET, Felipe. GARCÍA, Eloá dos Santos Marques - Os 70 Anos Da Clt – Avanços e Retrocessos - 24ª Edição – 70 Anos da CLT	12

CALVO, Adriana - O Assédio Moral Institucional e a Dignidade da Pessoa Humana (Estudo do Assédio Moral Institucional sob a Ótica dos Direitos Fundamentais) - 23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho.....	153
CALVO, Adriana - O Conflito entre o Poder do Empregador e a Privacidade do Empregado no Ambiente de Trabalho - 19ª Edição – Correio Eletrônico.....	54
CAMPAGNOLI, Adriana de Fátima Pilatti Ferreira. MANDALOZZO, Silvana Souza Netto - Sexo e Poder nas Relações de Emprego – uma breve análise sobre o assédio sexual - 16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual.....	148
CARBALLIDO, Manuel E. Gándara - Repensando Los Derechos Humanos Desde Las Luchas - 24ª Edição – 70 Anos da CLT.....	17
CARMO, Julio Bernardo do - Setenta Anos da CLT, Uma Retrospectiva Histórica - 24ª Edição – 70 Anos da CLT	65
CARNEIRO, Maria Francisca – Ética – resgate e atualidade do conceito – 25ª Edição – Ética -	76
CARNEIRO, Maria Francisca - Mediação como Renovação do Conceito de Justiça: uma Abordagem Transdisciplinar Fundamentada na Filosofia - 9ª Edição – Conciliação II	96
CARVALHO, Patrícia Oliveira Cipriano de - Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho. Particularidades e Competência - 1ª Edição – Ação Civil Pública.....	69
CHAVES, Luciano Athayde - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – 8 Edição – Execução Trabalhista	29
CHAVES, Manoel Matos de Araujo - Algumas Considerações sobre o Princípio do Contraditório no Processo Eletrônico - 15ª Edição – Processo Eletrônico.....	170
CLAUS, Ben-Hur Silveira - A desconsideração da personalidade jurídica na execução trabalhista: alguns aspectos teóricos e aplicação prática - 8ª Edição – Execução Trabalhista.....	98
COELHO JÚNIOR, Hélio Gomes - Trabalho Doméstico: a emenda que piorou o soneto - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	188
COELHO, Luciano Augusto de Toledo - A relação de emprego doméstico e a Emenda Constitucional	

72 – primeiras impressões - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	32
COELHO, Luciano Augusto de Toledo – JUIZ, TAMBÉM UM RÉU – 25ª Edição – Ética	57
CHAVES, Daniela Lustoza Marques de Souza – SOLIDARIEDADE E RESPONSABILIDADE: UM OLHAR SOBRE OS FUNDAMENTOS ÉTICOS DA MAGISTRATURA – 25ª Edição – Ética	59
COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - Aviso Prévio Proporcional: reflexões - 20ª Edição – Aviso Prévio Proporcional	56
COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - Dano existencial e a jornada de trabalho - 22ª Edição – Dano Existencial.....	52
COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - O Direito dos Povos na Terceira Dimensão dos Direitos Humanos: Tolerância e Respeito para Inclusão Social - 18ª Edição – Grupos Vulneráveis.....	79
COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - O trabalho doméstico: impressões sobre a Convenção 189 da OIT como fonte material e a alteração da legislação brasileira com enfoque na limitação da jornada de trabalho - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	46
COUTINHO, Aldacy. BALESTRA, Oriana - Endomarketing nos Marcos Da Organização do Trabalho Toyotista – 23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho.....	9

D

DALLEGRAVE NETO, José Affonso - O Assédio Sexual e Moral e a sua Prova na Justiça do Trabalho - 16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual	9
DALLEGRAVE NETO, José Affonso - O procedimento patronal de Revista Íntima. Possibilidades e Restrições - 2ª Edição – Revista Íntima.....	7
DALLEGRAVE NETO, José Affonso - Prova Pericial nas Ações Acidentárias - 5ª Edição – Acidente de Trabalho.....	56

E

EYNG, Janine Gonçalves de Araújo - Os Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais como causa de Exclusão Social e Subtração da Dignidade da Pessoa Humana - 5ª Edição – Acidente de Trabalho 9

F

FAVA, Marcos Neves - Erradicação do Trabalho Infantil: Justiça e Juízes Do Trabalho - 18ª Edição – Grupos Vulneráveis 34

FILHO, Jorge Cavalcanti Boucinhas - O Dano Existencial e o Direito do Trabalho - 22ª Edição – Dano Existencial..... 26

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques - A reforma constitucional empreendida pela ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência aprovada pela Organização das Nações Unidas - 18ª Edição – Grupos Vulneráveis..... 10

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da - Por uma atuação eficaz do Ministério Público na Justiça do Trabalho: algumas reflexões sobre a lei e o trabalho dos Procuradores - 1ª Edição – Ação Civil Pública 88

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa - 70 Anos da CLT e Avanços Legislativos e Jurisprudenciais - 24ª Edição – 70 Anos da CLT 45

FRANCO, Georgenor de Souza - A Emenda Constitucional n. 72/2013 e o Futuro do Trabalho Doméstico - 17ª Edição – Trabalho Doméstico..... 9

FREITAS, Marcelo Araújo de - O Processo Eletrônico e o Oficial de Justiça - 15ª Edição – Processo Eletrônico 183

FROTA, Hidemberg Alves da - Noções fundamentais sobre o Dano Existencial - 22ª Edição – Dano Existencial 62

G

- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa - Consolidação das Leis Do Trabalho 70 Anos Depois: Reforma Trabalhista, Desregulamentação e Flexibilização - 24ª Edição – 70 Anos da CLT 39
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa - Lei 12.506/2011 e Aviso Prévio Proporcional - 20ª Edição – Aviso Prévio Proporcional 40
- GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta - Meio Ambiente de Trabalho. Precaução e Prevenção. Princípios Norteadores de um novo Padrão Normativo - 5ª Edição – Acidente de Trabalho 24
- GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta - Terceirização na Administração Pública-Artigo 71 da Lei 8.666/93- RDC da Lei 12.462/2011 e MP 559/2012. A Súmula 331 do C. TST poderia ser diferente? - 10ª Edição – Terceirização 74
- GOMES, Dinaura Godinho Pimentel - Os Direitos Sociais no Âmbito do Sistema Internacional de Normas de Proteção dos Direitos Humanos e seu Impacto no Direito Brasileiro: Problemas e perspectivas - 3ª Edição – Normas Internacionais 79
- GUNTHER, Luiz Eduardo - A OIT e a Uniformização das Normas Trabalhistas - 3ª Edição – Normas Internacionais 11
- GUNTHER, Luiz Eduardo. GUNTHER Noeli Gonçalves da Silva - Elementos para a Construção de Uma Teoria de Princípios do Processo Eletrônico - 15ª Edição – Processo Eletrônico..... 99
- GUNTHER, Luiz Eduardo. GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva - A fotografia, a imagem e os Direitos de Personalidade: pontos de contato - 12ª Edição – Direito de Imagem 9

I

- IRENO JUNIOR, Ivanir César – Os Fundamentos Éticos e históricos das Prerrogativas da Magistratura – 25ª Edição – Ética 9

J

- JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa - A dinâmica processual dos embargos do devedor na Justiça do Trabalho - 8ª Edição – Execução Trabalhista 138
- JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. FRACAPPANI, Adriano - O ambiente de trabalho, a doença e o acidente do trabalho e os desafios para empregadores e empregados domésticos - 17ª Edição – Trabalho Doméstico..... 82

K

- KLOSS, Larissa Renata - Desigualdades de Gênero no Trabalho - 18ª Edição – Grupos Vulneráveis - 103
- KOLLER, Carlos Eduardo. VILLATORE, Marco Antônio César - Conciliação no Direito Comparado e seus Aspectos Sociais e Econômicos - 7ª Edição – Conciliação 55

L

- LANFREDI, Luís Geraldo Sant’ana - Jurisdição desportiva, comum e do trabalho: (inter)relações inexoráveis - 11ª Edição – Direito Desportivo 28
- LEITE, Milca Micheli Cerqueira - Evoluções, Pelejas e os 70 Anos apressados da CLT - 24ª Edição – 70 Anos da CLT 60
- LEITE, Flávia Bueno de Cerqueira – A Relativização do Sigilo Profissional Médico –25ª Edição – Ética 24
- LIMA, Maria da Glória Malta Rodrigues Neiva de - O direito de imagem e de arena do jogador de futebol no ordenamento jurídico brasileiro - 12ª Edição – Direito de Imagem..... 50
- LOPES, Mônica Sette - A força pedagógica da Ação Civil Pública e dos termos de ajustamento de conduta - 1ª Edição – Ação Civil Pública..... 53

LOPES, Mônica Sette - Informação e Imagem: A Internet e a Preservação da Intimidade das Partes - 12ª Edição – Direito de Imagem 31

LOPES, Mônica Sette - Substituição Processual e Execução no Processo do Trabalho - 4ª Edição – Substituição Processual 25

LORA, Ilse Marcelina Bernardi - O Dano Existencial no Direito do Trabalho – 22ª Edição – Dano Existencial 10

LORA, Ilse Marcelina Bernardi - Substituição Processual pelo Sindicato - 4ª Edição – Substituição Processual 66

M

MACHADO, Sidnei - Os domésticos e a previdência social: o sentido da reforma de 2013. - 17ª Edição – Trabalho Doméstico 199

MACHADO, Sidnei - Para uma nova percepção dos acidentes de trabalho - 5ª Edição – Acidente de Trabalho 49

MAIOR, Jorge Luiz Souto - Aviso Prévio Desproporcional - 20ª Edição – Aviso Prévio Proporcional 8

MAIOR, Jorge Luiz Souto - Carta Aberta aos “Terceirizados” e à Comunidade Jurídica - 10ª Edição – Terceirização 53

MAMCARZ, Caroline Bittencourt - Estresse e síndromes de esgotamento no trabalho como causa de doença ocupacional – 21ª Edição – Dano Moral 101

MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. MOREIRA, Dirceia. ORTH, Gláucia Mayara Niedermeyer - A Conciliação no Processo do Trabalho: Diálogos com a Psicologia - 7ª Edição – Conciliação 16

MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. SILVA, Lenir Mainardes da - Aspectos Sociais da Relação Entre Empregado e Empregador Doméstico - 17ª Edição – Trabalho Doméstico 160

MASTRANTONIO, Simone Aparecida Barbosa - Inclusão dos Grupos Vulneráveis no Mercado de Trabalho como Efetivação dos Direitos Fundamentais - 18ª Edição – Grupos Vulneráveis 143

MELATTI, André Vinícius - Normas da OIT e o Direito Interno - 3ª Edição – Normas Internacionais	103
MELO, Nehemias Domingos de - Fundamentos da reparação por Dano Moral Trabalhista e uma nova teoria para sua quantificação – 21ª Edição – Dano Moral	8
MELO, Raimundo Simão de - Acidente de Trabalho. Ação ajuizada pelos herdeiros da vítima. Competência da Justiça do Trabalho - 5ª Edição – Acidente de Trabalho	19
MELO, Raimundo Simão de - Meio Ambiente do Trabalho e Atividades de Risco: Prevenção e Responsabilidades - 23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho	131
MENDES, Ubirajara Carlos. MENDES, Renan Matheus - Evolução do Pensamento no Mundo Virtual - 15ª Edição – Processo Eletrônico	29
MIGUEL, Ricardo Georges Affonso - A possibilidade de contratação do atleta menor de futebol e a utilização do instituto da antecipação de tutela para transferência do atleta de futebol - 11ª Edição – Direito Desportivo	42
MINARDI, Fabio Freitas - Direito Ambiental do Trabalho: Fundamentos e Princípios - 23ª Edição - Meio Ambiente do Trabalho.....	175
MONTEIRO, Carolina Masotti - Acidente de Trabalho e Responsabilidade Patronal Objetiva - 23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho	23
MONTICELLI, Thays Almeida - O Trabalho das Diaristas: Novas Considerações no Trabalho Doméstico - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	68
MORI, Amaury Haruo - O Assédio Moral e os Direitos de Personalidade do Trabalhador - 16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual	42
MUOIO, Marcelo - Breve estudo sobre a liberação de vínculo desportivo de atletas do futebol junto a Justiça do Trabalho. Da importância das demandas trabalhistas desportivas - 11ª Edição – Direito Desportivo.....	63

N

- NETO, José Affonso Dallegrave - O Direito Geral de Personalidade e o Conceito de Dano Moral Trabalhista – 21ª Edição – Dano Moral..... 52
- NOBILE, Marieta Giannico de Coppio Siqueira - O Resgate da Conciliação: A Construção de Um Novo Paradigma - 7ª Edição – Conciliação

O

- OLIVEIRA, Alexandre Nery de - A relação de trabalho doméstico segundo a Emenda Constitucional nº 72 - 17ª Edição – Trabalho Doméstico 93
- OLIVEIRA, Clarisse Inês de - Processo Eletrônico e *Ius Postulandi* O Verso e o Anverso da Inovação Tecnológica - 15ª Edição – Processo Eletrônico..... 63
- OLIVEIRA, Euler Sinoir de - A Inconstitucionalidade da Violação de E-Mail do Empregado pelo Empregador - 19ª Edição – Correio Eletrônico 37
- OLIVEIRA, Euler Sinoir de - Assédio Moral: Sujeitos, Danos à Saúde e Legislação - 16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual 128
- OLIVEIRA, Nancy Mahra de Medeiros Nicolas - Emenda Constitucional 72/2013: Superação da Desigualdade? - 17ª Edição – Trabalho Doméstico 150

P

- PAES, Arnaldo Boson - Execução de Sentença Provisória: Instrumento de Efetividade da Execução Trabalhista - 8ª Edição – Execução Trabalhista 9
- PASSOS, Edésio. PASSOS, André - O Trabalho Doméstico e a Emenda Constitucional 72. Resgate, igualdade, perdão, responsabilidade - 17ª Edição – Trabalho Doméstico..... 117
- PASTORE, José - 101 Propostas Para Modernizar a CLT - 24ª Edição – 70 Anos da CLT 52

PAULA, Carlos Alberto Reis de - Retrospectiva da CLT: Um Balanço Dos 70 Anos - 24ª Edição – 70 Anos da CLT	29
PERRINI, Valdyr - Empregados Domésticos: a Fictícia Isonomia - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	172
PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire - Substituição Processual Sindical e o Meio Ambiente do Trabalho - 4ª Edição – Substituição Processual	9
PIMENTA, José Roberto Freire - A responsabilidade da Administração Pública nas terceirizações, a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC nº 16-DF e a nova redação dos itens IV e V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho- 10ª Edição – Terceirização	12
PINTO, Almir Pazzianotto - 70 Anos De CLT – 24ª Edição – 70 Anos da CLT	09

R

RAMOS FILHO, Wilson - Direito Coletivo e Sindical na Reforma do Judiciário - 6ª Edição – Normas Coletivas do Trabalho	28
REIS, Clayton - A Reparação do Dano Moral no Direito Trabalhista – 21ª Edição – Dano Moral.....	78
RICHA, Morgana de Almeida - O CNJ e a Estruturação da Política Judiciária Nacional: Solução Consensual dos Conflitos de Interesse - 7ª Edição – Conciliação	31
RICHA, Morgana de Almeida – O Conselho Nacional de Justiça e a Constituição da vida Republicana – 25ª Edição – Ética	80
ROCHA, Euclides Alcides - Prestação de Serviços por Empresa – Terceirização - 10ª Edição – Terceirização.....	96

S

SAKO, Emília Simeão Albino - Uso Laboral e Extralaboral do Correio Eletrônico e Internet. Controle Patronal Indevido ou Abusivo. Lesão aos Direitos Fundamentais de Segredo das Comunicações e Privacidade - 19ª Edição – Correio Eletrônico	69
--	----

SALADINI, Ana Paula Sefrin - Trabalho, Medo e Sofrimento: Considerações Acerca do Assédio Moral - 16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual	72
SAMPAIO, Ricardo - O Rurícola Bóia-Fria é Empregado: Não há Autonomia, nem vazio legal - 24ª Edição – 70 Anos da CLT	54
SANTOS JÚNIOR, Rubens Fernando Clamer dos - A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho - 1ª Edição – Ação Civil Pública	98
SANTOS JÚNIOR, Rubens Fernando Clamer dos - A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho - 17ª Edição – Trabalho Doméstico	60
SANTOS, Enoque Ribeiro dos - Direito da personalidade e dano moral coletivo - 1ª Edição – Ação Civil Pública	33
SCHIO, Adriana Cavalcante de Souza. VILLATORE, Marco Antônio Cesar - Dano Moral por Violação do Direito de Imagem do Empregado: Aspectos Sociais e Econômicos - 12ª Edição – Direito de Imagem	71
SCHMID, Martha Halfeld Furtado de Mendonça - O Assédio Moral no Direito do Trabalho - 16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual	89
SCOTTINI, Cássia Akemi - O Meio Ambiente Laboral à Luz da Psicopatologia: O Sofrimento no Trabalho como causa de Transtornos Mentais - 23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho	67
SILVA, Benedito Xavier da - Tensão entre capital e trabalho: A disputa entre empresa e catadores pelo lixo reciclável da cidade de Foz do Iguaçu - 1ª Edição – Ação Civil Pública	9
SILVA, Homero Batista Mateus da - Em busca do tempo perdido: o aviso - prévio proporcional ao tempo de serviço e a Lei nº 12.506/2011- 20ª Edição – Aviso Prévio Proporcional.....	13
SILVA, Homero Batista Mateus da - Impactos do Artigo 8º, III, da Constituição Federal de 1988, sobre a Substituição Processual na Justiça do Trabalho - 4ª Edição – Substituição Processual	88
SILVA, Leda Maria Messias da - O assédio moral no ambiente de trabalho: estudo comparado entre o Brasil e Portugal – 21ª Edição – Dano Moral	114
SILVA, Leda Maria Messias da. MANTOVANI JÚNIOR, Laert - O Direito a Intimidade do Empregado e a Possibilidade do Monitoramento de e-mails por parte do Empregador - 19ª Edição – Correio Eletrônico	88

SOARES, Marcus Vinicius Brandão - Justiça Cara é Injustiça: o Processo Eletrônico e o Princípio da Economia Processual - 15ª Edição – Processo Eletrônico..... 197

SOUZA, Marcilene Lena Garcia de - Ações Afirmativas nos Serviços Públicos como Estratégia de Combate as Desigualdades - 18ª Edição – Grupos Vulneráveis..... 154

SÜSSEKIND, Arnaldo - As Relações Individuais e Coletivas de Trabalho na Reforma do Poder Judiciário - 6ª Edição – Normas Coletivas do Trabalho 9

T

THOME, Candy Florencio - O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores - 18ª Edição – Grupos Vulneráveis 42

V

VIOLIN, Tarso Cabral - Estado, Ordem Social e Privatização - As Terceirizações Ilícitas da Administração Pública por meio das Organizações Sociais, Oscips e Demais Entidades do “Terceiro Setor” - 10ª Edição – Terceirização 106

VALLE, Bortolo – Ética e Cidadania – 25ª Edição – Ética..... 48

VIGO, Rodolfo Luis – Etica Profesional: Especificidad, Importancia Y Actualidad –25ª Edição – Ética 34

Z

ZAINA, Ana Carolina - Valor Probante do Documento Eletrônico: sua aceitação e limites - 15ª Edição – Processo Eletrônico 211

ZOTT, Tânia Christina - Informação Assimétrica na Negociação Coletiva: Uma Análise da Greve como Estratégia pela Teoria dos Jogos - 6ª Edição – Normas Coletivas do Trabalho 24

1ª Edição – Ação Civil Pública

Tensão entre Capital e Trabalho: A disputa entre Empresa e Catadores pelo lixo reciclável da Cidade de Foz do Iguaçu. Silva, Benedito Xavier da	9
Direito da Personalidade e Dano Moral Coletivo. Santos, Enoque Ribeiro dos	33
A Força Pedagógica da Ação Civil Pública e dos Termos de Ajustamento de Conduta. Lopes, Mônica Sette	53
Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho. Particularidades e Competência. Carvalho, Patrícia Oliveira Cipriano de	69
Por uma Atuação eficaz do Ministério Público na Justiça do Trabalho: Algumas Reflexões Sobre a Lei e o Trabalho dos Procuradores. Fonseca, Ricardo Tadeu Marques da	88
A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho. Santos Júnior, Rubens Fernando Clamer dos	98

2ª Edição – Revista Íntima

O Procedimento Patronal de Revista Íntima. Possibilidades e Restrições. Dallegrave Neto, José Affonso	7
Revista Íntima como Violação dos Direitos Fundamentais do Trabalhador. Bezerra, Schamkypou Bernardo.....	26

3ª Edição – Normas Internacionais

A OIT e a Uniformização das Normas Trabalhistas. Gunther, Luiz Eduardo	11
Os Direitos Sociais no Âmbito do Sistema Internacional de Normas de Proteção dos Direitos Humanos e seu Impacto no Direito Brasileiro: Problemas e Perspectivas. Gomes, Dinaura Godinho Pimentel	79
Normas da OIT e o Direito Interno. Melatti, André Vinícius.....	103

4ª Edição – Substituição Processual

Substituição Processual Sindical e o Meio Ambiente do Trabalho. Pimenta, Adriana Campos de Souza Freire 9

Substituição Processual e Execução no Processo do Trabalho. Lopes, Mônica Sette 25

Substituição Processual pelo Sindicato. Lora, Ilse Marcelina Bernardi 66

Impactos do Artigo 8º, III, da Constituição Federal de 1988, Sobre a Substituição Processual na Justiça do Trabalho. Silva, Homero Batista Mateus da 88

5ª Edição – Acidente De Trabalho

Os Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais como causa de Exclusão Social e Subtração da Dignidade da Pessoa Humana. Eyng, Janine Gonçalves de Araújo 9

Acidente de Trabalho. Ação Ajuizada pelos Herdeiros da Vítima. Competência da Justiça do Trabalho. Melo, Raimundo Simão de 19

Meio Ambiente de Trabalho. Precaução e Prevenção. Princípios Norteadores de um novo Padrão Normativo. Gemignani, Tereza Aparecida Asta 24

Para uma nova Percepção dos Acidentes de Trabalho. Machado, Sidnei 49

Prova Pericial nas Ações Acidentárias. Dallegrave Neto, José Affonso 56

6ª Edição – Normas Coletivas Do Trabalho

As Relações Individuais e Coletivas de Trabalho na Reforma do Poder Judiciário. Sússekind, Arnaldo 9

Direito Coletivo e Sindical na Reforma do Judiciário. Ramos Filho, Wilson..... 28

Informação Assimétrica na Negociação Coletiva: Uma Análise da Greve como Estratégia pela Teoria dos Jogos. Zotto, Tânia Christina 24

7ª Edição – Conciliação

Conciliação: Propostas Alternativas e Complementares – Baracat, Eduardo Milléo	9
A Conciliação no Processo do Trabalho: Diálogos com a Psicologia - Mandalozzo, - Silvana Souza Netto; Moreira, Dirceia; Orth, Glaucia Mayara Niedermeyer.....	16
O CNJ e a Estruturação da Política Judiciária Nacional: Solução Consensual dos Conflitos de Interesse – Richa, Morgana de Almeida	31
O Resgate da Conciliação: a Construção de um novo Paradigma – Nobile, Marieta Giannico de Coppio Siqueira.....	44
Conciliação no Direito Comparado e seus aspectos Sociais e Econômicos - Koller, Carlos Eduardo; Villatore, Marco Antônio César	55

8ª Edição – Execução Trabalhista

Execução de Sentença Provisória: Instrumento de Efetividade da Execução Trabalhista – Paes, Arnaldo Boson	9
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Chaves, Luciano Athayde	29
A Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista: Alguns Aspectos Teóricos e Aplicação Prática – Claus, Ben-Hur Silveira	98
A Dinâmica Processual dos Embargos do Devedor na Justiça do Trabalho - Jorge Neto, Francisco Ferreira; Cavalcante, Jouberto de Quadros Pessoa	138

9ª Edição – Conciliação II

Técnicas de Conciliações Trabalhistas – Andrade, Dárcio Guimarães de	90
Mediação como Renovação do Conceito de Justiça: Uma Abordagem Transdisciplinar Fundamentada na Filosofia – Carneiro, Maria Francisca	96

10ª Edição – Terceirização

A Responsabilidade da Administração Pública nas Terceirizações, a Decisão do Supremo Tribunal Federal Na ADC Nº 16-DF e a Nova Redação dos Itens IV e V da Súmula Nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho – Pimenta, José Roberto Freire..... 12

Carta Aberta aos “Terceirizados” e à Comunidade Jurídica - Maior, Jorge Luiz Souto 53

Terceirização na Administração Pública-Artigo 71 da Lei 8.666/93- RDC da Lei 12.462/2011 e MP 559/2012. A Súmula 331 do C. TST Poderia ser Diferente? – Gemignani, Tereza Aparecida Asta 74

Prestação de Serviços por Empresa – Terceirização – Rocha, Euclides Alcides 96

Estado, Ordem Social e Privatização - As Terceirizações Ilícitas Da Administração Pública por Meio das Organizações Sociais, Oscips e Demais Entidades do “Terceiro Setor”, Violin, Tarso Cabral 106

11ª Edição – Direito Desportivo

As Renovações e Extensões Unilaterais de Contratos de Trabalho e os Chamados “Contratos de Gaveta” entre Clubes e Atletas – Bastos, Guilherme Augusto Caputo 9

Jurisdição Desportiva, Comum e do Trabalho: (Inter)Relações Inexoráveis - Lanfredi, Luís Geraldo Sant’ana 28

A Possibilidade de Contratação do Atleta Menor de Futebol e a Utilização do Instituto da Antecipação de Tutela para Transferência do Atleta de Futebol – Miguel, Ricardo Georges Affonso..... 42

Breve Estudo sobre a Liberação de Vínculo Desportivo de Atletas do Futebol Junto a Justiça do Trabalho. Da Importância das Demandas Trabalhistas Desportivas – Muoio, Marcelo..... 63

A Criminalização do Trabalhador Informal Brasileiro na Copa de 2014 - Borges, Clara Maria Roman 96

12ª Edição – Direito De Imagem

A Fotografia, a Imagem e os Direitos de Personalidade: Pontos de Contato – Gunther, Luiz Eduardo; Gunther, Noeli Gonçalves da Silva	9
Informação e Imagem: A Internet e a Preservação da Intimidade das Partes – Lopes, Mônica Sette	31
O Direito de Imagem e de Arena do Jogador de Futebol no Ordenamento Jurídico Brasileiro – Lima, Maria da Glória Malta Rodrigues Neiva de.....	50
Dano Moral por Violação do Direito de Imagem do Empregado: Aspectos Sociais e Econômicos - Schio, Adriana Cavalcante de Souza; Villatore, Marco Antônio Cesar	71

13ª Edição – Semana Institucional

Não houve publicação de artigos.

14ª Edição – Índice

Os Atores e as Normas das Relações Individuais de Trabalho – Barbagelata, Héctor-Hugo	185
---	-----

15ª Edição – Processo Eletrônico

Processo Judicial Eletrônico: Uma Silenciosa Revolução na Justiça do Trabalho – Brandão, Cláudio	9
Evolução do Pensamento no Mundo Virtual – Mendes, Ubirajara Carlos; Mendes, Renan Matheus	29
Processo Eletrônico – Abrão, Carlos Henrique	53
Processo Eletrônico e <i>Ius Postulandi</i> o Verso e o Anverso da Inovação Tecnológica – Oliveira, Clarisse Inês de	63
A Questão do Valor Probatório de Documentos Eletrônicos e suas Reproduções – Borba, Inajá Oliveira de.....	76

Humano, Demasiadamente Eletrônico. Eletrônico, Demasiadamente Humano. A Informatização Judicial e o Fator Humano - Almeida Filho, José Carlos de Araújo	84
Elementos para a Construção de uma Teoria de Princípios do Processo Eletrônico - Gunther, Luiz Eduardo; Gunther, Noeli Gonçalves da Silva	99
Registro Audiovisual dos Depoimentos: Fundamentos Jurídicos – Baracat, Eduardo Milléo.....	146
Algumas Considerações sobre o Princípio do Contraditório no Processo Eletrônico – Chaves, Manoel Matos de Araujo	170
O Processo Eletrônico e o Oficial de Justiça – Freitas, Marcelo Araújo de	183
Justiça cara é Injustiça: O Processo Eletrônico e o Princípio da Economia Processual – Soares, Marcus Vinicius Brandão	197
Valor Probante do Documento Eletrônico: Sua Aceitação e Limites – Zaina, Ana Carolina	211

16ª Edição – Assédio Moral E Assédio Sexual

O Assédio Sexual e Moral e a sua Prova na Justiça do Trabalho - Dallegrave Neto, José Affonso	9
Assédio Moral no Trabalho - Conceito, Espécies e Requisitos Caracterizadores – Bruginski, Marcia Kazenoh	29
O Assédio Moral e os Direitos de Personalidade do Trabalhador – Mori, Amaury Haruo	42
Trabalho, Medo e Sofrimento: Considerações acerca do Assédio Moral – Saladini, Ana Paula Sefrin	72
O Assédio Moral no Direito do Trabalho – Schmid, Martha Halfeld Furtado de Mendonça	89
Assédio Moral: Sujeitos, Danos à Saúde e Legislação – Oliveira, Euler Sinoir de	128
Sexo e Poder nas Relações de Emprego – Uma breve análise sobre o Assédio Sexual – Campagnoli, Adriana de Fátima Pilatti Ferreira; Mandalozzo, Silvana Souza Netto	148

17ª Edição – Trabalho Doméstico

A Emenda Constitucional N. 72/2013 e o Futuro do Trabalho Doméstico – Franco, Georgenor de Souza	9
A Relação de Emprego Doméstico e a Emenda Constitucional 72 – Primeiras Impressões – Coelho, Luciano Augusto de Toledo	32
Trabalho Decente para os Trabalhadores Domésticos do Brasil e do Mundo – Arantes, Delaíde Alves Miranda	41
O Trabalho Doméstico: Impressões sobre a Convenção 189 Da OIT como fonte material e a alteração da Legislação Brasileira com enfoque na Limitação da Jornada de Trabalho – Colnago, Lorena de Mello Rezende.....	46
A Evolução da Legislação do Trabalhador Doméstico – Calvet, Felipe Augusto	88
A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho - Santos Júnior, Rubens Fernando Clamer dos	60
O Trabalho das Diaristas: Novas Considerações no Trabalho Doméstico – Monticelli, Thays Almeida.....	68
O Ambiente de Trabalho, A Doença e o Acidente do Trabalho e os Desafios para Empregadores e Empregados Domésticos - Jorge Neto, Francisco Ferreira; Cavalcante, Jouberto de Quadros Pessoa; Fracappani, Adriano	82
A Relação de Trabalho Doméstico segundo a Emenda Constitucional Nº 72 – Oliveira, Alexandre Nery de	93
A Concretização do Direito Humano ao Trabalho Decente para os Empregados Domésticos Enfoque na Convenção 189 da OIT e na Emenda Constitucional 72/2013 – Bruginiski, Marcia Kazenoh	105
O Trabalho Doméstico e a Emenda Constitucional 72. Resgate, Igualdade, Perdão, Responsabilidade – Passos, Edésio; Passos, André	117

Trabalho Decente Doméstico e a necessidade de mais Legislação para o Brasil Ratificar a Convenção Nº. 189 da Organização Internacional do Trabalho e suas Consequências Sociais e Econômicas – Boskovic, Alessandra Barichello; Villatore, Marco Antônio César	130
Emenda Constitucional 72/2013: Superação da Desigualdade? – Oliveira, Nancy Mahra de Medeiros Nicolas	150
Aspectos Sociais da Relação entre Empregado e Empregador Doméstico – Mandalozzo, Silvana Souza Netto; Silva, Lenir Mainardes da	160
Empregados Domésticos: A Fictícia Isonomia – Perrini, Valdyr	172
Trabalho Doméstico: A Emenda que piorou o Soneto - Coelho Júnior, Hélio Gomes	188
Os Domésticos e a Previdência Social: O Sentido da Reforma de 2013 – Machado, Sidnei	199

18ª Edição – Grupos Vulneráveis

A Reforma Constitucional empreendida pela Ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência aprovada pela Organização das Nações Unidas – Fonseca, Ricardo Tadeu Marques da.....	10
O Princípio da Igualdade de Gênero e a Participação das Mulheres das Organizações Sindicais de Trabalhadores – Thome, Candy Florencio	42
Erradicação do Trabalho Infantil: Justiça e Juízes do Trabalho – Fava, Marcos Neves	34
O Direito dos Povos na Terceira Dimensão dos Direitos Humanos: Tolerância e Respeito para Inclusão Social – Colnago, Lorena de Mello Rezende	79
Desigualdades de Gênero no Trabalho – Kloss, Larissa Renata	103
Inclusão dos Grupos Vulneráveis no Mercado de Trabalho como Efetivação dos Direitos Fundamentais – Mastrantonio, Simone Aparecida Barbosa	143
Ações Afirmativas nos Serviços Públicos como Estratégia de Combate as Desigualdades – Souza, Marcilene Lena Garcia de	154

19ª Edição – Correio Eletrônico

Direitos da Personalidade do Trabalhador e Correio Eletrônico – Alvarenga, Rúbia Zanotelli de ...	8
A Inconstitucionalidade da Violação de E-Mail do Empregado pelo Empregador – Oliveira, Euler Sinoir De	37
O Conflito entre o Poder do Empregador e a Privacidade do Empregado no Ambiente de Trabalho – Calvo, Adriana	54
Uso Laboral e Extralaboral do Correio Eletrônico e Internet. Controle Patronal indevido ou abusivo. Lesão aos Direitos Fundamentais de Segredo das Comunicações e Privacidade – Sako, Emília Simeão Albino	69
O Direito a Intimidade do Empregado e a Possibilidade do Monitoramento de E-Mails por parte do Empregador – Silva, Leda Maria Messias da; Mantovani Jr, Laert.....	88

20ª Edição – Aviso Prévio Proporcional

Aviso Prévio Desproporcional, Maior, Jorge Luiz Souto.....	8
Em Busca do Tempo Perdido: O Aviso - Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço e a Lei Nº 12.506/2011 – Silva, Homero Batista Mateus da	13
Lei 12.506/2011 e Aviso Prévio Proporcional – Garcia, Gustavo Filipe Barbosa	40
Aviso Prévio Proporcional: Reflexões – Colnago, Lorena de Mello Rezende	56

21ª Edição – Dano Moral

Fundamentos da Reparação por Dano Moral Trabalhista e uma nova Teoria para sua Quantificação – Melo, Nehemias Domingos de	8
O Problema do Valor da Indenização por Dano Moral devido à Pessoa Jurídica – Araujo, Juliana Cristina Busnardo Augusto de	26

O Direito Geral de Personalidade e o Conceito de Dano Moral Trabalhista - Dallegrave Neto, José Affonso	52
A Reparação do Dano Moral no Direito Trabalhista – Reis, Clayton	78
Estresse e Síndromes de Esgotamento no Trabalho como Causa de Doença Ocupacional - Mamcarz, Caroline Bittencourt	101
O Assédio Moral no Ambiente de Trabalho: Estudo Comparado entre o Brasil e Portugal – Silva, Leda Maria Messias da	114

22ª Edição – Dano Existencial

O Dano Existencial no Direito do Trabalho – Lora, Ilse Marcelina Bernardi	10
O Dano Existencial e o Direito fo Trabalho - Boucinhas Filho, Jorge Cavalcanti.....	26
Dano Existencial e a Jornada fe Trabalho – Colnago, Lorena fe Mello Rezende	52
Noções Fundamentais sobre o Dano Existencial – Frota, Hidemberg Alves da	62

23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho

Endomarketing nos Marcos da Organização do Trabalho Toyotista – Coutinho, Aldacy; Balestra, Oriana.....	9
Acidente de Trabalho e Responsabilidade Patronal Objetiva – Monteiro, Carolina Masotti	23
Meio Ambiente do Trabalho Saudável e Equilibrado: Proteção à Saúde Do Trabalhador – Alvarenga, Rúbia Zanotelli de	42
O Meio Ambiente Laboral À Luz da Psicopatologia: O Sofrimento no Trabalho como causa de Transtornos Mentais – Scottini, Cássia Akemi	67
Suicídio no Trabalho e Responsabilidade do Empregador – Almeida, Thais de	106

Meio Ambiente do Trabalho E Atividades de Risco: Prevenção e Responsabilidades – Melo, Raimundo Simão de..... 131

O Assédio Moral Institucional e a Dignidade da Pessoa Humana (Estudo do Assédio Moral Institucional sob a Ótica dos Direitos Fundamentais) – Calvo, Adriana 153

Direito Ambiental do Trabalho: Fundamentos e Princípios – Minardi, Fabio Freitas 175

24ª Edição – 70 Anos Da CLT

70 Anos de CLT– Pinto, Almir Pazzianotto 09

Os 70 Anos da CLT – Avanços e Retrocessos – Calvet, Felipe; García, Eloá dos Santos Marques 12

Repensando Los Derechos Humanos Desde Las Luchas – Carballido, Manuel E. Gándara 17

Retrospectiva da CLT: Um Balanço dos 70 Anos – Paula, Carlos Alberto Reis de 29

Consolidação das Leis do Trabalho 70 Anos Depois: Reforma Trabalhista, Desregulamentação e Flexibilização – Garcia, Gustavo Filipe Barbosa 39

70 Anos da CLT e Avanços Legislativos e Jurisprudenciais - Franco Filho, Georgenor de Sousa 45

101 Propostas para Modernizar a CLT – Pastore, José 52

O Rurícola Bóia-Fria é Empregado: Não há Autonomia, Nem Vazio Legal – Sampaio, Ricardo 54

Evoluções, Pelejas E Os 70 Anos Apressados da CLT – Leite, Milca Micheli Cerqueira 60

Setenta Anos Da CLT, Uma Retrospectiva Histórica – Carmo, Julio Bernardo do 65

A CLT E As Revistas realizadas nos bens de iso pessoal do Empregado e nos bens de Propriedade da Empresa – Alvarenga, Rúbia Zanotelli de 77

CLT: Uma Sociabilidade que Perdura (1943-2013) – Araújo, Silvia Maria de 94

25ª EDIÇÃO – ÉTICA

Os Fundamentos Éticos e Históricos das Prerrogativas da Magistratura - Ireno Junior, Ivanir César	9
A Relativização do Sigilo Profissional Médico – Leite, Flávia Bueno de Cerqueira	24
Ética Profissional: Especificidad, Importancia Y Actualidad – Vigo, Rodolfo Luis.....	34
Ética e Cidadania – Valle, Bortolo	48
Juiz, também um réu – Coelho, Luciano Augusto de Toledo	57
Solidariedade e Responsabilidade: Um olhar sobre os fundamentos éticos da Magistratura – Chaves, Daniela Lustoza Marques de Souza	59
Ética – Resgate e Atualidade do Conceito – Carneiro, Maria Francisca	76
O Conselho Nacional de Justiça e a Constituição da Vida Republicana – Richa, Morgana de Almeida	80

1ª Edição – Ação Civil Pública

SILVA, Benedito Xavier da - Tensão entre capital e trabalho: A disputa entre empresa e catadores pelo lixo reciclável da cidade de Foz do Iguaçu	9
SANTOS, Enoque Ribeiro dos - Direito da personalidade e dano moral coletivo	33
LOPES, Mônica Sette - A força pedagógica da Ação Civil Pública e dos termos de ajustamento de conduta	53
CARVALHO, Patrícia Oliveira Cipriano de - Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho. Particularidades e Competência	69
FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da - Por uma atuação eficaz do Ministério Público na Justiça do Trabalho: algumas reflexões sobre a lei e o trabalho dos Procuradores	88
SANTOS JÚNIOR, Rubens Fernando Clamer dos - A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho	98

2ª Edição – Revista Íntima

DALLEGRAVE NETO, José Affonso - O procedimento patronal de Revista Íntima. Possibilidades e Restrições	7
BEZERRA, Schamkypou Bernardo - Revista Íntima como violação dos direitos fundamentais do trabalhador.....	26

3ª Edição – Normas Internacionais

GUNTHER, Luiz Eduardo - A OIT e a Uniformização das Normas Trabalhistas.....	11
GOMES, Dinaura Godinho Pimentel - Os Direitos Sociais no Âmbito do Sistema Internacional de Normas de Proteção dos Direitos Humanos e seu Impacto no Direito Brasileiro: Problemas e perspectivas.....	79
MELATTI, André Vinícius - Normas da OIT e o Direito Interno.....	103

4ª Edição – Substituição Processual

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire - Substituição Processual Sindical e o Meio Ambiente do Trabalho..... 9

LOPES, Mônica Sette - Substituição Processual e Execução no Processo do Trabalho 25

LORA, Ilse Marcelina Bernardi - Substituição Processual pelo Sindicato 66

SILVA, Homero Batista Mateus da - Impactos do Artigo 8º, III, da Constituição Federal de 1988, sobre a Substituição Processual na Justiça do Trabalho 88

5ª Edição – Acidente de Trabalho

EYNG, Janine Gonçalves de Araújo - Os Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais como causa de Exclusão Social e Subtração da Dignidade da Pessoa Humana 9

MELO, Raimundo Simão de - Acidente de Trabalho. Ação ajuizada pelos herdeiros da vítima. Competência da Justiça do Trabalho 19

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta - Meio Ambiente de Trabalho. Precaução e Prevenção. Princípios Norteadores de um novo Padrão Normativo 24

MACHADO, Sidnei - Para uma nova percepção dos acidentes de trabalho..... 49

DALLEGRAVE NETO, José Affonso - Prova Pericial nas Ações Acidentárias..... 56

6ª Edição – Normas Coletivas do Trabalho

SÜSSEKIND, Arnaldo - As Relações Individuais e Coletivas de Trabalho na Reforma do Poder Judiciário 9

RAMOS FILHO, Wilson - Direito Coletivo e Sindical na Reforma do Judiciário	28
ZOTT, Tânia Christina - Informação Assimétrica na Negociação Coletiva: Uma Análise da Greve como Estratégia pela Teoria dos Jogos	24

7ª Edição – Conciliação

BARACAT, Eduardo Milléo - Conciliação: Propostas Alternativas e Complementares	9
MANDALAZZO, Silvana Souza Netto. MOREIRA, Dirceia. ORTH, Glauca Mayara Niedermeyer - A Conciliação no Processo do Trabalho: Diálogos com a Psicologia	16
RICHA, Morgana de Almeida - O CNJ e a Estruturação da Política Judiciária Nacional: Solução Consensual dos Conflitos de Interesse	31
NOBILE, Marieta Giannico de Coppio Siqueira - O Resgate da Conciliação: A Construção de Um Novo Paradigma.....	44
KOLLER, Carlos Eduardo. VILLATORE, Marco Antônio César - Conciliação no Direito Comparado e seus Aspectos Sociais e Econômicos	55

8ª Edição – Execução Trabalhista

PAES, Arnaldo Boson - Execução de Sentença Provisória: Instrumento de Efetividade da Execução Trabalhista	9
CHAVES, Luciano Athayde - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	29
CLAUS, Ben-Hur Silveira - A desconsideração da personalidade jurídica na execução trabalhista: alguns aspectos teóricos e aplicação prática.....	98
JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa - A dinâmica processual dos embargos do devedor na Justiça do Trabalho	138

9ª Edição – Conciliação II

ANDRADE, Dárcio Guimarães de - Técnicas de Conciliações Trabalhistas 90

CARNEIRO, Maria Francisca - Mediação como Renovação do Conceito de Justiça: uma Abordagem Transdisciplinar Fundamentada na Filosofia 96

10ª Edição – Terceirização

PIMENTA, José Roberto Freire - A responsabilidade da Administração Pública nas terceirizações, a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC nº 16-DF e a nova redação dos itens IV e V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho 12

MAIOR, Jorge Luiz Souto - Carta Aberta aos “Terceirizados” e à Comunidade Jurídica 53

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta - Terceirização na Administração Pública-Artigo 71 da Lei 8.666/93- RDC da Lei 12.462/2011 e MP 559/2012. A Súmula 331 do C. TST poderia ser diferente?.. 74

ROCHA, Euclides Alcides - Prestação De Serviços Por Empresa – Terceirização 96

VIOLIN, Tarso Cabral - Estado, Ordem Social E Privatização - As Terceirizações Ilícitas Da Administração Pública Por Meio Das Organizações Sociais, Oscips E Demais Entidades Do “Terceiro Setor” 106

11ª Edição – Direito Desportivo

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo - As renovações e extensões unilaterais de contratos de trabalho e os chamados “Contratos de Gaveta” entre clubes e atletas..... 9

LANFREDI, Luís Geraldo Sant’ana - Jurisdição desportiva, comum e do trabalho: (inter)relações inexoráveis..... 28

MIGUEL, Ricardo Georges Affonso - A possibilidade de contratação do atleta menor de futebol e a utilização do instituto da antecipação de tutela para transferência do atleta de futebol..... 42

MUOIO, Marcelo - Breve estudo sobre a liberação de vínculo desportivo de atletas do futebol junto a Justiça do Trabalho. Da importância das demandas trabalhistas desportivas..... 63

BORGES, Clara Maria Roman - A Criminalização do Trabalhador Informal Brasileiro na Copa de 2014..... 96

12ª Edição – Direito de Imagem

GUNTHER, Luiz Eduardo. GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva - A fotografia, a imagem e os Direitos de Personalidade: pontos de contato..... 9

LOPES, Mônica Sette - Informação e Imagem: A Internet e a Preservação da Intimidade das Partes .. 31

LIMA, Maria da Glória Malta Rodrigues Neiva de - O direito de imagem e de arena do jogador de futebol no ordenamento jurídico brasileiro 50

SCHIO, Adriana Cavalcante de Souza. VILLATORE, Marco Antônio Cesar - Dano Moral por Violação do Direito de Imagem do Empregado: Aspectos Sociais e Econômicos 71

13ª Edição – Semana Institucional

Não publicou artigos

14ª Edição – Índice

BARBAGELATA, Héctor- Hugo - Os atores e as Normas das Relações Individuais de Trabalho 185

15ª Edição – Processo Eletrônico

BRANDÃO, Cláudio - Processo Judicial Eletrônico: uma silenciosa revolução na Justiça do Trabalho 9

MENDES, Ubirajara Carlos. MENDES, Renan Matheus - Evolução do Pensamento no Mundo Virtual..... 29

ABRÃO, Carlos Henrique - Processo Eletrônico 53

OLIVEIRA, Clarisse Inês de - Processo Eletrônico e lus Postulandi O Verso e o Anverso da Inovação Tecnológica..... 63

BORBA, Inajá Oliveira de - A Questão do Valor Probatório de Documentos Eletrônicos e suas Reproduções..... 76

ALMEIDA FILHO, José Carlos De Araújo - Humano, Demasiadamente Eletrônico. Eletrônico, Demasiadamente Humano. A Informatização Judicial e o Fator Humano 84

GUNTHER, Luiz Eduardo. GUNTHER Noeli Gonçalves da Silva - Elementos para a Construção de Uma Teoria de Princípios do Processo Eletrônico..... 99

BARACAT, Eduardo Milléo - Registro audiovisual dos depoimentos: fundamentos jurídicos..... 146

CHAVES, Manoel Matos de Araujo - Algumas Considerações sobre o Princípio do Contraditório no Processo Eletrônico 170

FREITAS, Marcelo Araújo de - O Processo Eletrônico e o Oficial de Justiça 183

SOARES, Marcus Vinicius Brandão - Justiça Cara é Injustiça: o Processo Eletrônico e o Princípio da Economia Processual..... 197

ZAINA, Ana Carolina - Valor Probante do Documento Eletrônico: sua aceitação e limites 211

16ª Edição – Assédio Moral e Assédio Sexual

DALLEGRAVE NETO, José Affonso - O Assédio Sexual e Moral e a sua Prova na Justiça do Trabalho	9
BRUGINSKI, Marcia Kazenoh - Assédio Moral no Trabalho - Conceito, Espécies e Requisitos Caracterizadores.....	29
MORI, Amaury Haruo - O Assédio Moral e os Direitos de Personalidade do Trabalhador	42
SALADINI, Ana Paula Sefrin - Trabalho, Medo e Sofrimento: Considerações Acerca do Assédio Moral	72
SCHMID, Martha Halfeld Furtado de Mendonça - O Assédio Moral no Direito do Trabalho	89
OLIVEIRA, Euler Sinoir de - Assédio Moral: Sujeitos, Danos à Saúde e Legislação	128
CAMPAGNOLI, Adriana de Fátima Pilatti Ferreira. MANDALOZZO, Silvana Souza Netto - Sexo e Poder nas Relações de Emprego – uma breve análise sobre o assédio sexual	148

17ª Edição – Trabalho Doméstico

FRANCO, Georgenor de Souza - A Emenda Constitucional N. 72/2013 e o Futuro do Trabalho Doméstico	9
COELHO, Luciano Augusto de Toledo - A relação de emprego doméstico e a Emenda Constitucional 72 – primeiras impressões.....	32
ARANTES, Delaíde Alves Miranda - Trabalho Decente para os Trabalhadores Domésticos do Brasil e do Mundo.....	41
COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - O trabalho doméstico: impressões sobre a Convenção 189 da OIT como fonte material e a alteração da legislação brasileira com enfoque na limitação da jornada de trabalho	46
CALVET, Felipe Augusto - A evolução da legislação do trabalhador doméstico	88

SANTOS JÚNIOR, Rubens Fernando Clamer dos - A Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho	60
MONTICELLI, Thays Almeida - O Trabalho das Diaristas: Novas Considerações no Trabalho Doméstico	68
JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. FRACAPPANI, Adriano - O ambiente de trabalho, a doença e o acidente do trabalho e os desafios para empregadores e empregados domésticos	82
OLIVEIRA, Alexandre Nery de - A relação de trabalho doméstico segundo a Emenda Constitucional nº 72.....	93
BRUGINSKI, Marcia Kazenoh - A Concretização do Direito Humano ao Trabalho Decente para os Empregados Domésticos Enfoque na Convenção 189 da OIT e na Emenda Constitucional 72/2013	105
PASSOS, Edésio. PASSOS, André - O Trabalho Doméstico e a Emenda Constitucional 72. Resgate, igualdade, perdão, responsabilidade	117
BOSKOVIC, Alessandra Barichello. VILLATORE, Marco Antônio César - Trabalho decente doméstico e a necessidade de mais legislação para o Brasil ratificar a convenção nº. 189 da organização internacional do trabalho e suas consequências sociais e econômicas	130
OLIVEIRA, Nancy Mahra de Medeiros Nicolas - Emenda Constitucional 72/2013: Superação da Desigualdade?	150
MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. SILVA, Lenir Mainardes da - Aspectos Sociais da Relação Entre Empregado e Empregador Doméstico.....	160
PERRINI, Valdyr - Empregados Domésticos: a Fictícia Isonomia.....	172
COELHO JÚNIOR, Hélio Gomes - Trabalho Doméstico: a emenda que piorou o soneto	188

MACHADO, Sidnei - Os domésticos e a previdência social: o sentido da reforma de 2013 199

18ª Edição – Grupos Vulneráveis

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques - A reforma constitucional empreendida pela ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência aprovada pela Organização das Nações Unidas 10

THOME, Candy Florencio - O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores 42

FAVA, Marcos Neves - Erradicação Do Trabalho Infantil: Justiça E Juízes Do Trabalho 34

COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - O Direito dos Povos na Terceira Dimensão dos Direitos Humanos: Tolerância e Respeito para Inclusão Social..... 79

KLOSS, Larissa Renata - Desigualdades de Gênero no Trabalho 103

MASTRANTONIO, Simone Aparecida Barbosa - Inclusão dos Grupos Vulneráveis no Mercado de Trabalho Como Efetivação dos Direitos Fundamentais 143

SOUZA, Marcilene Lena Garcia de - Ações Afirmativas nos Serviços Públicos como Estratégia de Combate as Desigualdades..... 154

19ª Edição – Correio Eletrônico

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de - Direitos da Personalidade do Trabalhador e Correio Eletrônico 8

OLIVEIRA, Euler Sinoir de - A Inconstitucionalidade da Violação de E-Mail do Empregado pelo Empregador 37

CALVO, Adriana - O Conflito entre o Poder do Empregador e a Privacidade do Empregado no Ambiente de Trabalho..... 54

SAKO, Emília Simeão Albino - Uso Laboral e Extralaboral do Correio Eletrônico e Internet. Controle Patronal Indevido ou Abusivo. Lesão aos Direitos Fundamentais de Segredo das Comunicações e Privacidade..... 69

SILVA, Leda Maria Messias da. MANTOVANI JÚNIOR, Laert - O Direito a Intimidade do Empregado e a Possibilidade do Monitoramento de e-mails por parte do Empregador 88

20ª Edição – Aviso Prévio Proporcional

MAIOR, Jorge Luiz Souto - Aviso Prévio Desproporcional 8

SILVA, Homero Batista Mateus da - Em busca do tempo perdido: o aviso - prévio proporcional ao tempo de serviço e a Lei nº 12.506/2011 13

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa - Lei 12.506/2011 e Aviso Prévio Proporcional 40

COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - Aviso Prévio Proporcional: reflexões 56

21ª Edição – Dano Moral

MELO, Nehemias Domingos de - Fundamentos da reparação por Dano Moral Trabalhista e uma nova teoria para sua quantificação 8

ARAÚJO, Juliana Cristina Busnardo Augusto de - O Problema do Valor da Indenização por Dano Moral Devido à Pessoa Jurídica..... 26

NETO, José Affonso Dallegrave - O Direito Geral de Personalidade e o Conceito de Dano Moral Trabalhista 52

REIS, Clayton - A Reparação do Dano Moral no Direito Trabalhista 78

MAMCARZ, Caroline Bittencourt - Estresse e síndromes de esgotamento no trabalho como causa de doença ocupacional..... 101

SILVA, Leda Maria Messias da - O assédio moral no ambiente de trabalho: estudo comparado entre o Brasil e Portugal..... 114

22ª Edição – Dano Existencial

LORA, Ilse Marcelina Bernardi - O Dano Existencial no Direito do Trabalho 10

FILHO, Jorge Cavalcanti Boucinhas - O Dano Existencial e o Direito do Trabalho	26
COLNAGO, Lorena de Mello Rezende - Dano existencial e a jornada de trabalho	52
FROTA, Hidemberg Alves da - Noções fundamentais sobre o Dano Existencial	62

23ª Edição – Meio Ambiente do Trabalho

COUTINHO, Aldacy. BALESTRA, Oriana - Endomarketing nos Marcos Da Organização do Trabalho Toyotista	9
MONTEIRO, Carolina Masotti - Acidente De Trabalho E Responsabilidade Patronal Objetiva	23
ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de - Meio Ambiente Do Trabalho Saudável E Equilibrado: Proteção À Saúde Do Trabalhador	42
SCOTTINI, Cássia Akemi - O Meio Ambiente Laboral à Luz da Psicopatologia: O Sofrimento no Trabalho como causa de Transtornos Mentais	67
ALMEIDA, Thais de - Suicídio no Trabalho e Responsabilidade do Empregador	106
MELO, Raimundo Simão de - Meio Ambiente do Trabalho e Atividades de Risco: Prevenção e Responsabilidades	131
CALVO, Adriana - O Assédio Moral Institucional e a Dignidade da Pessoa Humana (Estudo do Assédio Moral Institucional sob a Ótica dos Direitos Fundamentais)	153
MINARDI, Fabio Freitas - Direito Ambiental do Trabalho: Fundamentos e Princípios	175

24ª Edição – 70 Anos da CLT

PINTO, Almir Pazzianotto - 70 Anos De CLT	09
CALVET, Felipe. GARCÍA, Eloá dos Santos Marques - Os 70 Anos Da CLT – Avanços e Retrocessos... ..	12
CARBALLIDO, Manuel E. Gándara - Repensando Los Derechos Humanos Desde Las Luchas	17
PAULA, Carlos Alberto Reis de - Retrospectiva Da CLT: Um Balanço Dos 70 Anos	29
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa - Consolidação Das Leis Do Trabalho 70 Anos Depois: Reforma Trabalhista, Desregulamentação e Flexibilização	39

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa - 70 Anos da CLT e Avanços Legislativos E Jurisprudenciais ...	45
PASTORE, José - 101 Propostas para Modernizar A CLT	52
SAMPAIO, Ricardo - O Rurícola Bóia-Fria é Empregado: Não há Autonomia, nem vazio legal	54
LEITE, Milca Micheli Cerqueira - Evoluções, Pelejas e os 70 Anos apressados da CLT	60
CARMO, Julio Bernardo do - Setenta anos da CLT, uma Retrospectiva Histórica.....	65
ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de - A CLT e as Revistas Realizadas nos bens de uso pessoal do empregado e nos bens de propriedade da empresa	77
ARAÚJO, Silvia Maria de - CLT: Uma Sociabilidade que Perdura (1943-2013)	94

25ª Edição – Ética

Ireno Junior, Ivanir César – Os fundamentos éticos e históricos das prerrogativas da Magistratura ..	9
LEITE, Flávia Bueno de Cerqueira – A Relativização do Sigilo Profissional Médico.....	24
VIGO, Rodolfo Luis – Etica profesional: especificidad, importancia y actualidad	34
VALLE, Bortolo – Ética e cidadania	48
COELHO, Luciano Augusto de Toledo – Juiz, também um réu.....	57
CHAVES, Daniela Lustoza Marques de Souza – Solidariedade e Responsabilidade: um olhar sobre os fundamentos éticos da Magistratura	59
CARNEIRO, Maria Francisca – Ética – resgate e atualidade do conceito	76
RICHA, Morgana de Almeida – O Conselho Nacional de Justiça e a Constituição da vida Republicana	80



RELATÓRIO

GESTÃO

ESCOLA JUDICIAL

2012/2013

INTRODUÇÃO

A Resolução Administrativa nº 116/2011 do Órgão Especial aprovou a composição do Conselho Administrativo da Escola Judicial para o **biênio 2012-2013**, sendo seus integrantes: Desembargadoras Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu (Diretora), Ana Carolina Zaina (Vice-Diretora), Juízes Titulares Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (Coordenador) e Eduardo Milléo Baracat (Vice-Coordenador); representando os Desembargadores, Desembargadores Arion Mazurkevic, Nair Maria Ramos Gubert e Cássio Colombo Filho; representando os Juízes Titulares, Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha; representando os Juízes Substitutos, Juízes Lourival Barão Marques Filho e Rafael Gustavo Palumbo. A composição do Conselho Administrativo foi ampliada pela RA nº 24/2012 (**ANEXO I**), passando o Diretor Cultural da AMATRA-IX a ter assento permanente (alteração do art. 5º do Regimento Interno da EJ). O atual Conselho Administrativo da Escola Judicial atua desde dezembro de 2011.

PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico para o período de 2012-2017 foi elaborado pela atual gestão e aprovado pela Resolução Administrativa 137/2012 (**ANEXO II**), do Órgão Especial.

O atual Projeto Pedagógico é o segundo Projeto norteador às atividades da Escola Judicial, tendo sido o primeiro documento originário da Resolução Administrativa 57/2009, do Órgão Especial.

ESTRUTURA FÍSICA

A estrutura física da Escola Judicial e recursos materiais são hoje apropriados às atividades, buscando-se observar as diretrizes da Recomendação 02/2009 da ENAMAT. Porém, em razão do volume de ações formativas – tanto de formação inicial quanto continuada – as salas e Auditório da Escola Judicial são utilizados em sua máxima ocupação, o que gera, inclusive, dificuldades para manutenção. Destaca-se que muito em breve, os espaços serão insuficientes.

No que concerne às áreas edificadas, a partir de janeiro de 2012 a Escola Judicial mudou-se do 4º andar do prédio da Av. Vicente Machado, 147 para a sobreloja da mesma edificação.

Destaca-se, ainda, que toda a sobreloja do edifício administrativo do TRT 9ª Região (Avenida Vicente Machado, 147) é destinada à Escola Judicial. As instalações são compostas por: secretaria, sala da Direção e do Conselho Administrativo, Auditório com capacidade para 100 pessoas, sala de aula para até 50 pessoas, dois laboratórios habilitados a capacitar para o PJe/JT, um com 16 lugares e outro apto a receber 35 alunos, ambos equipados nos estritos parâmetros indicados pela ENAMAT para a formação especializada.

NÚCLEOS REGIONAIS DA ESCOLA JUDICIAL

No propósito de interiorizar as atividades da Escola Judicial, para promover ações de formação

continuada com maior frequência e próximas aos Magistrados, compartilham-se salas de capacitação em dois Fóruns do interior do Paraná, sob gestão das respectivas Direções do Fórum: Cascavel (capacidade para 50 lugares); e Maringá (em término das obras do Auditório, com 80 lugares).

Salienta-se que Londrina tem Núcleo Regional instalado e houve a organização de sala de capacitação para 80 lugares. Todavia, o espaço foi destinado à instalação da 8ª Vara do Trabalho, sendo aguardado espaço alternativo para reinstalação do Núcleo, até finalização das obras do auditório local.

Faz grande falta às iniciativas da Escola Judicial um estúdio para produção de material audiovisual, já tendo sido providenciado pela Administração o local que será destinado a tal finalidade.

QUADRO FUNCIONAL E ANÁLISE DE NECESSIDADES

O quadro é composto por 13 servidores lotados na Assessoria da Escola Judicial, contemplando as diretrizes da Recomendação 02/2009 da ENAMAT, bem como as alterações concretizadas quando da edição da Resolução Administrativa 136/2012 (ANEXO III).

Vinculam-se à Assessoria:

- o Serviço de Apoio Pedagógico,
- a Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados;
- a Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores;
- a Seção de Apoio Administrativo;
- o Setor de Suporte em Cursos;
- a Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais;
- a Seção de Gestão Orçamentária e Financeira;
- a Seção de Gestão e Contratos;
- e o Setor de Pesquisa, Extensão e Publicações.

Evidencia-se, ainda, a necessidade de revisão das funções comissionadas, considerando as atividades desempenhadas pelos servidores.

A Assessoria da Escola Judicial, conta com servidores ocupantes:

- o cargo comissionado CJ-3 de assessora;
- o Serviço de Apoio Pedagógico conta com 01 (uma) servidora ocupante de cargo comissionado CJ-2; na Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados encontra-se lotada 01 (uma) servidora ocupante de uma função comissionada FC-04, quando deveria ser ocupante de uma FC-05; a servidora acumula, junto com a Diretora do Serviço de Apoio Pedagógico, as atribuições da Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores, pois até a presente data não há nenhum servidor nessa lotação;

- a Seção de Apoio Administrativo conta com 01 (uma) servidora, ocupante de função comissionada, FC-05;
- o Setor de Suporte em Cursos conta com 01 (uma) servidora, ocupante de função comissionada, FC-04;
- na Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais, uma servidora ocupa a função comissionada FC-04, quando deveria ser ocupante de uma FC-05;
- na Seção de Gestão Orçamentária e Financeira há 01 (uma) servidora, ocupante de função comissionada FC-05 e outro servidor ocupante de FC03;
- na Seção de Gestão de Contratos, 01 (uma) servidora é ocupante de função comissionada FC-05 e outro servidor ocupa FC03;
- no Setor de Pesquisa, Extensão e Publicações 01 (uma) servidora é ocupante de função comissionada FC-04; e, finalmente,
- há 03 (três) servidores que atuam na Assessoria e não exercem função comissionada.

O quantitativo de servidores que prestam suporte ao Conselho Administrativo em cada área da estrutura tem-se mostrado insuficiente para atender às demandas da Escola Judicial.

Em particular é deficitária a Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais, em que trabalha única servidora (que ocupa a função comissionada FC-04, quando o ideal seria a designação de uma FC-05), responsável por desenvolver e atualizar tecnologias eletrônicas voltadas a objetos pedagógicos, para aprimorar a educação a distância, dar apoio às ações presenciais, estimular a comunicação e divulgação das ações da Escola Judicial e, sobretudo, dar suporte técnico sobre as tecnologias eletrônicas educacionais (com ênfase ao suporte à ferramenta de ensino a distância, plataforma livre Moodle).

A Diretoria da Escola Judicial empenha-se desde o início de suas atividades, em dezembro de 2011, na designação de segundo servidor com mesma formação e qualificação, considerando que a servidora lotada na Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais é bacharel em Gestão da Tecnologia da Informação. Os esforços da Diretoria são obstados pela concentração de técnicos com qualificação acadêmica e profissional no quadro próprio das Secretarias de Informática. A dependência da indicação de segundo servidor qualificado é problema bastante grave e, no momento, ainda sem solução.

Cumprido ressaltar que a necessidade de um servidor a ser lotado na Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais foi reconhecida pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho na última inspeção realizada entre 11 e 13 de novembro do presente ano.

Na oportunidade, recomendou *“Promover realocação de recursos humanos de modo*

a que possa ser lotado na EJUD-9 ao menos **mais um servidor com capacitação em tecnologias educacionais**” (negrito no original).

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS

Em virtude do XXIII Concurso Público de Prova e Títulos para a Magistratura do Trabalho da 9ª Região, que aprovou 17 (dezesete) candidatos, gradativamente empossados, foram realizados 6 (seis) Cursos de Formação Inicial (**ANEXO IV**) entre os quais 5 (cinco) já foram concluídos, com a participação de 13 (treze) Juízes.

Cumprir destacar que 2 (dois) dos candidatos aprovados já atuavam na magistratura trabalhista, não participando dos referidos cursos.

FORMAÇÃO CONTINUADA

No ano de 2012 foram realizados **31 (trinta e um) eventos**, incluída a II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná, realizada no período de 24 a 28 de setembro de 2012, que contou com a participação de **160 (cento e sessenta) magistrados**.

No **primeiro semestre de 2013** foram realizados **27 (vinte e sete) eventos**, totalizando **208 horas ofertadas aos magistrados**.

O levantamento realizado para o **segundo semestre**, incluindo o evento “Seminário Direito do Trabalho e Terceirização: Teoria e Prática no Brasil e Uruguai” que será realizado nos dias 28 e 29 de novembro, resultou em **17 (dezesete) eventos, sendo oferecidas 161 horas**.

Destaca-se a III Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná, realizada no período de 16 a 20 de setembro de 2013, que contou com a participação de 169 (cento e sessenta e nove) Magistrados.

A programação dos eventos de 2012 e 2013 encontra-se no anexo V

REVISTA ELETRÔNICA

Editada desde outubro de 2011, a Revista Eletrônica, publicada mensalmente, completou o ano de 2012 com a 14ª edição. No ano em curso foram publicadas mais dez revistas e estão previstas mais duas até o final do ano, atingindo 438.210 acessos até o momento (considerando-se todas as Revistas até então publicadas, inclusive as de número 1 a 3, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, cujos temas foram respectivamente: Ação Civil Pública, Revista Íntima e Normas Internacionais).

A pesquisa é realizada por grupo de servidores do Regional sob a coordenação do Desembargador Luiz Eduardo Gunther, e traz a cada mês, acórdãos, sentenças, ementas, artigos, resenhas, vídeos, fotos, notícias, sempre versando sobre tema previamente escolhido e aprovado pelos Conselheiros da Escola Judicial.

Em alguns meses, a Revista se apresentou como verdadeiro registro dos eventos realizados pelo Regional, tais como as edições que trataram da Conciliação (volume II) e da II Semana Institucional, promovida em setembro de 2012. A edição mais recente comemora os 70 Anos da CLT.

A Revista Índice, homenagem à Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (de formato tradicional e circulação exclusivamente física), contém quatro diferentes índices das publicações impressas, desde o primeiro volume editado em 1976, num total de 67 revistas, várias delas em dois volumes, atualmente acessíveis pelo *site* do Regional em arquivos digitais.

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO. ESCOLA JUDICIAL COMO UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL.

A **Resolução nº 159/2012 do Conselho Nacional de Justiça** dispôs sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Estipulou no artigo 7º, que os Tribunais deveriam incluir em seus orçamentos rubrica específica para as necessidades das Escolas Judiciais, além de constituí-las como Unidades Gestoras Responsáveis, com competência para a ordenação de despesas. A execução poderia ser delegada à estrutura administrativa tradicional do Tribunal, porém restou fixada a responsabilidade solidária da Direção da Escola Judicial, para fins de responsabilização fiscal e tomada de contas.

Surgida a necessidade de ajustar o orçamento e adequar a estrutura de execução, o Conselho Administrativo da Escola Judicial deliberou no sentido de limitar as ações de capacitação de servidores e formação de magistrados em temas diretamente relacionados à prestação jurisdicional, restringindo a responsabilidade da Escola Judicial, como ordenadora de despesas a estas ações, com fundamento no imprescindível controle e conhecimento de mérito das ações promovidas, inclusive com o objetivo de aferir a utilidade, juízo de necessidade, conveniência dos valores contratados e bem exercer o poder de fiscalização, pré-requisitos inexistentes nas ações de áreas não jurisdicionais. Submetida a deliberação ao Órgão Especial foi aprovada pela Resolução Administrativa nº 58/2013 do Órgão Especial, adaptando o conteúdo da Resolução Administrativa n.º 137, de 10 de setembro de 2012, referente ao Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, às disposições da Resolução n.º 159, do Conselho Nacional de Justiça, de 12 de novembro de 2012, e ao Ato Conjunto TST.CSJT.ENAMAT n.º 1/2013, de 06 de março de 2013. Assim, desde 1º de abril de 2013, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região é incumbida de promover a formação e o aprimoramento profissional contínuo dos magistrados e dos servidores lotados nas Unidades Judiciárias do TRT da 9.ª Região, assim compreendidos os Fóruns e as Varas do Trabalho, Serviços de Distribuição, Gabinetes de Desembargadores, Turmas e Unidades subordinadas à Secretaria Geral Judiciária e à Secretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e das

Seções Especializadas, em temas diretamente relacionados à prestação jurisdicional.

Mesma Resolução Administrativa nº 58 atribui prevê que a gestão do orçamento pela Escola Judicial deve estar circunscrita aos cursos de magistrados e servidores da área-fim, com foco na prestação jurisdicional, acarretando a separação proporcional do orçamento aprovado em 2013, especificamente da Ação Orçamentária Capacitação de Recursos Humanos, na seguinte proporção:

- 82,5% dos recursos destinados para gestão pela EJ em ações formativas voltadas para a área jurisdicional, incluindo a capacitação para o PJe-JT, e
- 17,5% destinados para a gestão pela Direção-Geral, em ações voltadas para a área administrativa.

A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças – Secof do TRT 9ª Região, por meio do Of. Secof nº 57 requereu à Setorial Contábil do Conselho Superior da Justiça do Trabalho a constituição da Escola Judicial da 9ª Região como Unidade Gestora Responsável (UGR), no Siafi, sob o código 080029, efetuando o cadastro da Exma. Desembargadora Diretora da Escola Judicial como Ordenadora de Despesas (controle primário), cadastro da Exma. Desembargadora Vice-Diretora como Ordenadora de Despesas Substituta (em caráter primário) e, por delegação, à servidora Patrícia Aimee Bruel Antonio, por delegação de competência, a Ordenação de Despesas, optando-se pela idêntica estrutura de execução da Presidência do TRT 9ª, como facultou o art. 7º da Resolução CNJ nº 159/2012.

Na data de 15/10/2013, por motivo da recepção dos valores descentralizados para o fim específico de pagamento das diárias aos magistrados participantes do 15º Curso de Formação Inicial (módulo nacional promovido pela Enamat) foi inserido no Sistema de Orçamento deste Regional o Programa 059632 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que estará sob a gestão da Escola Judicial assim como o Programa 059792 - Capacitação de Recursos Humanos.

ANEXOS

ANEXO I

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 024/2012

CERTIFICO e dou fé que, em sessão ordinária realizada nesta data, sob a presidência da excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presentes os excelentíssimos Desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (Vice-Presidente), Dirceu Pinto Júnior (Corregedor), Tobias de Macedo Filho, Rosalie M. Bacila Batista, Luiz Eduardo Gunther, Fátima T. Loro Ledra Machado (convocada), Arnor Lima Neto, Márcia Domingues, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Ana Carolina Zaina (convocada

– em férias), Nair Maria Ramos Gubert, Eneida Cornel, Neide Alves dos Santos e o excelentíssimo Procurador-Chefe Regional do Trabalho Ricardo Bruel da Silveira, representante do Ministério Público do Trabalho, RESOLVEU o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por maioria de votos, vencidas as excelentíssimas Desembargadoras Fátima T. Loro Ledra Machado, Márcia Domingues, Nair Maria Ramos Gubert, Eneida Cornel e Neide Alves dos Santos, DEFERIR a alteração do artigo 5º do Regimento Interno da Escola Judicial para que o Diretor Cultural da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná – AMATRA IX, passe a ter assento permanente junto ao Conselho Administrativo da Escola Judicial.

OBS: Ausentes, justificadamente, os excelentíssimos Desembargadores Ney José de Freitas (afastado, em atividade no CNJ), Luiz Celso Napp (em férias) e Ubirajara Carlos Mendes (afastado). A excelentíssima Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado participou da sessão, como convocada, na cadeira do excelentíssimo Desembargador Ney José de Freitas (Portaria SGP n.º 58, de 15-12-2011), afastado temporariamente da jurisdição em razão de suas funções no CNJ (RA-OE 106/2011). A excelentíssima Desembargadora Ana Carolina Zaina, em férias, participou da sessão, como convocada, na cadeira do excelentíssimo Desembargador Ubirajara Carlos Mendes (Portaria SGP n.º 59, de 15-12-2011), afastado temporariamente da jurisdição (RA-OE 87/2011). Presentes os excelentíssimos Juízes Carlos Augusto Penteado Conte, Presidente da Amatra IX, e Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, auxiliar da Presidência.

Curitiba, 30 de janeiro de 2012.

ANA CRISTINA NAVARRO LINS

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada

Divulgada no “DEJT”

Dia 1º/02/2012 Págs.: 28 Ed.: 910/2012

ANEXO II

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

137/2012

CERTIFICO e dou fé que, em sessão extraordinária realizada nesta data, sob a presidência da excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presentes os excelentíssimos Desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (Vice-Presidente), Dirceu Pinto Júnior (Corregedor), Rosalie M. Bacila Batista, Fátima T. Loro Ledra Machado (convocada), Luiz Celso Napp, Arnor Lima Neto, Márcia Domingues, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Ubirajara Carlos Mendes, Nair Maria Ramos Gubert, Eneida Cornel, Neide Alves dos Santos e a excelentíssima Procuradora-Chefe Substituta Eliane Lucina, representante do Ministério Público do Trabalho, **RESOLVEU** o Órgão Especial do

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **APROVAR** de Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial, TRT 9ª Região - 2012/2017, conforme anexo I.

OBS: Ausentes, justificadamente, os excelentíssimos Desembargadores Tobias de Macedo Filho (em férias), Ney José de Freitas (afastado, em atividade no CNJ) e Luiz Eduardo Gunther (em férias). A excelentíssima Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado participou da sessão, como convocada, na cadeira do excelentíssimo Desembargador Ney José de Freitas (Portaria SGP n.º 58, de 15-12-2011), afastado temporariamente da jurisdição em razão de suas funções no CNJ (RA-OE 106/2011). Presentes os excelentíssimos Juízes Sandra Mara Flügel Assad, Vice-Presidente da Amatra IX e Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, Auxiliar da Presidência.

Curitiba, 10 de setembro de 2012.

ANA CRISTINA NAVARRO LINS

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada

Disponibilizada no “DEJT”

Dia 13/09/2012 Pág.: 51/52 Ed. nº: 1063/2012

ANEXO I - DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 137/2012

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA JUDICIAL

2012/2017

1. Apresentação

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região apresenta a primeira revisão e atualização de Projeto Político Pedagógico, documento que sistematiza os princípios e diretrizes que orientarão as suas ações no próximo quinquênio (2012-2017), tendo em vista o cumprimento de suas finalidades, previstas no Regulamento Interno.

Este documento foi elaborado visando a conferir consistência e qualificação às atividades jurisdicionais, com o desígnio maior de instituir um ambiente propício à formação tecnicamente adequada e eticamente humanizada dos protagonistas aos quais foi confiada a nobre tarefa de viabilizar e concretizar a entrega da prestação jurisdicional efetiva.

2. Histórico

A criação da Escola Judicial, inicialmente como Escola de Administração Judiciária, foi aprovada pelo Órgão Especial deste E. Tribunal Regional do Trabalho do Paraná - 9ª Região, em 29 de novembro de 2004 (RA 127/2004) e seu Regulamento Interno em 28 de março de 2005 (RA 31/2005).

As primeiras instalações foram inauguradas em 05 de dezembro de 2005, com área de 456,73m², no Edifício Anexo Administrativo, Fórum da Justiça do Trabalho de Primeiro Grau de Curitiba. As atuais instalações foram inauguradas em dezembro de 2011 e situam-se no Edifício da Avenida Machado, nº 147, sobreloja, em Curitiba.

O Regulamento Interno da Escola de Administração Judiciária recebeu alterações pela RA 056/2007 e pela RA 056/2009 do Órgão Especial do TRT. A RA 057/2009 do Órgão Especial aprovou o Projeto Pedagógico 2009/2010 da Escola Judicial. Observada a Recomendação nº 01/2009 da ENAMAT, a escola passou a receber a denominação “Escola Judicial” uniformizada para os integrantes do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho - SIFMT. A instituição atua em conjunto com a Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, conforme previsto na Emenda Constitucional 45/2004.

2.1. Conselho Administrativo

Os primeiros membros eleitos para compor o Conselho Administrativo da Escola foram os Excelentíssimos Desembargadores Ney José de Freitas, como Diretor e Dirceu Buyz Pinto Júnior, como Coordenador, Desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, Juiz Eduardo Milléo Baracat e Juiz José Mario Kohler, representando os Juízes de 1ª Instância.

Para o biênio 2006/2007, foram eleitos em 28 de novembro de 2005 os Excelentíssimos Desembargadores Ney José de Freitas, Diretor, Célio Horst Waldraff, Coordenador, e Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Juiz Eduardo Milleo Baracat, representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juiz Fernando Hoffmann, representante dos Juízes Substitutos (RA 180). No decorrer do biênio 2006/2007, atendendo ao previsto na RA 56/2007, do Órgão Especial e disposto na Portaria SGP 042/2007, compuseram o Conselho Administrativo da EAJ os Excelentíssimos Desembargadores Ney José de Freitas, Diretor, Arnor Lima Neto, Vice-Diretor, Célio Horst Waldraff, Coordenador, a Excelentíssima juíza titular de 1º Grau, Odete Grasselli, como Vice Coordenadora, a Excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, representante dos Desembargadores, o Juiz Paulo Ricardo Pozzolo, representante dos Juízes Titulares, e o Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, representante dos Juízes Substitutos.

Compuseram o Conselho Administrativo da Escola Judicial, para o biênio de 2008/2009 (RA 187/2007), os Excelentíssimos Desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão, Diretora, Arnor Lima Neto, Vice-Diretor, Arion Mazurkevic, Coordenador, o Excelentíssimo Juiz Reginaldo Melhado, Vice-Coordenador, Desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior, representante dos Desembargadores, Juiz Leonardo Vieira Wandelli, representante dos Juízes Titulares, e Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, representante dos Juízes Substitutos.

Tal composição sofreu alterações em março e em junho de 2009, inclusive pela ampliação do Conselho, de modo que até dezembro de 2009 integraram o Conselho Administrativo da Escola

Judicial os excelentíssimos Desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão (Diretora), Altino Pedrozo dos Santos (Vice-Diretor), Arnor Lima Neto (Coordenador) e Excelentíssimo Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho (Vice-Coodenador), Excelentíssimos Desembargadores Dirceu Buyz Pinto Júnior e Edmilson Antônio de Lima, Excelentíssimos Juízes do Trabalho Leonardo Vieira Wandelli e Cássio Colombo Filho, representantes dos Juízes Titulares e Excelentíssimas Juízas Nancy Mahra de Medeiros Nicholas Oliveira e Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira, representantes dos Juízes Substitutos.

A Resolução Administrativa nº 146/2009 do Órgão Especial aprovou a composição do Conselho Administrativo da Escola Judicial para o biênio 2010-2011, sendo seus integrantes os excelentíssimos Desembargadores Luiz Eduardo Gunther (Diretor), Dirceu Buyz Pinto Junior (Vice-Diretor) e excelentíssimos Juízes Titulares Reginaldo Melhado (Coordenador) e Eduardo Milléo Baracat (Vice-Coodenador); sendo ainda Conselheiros, Desembargadores Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu e Ubirajara Carlos Mendes; representando os Juízes Titulares, Juízes Ilse Marcelina Bernardi Lora e Cássio Colombo Filho; representando os Juízes Substitutos, Juízes Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira e Luciano Augusto de Toledo Coelho. A Resolução Administrativa nº 116/2011 do Órgão Especial aprovou a composição do Conselho Administrativo da Escola Judicial para o biênio 2012-2013, sendo seus integrantes: Excelentíssimas Desembargadoras Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu (Diretora), Ana Carolina Zaina (Vice-Diretora), Excelentíssimos Juízes Titulares Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (Coordenador) e Eduardo Milléo Baracat (Vice-Coodenador); representando os Desembargadores, Desembargadores Arion Mazurkevic e Nair Maria Ramos Gubert; representando os Juízes Titulares, Juízes Cássio Colombo Filho e Valéria Rodrigues Franco da Rocha; representando os Juízes Substitutos, Juízes Lourival Barão Marques Filho e Rafael Gustavo Palumbo.

A composição do Conselho Administrativo foi ampliada pela RA nº 24/2012, passando o Diretor Cultural da AMATRA-IX a ocupar assento permanente (alteração do art. 5º do Regimento Interno da EJ).

3. Missão

Promover formação inicial e continuada de magistrados e desenvolver competências de servidores de modo a viabilizar a prestação jurisdicional com qualidade, agilidade, e uso responsável dos recursos, segundo os princípios do Estado Democrático do Direito.

4. Objetivos

4.1. Objetivo geral:

A EJ do TRT/9ª Região tem, como objetivo geral, promover formação inicial e continuada tecnicamente adequada e eticamente humanizada para magistrados, além de desenvolver competências de servidores, visando à solução justa dos conflitos, sob os princípios do Estado Democrático de Direito e servir como sustentáculo técnico e científico dos projetos de ação do Tribunal, por meio da estreita articulação com todos os demais setores do órgão.

4.2. Objetivos específicos:

Segundo estabelece o art. 3º do seu Regulamento Interno, aprovado pela Resolução nº 056/2009, são os seguintes os objetivos da Escola Judicial:

- . a formação e o aprimoramento profissional contínuo dos magistrados, com o fim de implementar níveis elevados de eficiência em todas as atividades relativas à prestação jurisdicional;
- . a colaboração com a Comissão de Vitaliciedade no acompanhamento e na avaliação de juízes substitutos, para efeito de vitaliciamento;
- . subsidiar deliberações do Pleno para fins de processos de promoção e de formação de lista de acesso ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (na forma da RA 14/2011);
- . a participação nas Comissões de Concurso para ingresso à Magistratura do Trabalho do TRT da 9ª Região;
- . a realização de pesquisas e de programas de extensão junto à sociedade, internamente ou mediante convênios e parcerias, a partir de eixos temáticos previamente definidos;
- . a elaboração e execução de programas de capacitação de servidores, nas áreas administrativa e judiciária da Justiça do Trabalho da 9ª Região;
- . a promoção de estudos e difusão do conhecimento sobre gestão do Judiciário, buscando a racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos judiciais e administrativos;

5. Princípios da Formação Inicial e Continuada de Magistrados

A formação inicial e continuada de magistrados está fundada nos seguintes princípios básicos:

- . alinhamento estratégico mediante ações de desenvolvimento de pessoas consoante à estratégia do Tribunal, propiciando ao magistrado a compreensão do seu papel no alcance de resultados;
- . reconhecimento de que a ação formativa é manifestação inerente e necessária da função judicial, promovendo a integração harmônica das atividades de capacitação no cotidiano da magistratura, especialmente nos aspectos do tempo e da produtividade;
- . reconhecimento das diferenças relativamente aos conhecimentos e experiências, bem como aos interesses e necessidades de formação;
- . compartilhamento da responsabilidade da formação pelos magistrados;
- . sistematicidade e progressividade da aquisição e aplicação prática dos saberes da formação, a serem organizados em itinerários formativos;
- . acessibilidade plena aos instrumentos e às oportunidades de formação, segundo percursos

individuais definidos em conformidade com as especificidades dos cargos e áreas de atuação;

- . democratização interna e transparência, nas Escolas, dos processos de construção, gestão e compartilhamento dos saberes do exercício profissional;
- . respeito pleno à liberdade de entendimento e de convicção dos magistrados em formação, em todas ações que integram o itinerário formativo, desde o planejamento pedagógico até a avaliação;
- . caráter profissionalizante e institucional dos elementos e processos formativos;
- . compreensão das características epistemológicas próprias da aprendizagem profissional, em que se obtém aprimoramento no e pelo trabalho efetivo, reconhecendo a possibilidade de atribuir caráter formativo também na experimentação e exercício concreto das atividades jurisdicionais cotidianas e atos a ela inerentes, partindo da problemática tópica, concreta e atual;
- . integração sistêmica das unidades de formação em torno dos objetivos comuns;
- . compartilhamento de ações e decisões de formação entre Tribunais e Escolas Judiciais das respectivas Regiões;
- . postura ativa e interativa dos magistrados em formação, em processos de aprendizagem que privilegiem técnicas de ensino dialógicas, investigativas, participativas e de compartilhamento de saberes, práticas e experiências, com vistas à concretude e à difusão dos conhecimentos;
- . inserção tutelada, individualizada e progressiva no ambiente profissional e nas atribuições funcionais do cargo;
- . constante busca de utilização de novos espaços e técnicas de aprendizagem, especialmente com a exploração de mídias contemporâneas para a veiculação das ações formativas e formação de redes de ensino de construção colaborativa de conhecimento.

6. Perfil profissional referência para a formação inicial e continuada de magistrados

A EJ contemplará, na promoção dos processos de formação inicial e continuada de magistrados, o desenvolvimento das seguintes competências profissionais:

- . postura reflexiva, ativa e autocrítica, tanto em relação a saberes da área jurídica quanto em relação a saberes de outras áreas do conhecimento de forma transdisciplinar, de modo a acompanhar as incessantes transformações sociais enfrentando seus novos desafios;
- . postura pró ativa, crítica, comprometida com o interesse público, atenta à duração razoável do processo, eticamente humanizada e de autonomia profissional, de modo a promover a solução justa, eficaz e célere dos conflitos no exercício da prestação do serviço jurisdicional;
- . interpretação e aplicação de princípios e regras jurídicas em conformidade com os preceitos

constitucionais e os valores do Estado Democrático de Direito;

- . identificação e posicionamento crítico diante das dimensões sociológicas, econômicas, políticas, psicológicas e jurídicas envolvidas na atividade jurisdicional;
- . formação continuada visando o compartilhamento de aprendizagens, o desenvolvimento permanente de competências em níveis avançados e a aquisição de novas competências profissionais.
- . apoio a atividades direcionadas à promoção da qualidade de vida dos profissionais envolvidos na prestação do serviço jurisdicional, como trabalhadores especializados e singulares da sociedade;
- . administração judiciária eficiente das unidades judiciárias do Tribunal;
- . promoção da conciliação judicial trabalhista ética e pacificadora;
- . argumentação discursiva na posição de terceiro frente ao conflito;
- . condução da instrução processual m Vara do Trabalho e, eventualmente, no Tribunal;
- . eficiência na direção da tramitação processual;
- . elaboração de atos decisórios e administrativos tecnicamente corretos, argumentativamente fundamentados, discursivamente claros e precisos e teleologicamente instrumentais à efetividade da jurisdição;
- . promoção da responsabilidade social e institucional da função judicante;
- . domínio de elementos gerais de cálculo de valores objeto de judicialização;
- . operação de tecnologias aplicadas ao exercício da magistratura;
- . relacionamento eficaz com as partes em litígio, a sociedade e a mídia;
- . relacionamento eficaz e colaborativo com outros operadores jurídicos na carreira ou fora dela;
- . compreensão crítica das diversas formas de trabalho e de produção na sociedade contemporânea;
- . integração ao contexto sociocultural, econômico e político onde venha a exercer a atividade jurisdicional.

7. Princípios que regem o desenvolvimento de competências dos servidores

A EJ observará, ao atuar no desenvolvimento da capacitação de servidores, os seguintes princípios:

- . alinhamento estratégico mediante ações de desenvolvimento de pessoas consoante à estratégia do Tribunal, propiciando ao servidor a compreensão do seu papel no alcance de resultados;
- . busca da melhoria contínua da qualidade, da celeridade e da ampliação do acesso à prestação

jurisdicional;

- . democratização das oportunidades de capacitação, observados os mapas de planejamento e as prioridades institucionais, devendo as ações educativas ser estendidas a todos os servidores, voltadas para o atendimento das necessidades identificadas;
- . reconhecimento das diferenças relativamente aos conhecimentos e experiências, bem como aos interesses e necessidades de capacitação;
- . compartilhamento da responsabilidade de educação pelos servidores;
- . promoção do compartilhamento de aprendizagens, visando o desenvolvimento de competências coletivas;
- . geração, registro e compartilhamento de conhecimentos e experiências entre servidores;
- . reconhecimento e valorização das competências adquiridas pelo servidor para o exercício de atividades de maior responsabilidade e complexidade, incluindo a docência em sua área de atuação.

8. Perfil profissional referência para o desenvolvimento de competências dos servidores

Os programas de capacitação terão como finalidade o desenvolvimento das seguintes competências que permitam ao servidor, no exercício de suas atribuições, resguardadas as especificidades do cargo:

8.1. Competências cognitivas complexas e comportamentais:

- . relacionar-se com o público interno e externo de forma cortês, respeitosa e profissional;
- . conviver com seus colegas e superiores de forma harmoniosa, respeitando a diversidade;
- . contribuir para a solução de conflitos na unidade, negociando posicionamentos quando necessário;
- . compartilhar aprendizagens;
- . dar e receber feedback, buscando a melhoria contínua dos procedimentos;
- . participar de trabalhos em equipe, demonstrando capacidade de cooperar com colegas e superiores;
- . propor soluções inovadoras para a melhoria do desempenho da unidade;
- . organizar tarefas, documentos e informações;
- . dominar as ferramentas de pesquisa da legislação, doutrina e jurisprudência;
- . usar de forma eficaz, programas, ferramentas, sistemas e meios eletrônicos buscando efetividade na realização do trabalho;
- . relacionar o trabalho aos objetivos institucionais e estratégicos, identificando o impacto de suas

- ações sobre a totalidade do trabalho;
- . buscar desenvolver-se continuamente;
- . promover a qualidade de vida no trabalho;
- . comunicar-se de forma clara, precisa e concisa;
- . zelar pela segurança da informação.

8.2. Competências específicas, considerada a unidade de lotação:

A EJ buscará alcançar, em suas ações formativas, a obtenção das competências específicas necessárias para o desempenho dos diversos cargos e funções em seu âmbito, considerando suas peculiaridades e necessidades, citando exemplificativamente:

- . organizar o processo de elaboração, implementação, acompanhamento e realimentação do planejamento estratégico;
- . participar dos processos de gestão estratégica, em todas as suas etapas;
- . gerir pessoas, processos, projetos, informações, material e patrimônio;
- . atuar nas áreas de educação, comunicação e tecnologia da informação;
- . desenvolver e avaliar programas de saúde;
- . desenvolver e acompanhar projetos na área de engenharia e arquitetura;
- . organizar e gerir o sistema de documentação, informação e divulgação do Tribunal;
- . desenvolver e implementar metodologias de avaliação institucional, identificando necessidades e implementado melhorias;
- . planejar, implementar e avaliar estratégias de comunicação com o público interno e externo;
- . executar mandados;
- . analisar e pesquisar legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito;
- . elaborar pareceres jurídicos;
- . redigir minutas e documentos administrativos;
- . implementar processos licitatórios, elaborar e acompanhar contratos;
- . elaborar orçamentos e acompanhar a execução financeira;
- . realizar e/ou apoiar a realização de cálculos;

- . realizar controle interno;
- . desenvolver, implementar e manter sistemas, prestando apoio aos usuários;
- . planejar, executar e acompanhar as ações de segurança e transporte.

9. Os princípios pedagógicos

Para fundamentar suas ações pedagógicas, a EJ da 9ª Região concebe o conhecimento como a recriação, ou seja, a reprodução no pensamento, através da atividade humana, da realidade, das coisas, dos processos, dos fenômenos, em decorrência do que adquirem significado. Esta recriação da realidade no pensamento é um dos muitos modos de relação entre sujeito e objeto, cuja dimensão mais essencial é a compreensão da realidade enquanto relação humano/social. Ou seja, é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação esta que se estabelece graças à atividade prática.

Se o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, e conhece porque atua praticamente, a produção ou apreensão do conhecimento produzido não pode se resolver teoricamente através do confronto dos diversos pensamentos. Para mostrar sua verdade, o conhecimento tem que adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática, e transformá-la.

É preciso considerar, contudo, que a prática não fala por si mesma; os fatos práticos, ou fenômenos, têm que ser identificados, contados, analisados, interpretados, já que a realidade não se deixa revelar através da observação imediata; é preciso ver além da imediatez para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades, que não se deixam conhecer no primeiro momento, quando se percebem apenas os fatos superficiais, aparentes, que ainda não se constituem em conhecimento.

Ou seja, o ato de conhecer não prescinde do trabalho intelectual, teórico, que se dá no pensamento que se debruça sobre a realidade a ser conhecida; é neste movimento do pensamento que parte das primeiras e imprecisas percepções para relacionar-se com a dimensão empírica da realidade que se deixa parcialmente perceber, que, por aproximações sucessivas, cada vez mais específicas e ao mesmo tempo mais amplas, são construídos os significados.

Ao colocar a relação entre teoria e prática como fundamento do conhecimento, recusa-se ao mesmo tempo a possibilidade de conhecer pela mera ação do pensamento, ou pela mera atividade, destituída da necessária reflexão. Se não se trata de reproduzir a realidade como ela se apresenta ao homem e tão pouco apenas pensar sobre ela, o que está em jogo é a sua transformação, a partir da atividade teórico-prática.

A partir desta concepção, há que aprofundar a compreensão das dimensões constituintes do processo de produção do conhecimento em suas relações: a teórica, que se mantém no plano da

reflexão, e a prática, que se mantém no plano dos fazeres, e como podem ser desenvolvidas através dos processos de formação humana.

Atividade, entendida como sinônimo de ação é o ato ou conjunto de atos através dos quais o sujeito modifica uma matéria prima, independente de qual seja a sua natureza, seja pelo trabalho material, seja pelo trabalho não material. Este ato, ou conjunto de atos, se traduzem em resultados ou produtos, materiais ou não materiais; portanto, são orientados por finalidades e culminam em resultados, que em princípio, se pretendia alcançar, desde que as ações sejam eficientes e eficazes. O que caracteriza a atividade é seu caráter real, sua materialidade. Não há, contudo, atividade humana que não esteja respaldada por algum tipo de atividade cognitiva, e, portanto, em alguma atividade teórica. A atividade teórica só existe a partir e em relação com a prática; não há pensamento fora da ação humana, pois a consciência e as concepções se formulam através do movimento do pensamento que se debruça sobre o mundo das ações e das relações que elas geram.

Contudo, por se configurar como um movimento no pensamento, por mais que a atividade teórica se aproxime da prática, com ela não se confunde, guardando especificidades que se resumem na produção de idéias, representações e conceitos. E, em decorrência de ser um processo de apropriação da realidade pelo pensamento, não transforma, por si, a realidade.

Ainda que a atividade teórica mude concepções, transforme representações, produza teorias, em nenhum destes casos transforma, sozinha, a realidade. É preciso que as idéias se transformem em atividades.

A importância do trabalho teórico para o desenvolvimento de competências torna-se mais evidente quanto mais intelectualizados sejam os processos sociais e produtivos; mesmo assim, sua posse não é suficiente para uma competente ação jurisdicional, uma vez que é necessário ter vontade para atuar, responsabilidade com o trabalho, capacidade para decidir, estabilidade emocional para atuar em situações complexas, de modo a articular permanentemente os domínios cognitivo e comportamental.

Com base nesta concepção de conhecimento, coerente com os desafios que a contemporaneidade apresenta para a ação jurisdicional, a EJ da 9ª Região adota a concepção de competência como resultante da articulação entre teoria e prática, ou seja, como a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais. Esta concepção implica na capacidade de solucionar problemas, mobilizando e integrando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos.

Desta concepção de conhecimento que fundamenta o Projeto Pedagógico da EJ da 9ª Região decorre que os processos formativos devem promover situações de aprendizagem que viabilizem o estabelecimento de relações com a ciência, com a tecnologia e com a cultura de forma ativa,

construtiva e criadora, substituindo a certeza pela dúvida, a rigidez pela flexibilidade, a recepção passiva pela atividade permanente na elaboração de novas sínteses que possibilitem a construção de condições de existência cada vez mais democráticas e de qualidade.

Se considerarmos a aprendizagem como resultante de processos intencionais e sistematizados de construção de conhecimentos, a intervenção pedagógica, o ato de ensinar, é um processo privilegiado de formação humana, uma vez que no trabalho, é central o desenvolvimento de competências que se objetivem em formas de ação, imediatas e mediatas, para o que se articulam conhecimentos e experiências anteriores, na perspectiva da transferibilidade de conhecimentos científicos e saberes tácitos.

Ao partir do pressuposto que a passagem de um estado de menor conhecimento para um estado de maior conhecimento se dá através de ações intencionais e sistematizadas organizadas pelo docente, que permitem ao aprendiz estabelecer, pelo seu protagonismo, relações significativas com o objeto a ser conhecido torna-se necessário melhor compreender como se dá este processo, que articula conteúdos, método, atores, tempos e espaços educativos.

A primeira constatação a fazer é que o processo cognitivo a ser desencadeado por quem aprende, o saber que se pretende ensinar e a ação pedagógica a ser desencadeada pelo docente são categorias que estão em permanente relação, que por sua vez sintetizam as relações sociais em seu conjunto; não podem, portanto, ser tratadas isoladamente ou descontextualizadas, pois encerram uma função social determinada por um projeto de sociedade e por uma dada concepção de homem. Assim, não há conteúdos ou procedimentos que sejam bons em si mesmos; eles demonstrarão sua eficácia na medida em que respondam a uma dada situação em que se articulam o contexto social, o aprendiz e o professor. Aprender esta relação e trabalhar competentemente com ela é a primeira preocupação a pautar a intervenção pedagógica.

A segunda sintetiza os pressupostos que foram analisados anteriormente: ensinar é colocar problemas, propor desafios, a partir dos quais seja possível o aluno reelaborar conhecimentos e experiências anteriores, sejam conceitos científicos, conhecimentos cotidianos (senso comum) ou saberes tácitos; para isto é necessário disponibilizar todas as informações que sejam necessárias através de todos os meios disponíveis, orientando para o manuseio destas informações, em termos de localização, interpretação, estabelecimento de relações e interações, as mais ricas e variadas possíveis; a multimídia pode contribuir significativamente neste processo, sem que se secundarize a importância das fontes tradicionais.

Ensinar é promover discussões, de modo a propiciar a saudável convivência das divergências com os consensos possíveis, resultantes da prática do confronto, da comparação, da análise de diferentes conceitos e posições. Ensinar é planejar situações através das quais o pensamento tenha liberdade para mover-se das mais sincréticas abstrações para a compreensão possível do fenômeno a ser apreendido, em suas interações e em seu movimento de transformação, através da mediação

do empírico; é deixar que se perceba a provisoriedade, e que nasça o desejo da contínua busca por respostas que, sempre provisórias, nunca se deixarão totalmente apreender; é criar situações para que o aprendiz faça seu próprio percurso, nos seus tempos e em todos os espaços, de modo a superar a autoridade do professor e construir a sua autonomia.

O trajeto pedagógico a ser seguido, a partir desta compreensão, envolve o conhecimento do contexto e do aprendiz, não como dualidade, mas como relação, e o percurso do método científico, que pode ser sintetizado pela:

- problematização, tendo como ponto de partida as relações sociais e produtivas;
- teorização: definir os conhecimentos que precisam ser apreendidos para tratar do problema, em que fontes e de que forma devo buscá-los, articulando trabalho individual e coletivo;
- formulação de hipóteses, etapa em que se estimula a criatividade na busca de soluções originais e diversificadas, que permitam o exercício da capacidade de decidir a partir da listagem de consequências possíveis que envolvam as dimensões cognitiva, ética e política;
- intervenção na realidade que se constitui em ponto de partida (diagnóstico) e em ponto de chegada (solução do problema), em um patamar agora superior de compreensão: da realidade caótica e mal desenhada, se chega à realidade compreendida, dissecada, concretizada.

Isto significa compreender que o método de produção do conhecimento é um movimento, não um sistema filosófico, que leva o pensamento a transitar continuamente entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, entre o imediato e o mediato, entre o simples e o complexo, entre o que está dado e o que se anuncia. Este movimento de ascensão das primeiras e precárias abstrações à compreensão da rica e complexa teia das relações sociais concretas, não é apenas a passagem do plano sensível, onde tudo é caoticamente intuído ou percebido, para o plano racional onde os conceitos se organizam em sistemas lógicos e inteligíveis.

É um movimento do pensamento no pensamento, que tem como ponto de partida um primeiro nível de abstração composto pela vital, caótica e imediata representação do todo e como ponto de chegada as abstratas formulações conceituais e que volta ao ponto de partida, agora para percebê-lo como totalidade ricamente articulada e compreendida, mas também como prenúncio de novas realidades, apenas intuídas, que levam o presente a novas buscas e formulações a partir da dinâmica histórica que articule o já conhecido ao presente e anuncie o futuro.

O ponto de partida é apenas formalmente idêntico ao ponto de chegada, uma vez que, em seu movimento em espiral crescente e ampliada, o pensamento chega a um resultado que não era conhecido inicialmente, e projeta novas descobertas. Não há, pois, outro caminho para a produção do conhecimento senão o que parte de um pensamento reduzido, empírico, virtual, com o objetivo de reintegrá-lo ao todo depois de compreendê-lo, aprofundá-lo, concretizá-lo. E então, tomá-lo como

novo ponto de partida, de novo limitado, em face das compreensões que se anunciem.

Deste movimento decorre uma concepção metodológica, que pode ser sistematizada da seguinte forma:

- . o ponto de partida é sincrético, nebuloso, pouco elaborado, senso comum; o ponto de chegada é uma totalidade concreta, onde o pensamento re-capta e compreende o conteúdo inicialmente separado e isolado do todo; posto que sempre síntese provisória, esta totalidade parcial será novo ponto de partida para outros conhecimentos;
- . os significados vão sendo construídos por meio do deslocamento incessante do pensamento das primeiras e precárias abstrações, que constituem o senso comum, para o conhecimento elaborado através da articulação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, entre o indivíduo e a sociedade em um dado momento histórico;
- . o percurso vai do ponto de partida ao ponto de chegada, possuindo uma dupla determinação, finita ou infinita; pode-se buscar o caminho mais curto ou se perder, marchar em linha reta, seguir uma espiral ou manter-se no labirinto; ou seja, construir o caminho metodológico é parte fundamental do processo de elaboração do conhecimento; não há um único caminho para se chegar a uma resposta, como há várias respostas possíveis para o mesmo problema.

Parte-se do entendimento que o trabalho científico necessita, quer de regras rigorosas de dedução, quer de sistemas de categorias que sirvam de base à imaginação produtiva e à atividade criadora do pensamento no domínio dos novos objetos a ser conhecidos. Assim, a metodologia da ciência não se esgota no pensamento lógico – formal, cuja finalidade é mostrar as leis sincrônicas do conhecimento através da lógica simbólica. Será preciso complementá-la com outra lógica, não racional, oriunda de percepções, sentimentos e intuições que permitam apreender o novo.

A partir desses pressupostos, a proposta metodológica a ser desenvolvida deverá ter como princípios:

- os processos de trabalho como ponto de partida para a seleção e organização dos conteúdos, superando a lógica que rege as abordagens disciplinares, fundadas na fragmentação da ciência e na abstração;
- a relação entre teoria e prática: o conhecimento é fruto da relação entre teoria e prática, através atividade humana, resultando da articulação entre sujeito e objeto, pensamento e ação, homem e sociedade. Portanto, há que superar o trabalho educativo enquanto contemplação, absorção passiva de sistemas explicativos complexos, mediante a organização de situações significativas de aprendizagem em que teoria e prática estejam articuladas, quer pelo tratamento de situações concretas através de exemplos, casos, problemas, simulações, laboratórios, jogos, quer pela inserção na prática laboral, através de visitas, estágios ou práticas vivenciais;
- a relação entre parte e totalidade: o conhecimento de fatos ou fenômenos é o conhecimento do

lugar que eles ocupam na totalidade concreta. Se, para conhecer, é preciso operar uma cisão no todo, isolando temporariamente os fatos, este processo só ganha sentido quando se re-insere a parte na totalidade, compreendendo as relações que entre elas se estabelecem. Pela análise da parte atinge-se uma síntese qualitativamente superior do todo; a parte, por sua vez, só pode ser compreendida a partir de suas relações com a totalidade. Parte e totalidade, análise e síntese, são momentos entrelaçados na construção dos conhecimentos;

- disciplinaridade e interdisciplinaridade: a relação entre parte e totalidade mostra a falácia da autonomização das partes em que foi dividida a ciência, a serem ensinadas apenas lógico formalmente, através de sua apresentação, memorização e repetição segundo uma sequência rigidamente estabelecida; ao contrário, indica a necessidade de articulação entre os diversos campos através da inter e da transdisciplinaridade, ao mesmo tempo em que ocorrem aprofundamentos em campos específicos do conhecimento. Ou seja, organizar o processo pedagógico de modo a articular momentos disciplinares absolutamente necessários enquanto resposta à necessidade de formalização, a momentos inter ou transdisciplinares, enquanto espaços de articulação com as práticas de trabalho, sociais e culturais.

Em resumo, a concepção metodológica acima delineada, que se constrói a partir dos princípios pedagógicos enunciados, implica em:

- a) tomar a prática laboral como ponto de partida;
- b) articular parte e totalidade;
- c) articular teoria e prática;
- d) promover o protagonismo do aluno e a construção colaborativa do conhecimento;
- e) trabalhar interdisciplinarmente;
- f) organizar múltiplas atividades;
- g) partir do conhecido, do simples;
- h) chegar às mais abstratas formulações a partir do que tem significado, e não o contrário;
- i) desenvolver a capacidade de construir o caminho, mediante o domínio do método científico;
- j) desenvolver a capacidade de transferir aprendizagens, inclusive pela assunção de tarefas de tutores, formadores, multiplicadores e outras funções docentes assemelhadas;
- l) promover a educação continuada e a capacidade de aprimorar a formação permanentemente;
- m) integrar conhecimento tácito e conhecimento científico;
- n) articular conhecimentos básicos, específicos e de gestão.

Com base nesta concepção, as ações de formação serão organizadas segundo o princípio de alternância entre tempos e espaços teóricos e práticos, inclusive a partir de questões concretas e atuais submetidas à atividade jurisdicional, articulando professores e tutores de campo. As atividades de campo serão organizadas a partir de roteiros que permitam o exercício de todas as atribuições inerentes a cada cargo, bem como o acompanhamento por orientador e a interlocução com a Escola, tendo em vista a organização da proposta de educação continuada e a realimentação de seu projeto pedagógico.

Da mesma forma, para assegurar a organicidade da formação continuada a partir dos processos de trabalho, o Projeto Pedagógico contemplará a elaboração de itinerários formativos para cada cargo componente das carreiras, composto pela identificação da competência geral, das competências específicas e dos módulos de formação, que se constituirão em referências para a proposta de percursos individuais para cada profissional em formação, segundo suas necessidades e as de sua área de atuação.

10. Áreas de Atuação

10.1. Ensino, que integrará:

- a formação inicial de juízes em processo de vitaliciamento;
- a formação continuada de magistrados;
- a formação de formadores, multiplicadores e funções docentes assemelhadas;
- o desenvolvimento de competências dos Servidores, articulando integração, capacitação básica e capacitação continuada.

10.2. Pesquisa, Extensão e Publicação

Os processos de produção do conhecimento são integrantes das práticas educativas, uma vez que estas se constituem em processos de disponibilização do conhecimento produzido. A partir dos fundamentos epistemológicos apresentados no item anterior, a Escola Judicial do TRT da 9ª Região compreende que a função de ensino, embora central nas suas práticas, não é suficiente.

Em face da crescente complexificação da prática jurisdicional derivada da dinamicidade das mudanças no mundo do trabalho a partir da produção em ciência e tecnologia, apenas a disponibilização do conhecimento já não responde à função estratégica de EJ no atendimento à missão do Tribunal.

Pela sua natureza, a Justiça do Trabalho sofre os impactos dessas mudanças em dois sentidos: no seu objeto, uma vez que a reestruturação produtiva reedita velhas formas e relações de trabalho, ao tempo que edita outras, cujo enfrentamento demanda novos conhecimentos. E na formação de magistrados e servidores, que devem ser capacitados para compreender e enfrentar as mudanças

com subjetividades capazes de lidar com elas, mantendo a orientação ética e a responsabilidade para com a sociedade.

Assim, a produção do conhecimento através da pesquisa e de sua difusão pública, como forma de subsidiar as ações de ensino, surge como o novo desafio a ser enfrentado pela Escola, com impactos na construção de sua identidade. A trajetória que a EJ do TRT da 9ª Região vem trilhando desde a sua criação, que lhe atribuiu extensa experiência em ensino, evidencia maturidade para que se dê este salto qualitativo nas suas funções.

Para tanto, há que incluir formação metodológica sistemática em sua proposta de formação, bem como definir eixos temáticos que orientem, a partir do já conhecido, a construção de novos conhecimentos que, por sua vez, impactem positivamente os percursos formativos. A partir da definição desses eixos, serão realizados estudos e pesquisas, internamente ou mediante parcerias, com ênfase nas ações colaborativas, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional e a qualificação da formação jurídica.

Assumir o compromisso com a pesquisa reforça a necessidade de estreitar o relacionamento com a sociedade, para a construção de alternativas que facilitem a solução dos conflitos entre capital e trabalho. A extensão é a via por excelência para esta articulação, mediante a promoção do acesso ao conhecimento pelos diferentes estratos sociais, com especial ênfase aos revestidos de maior vulnerabilidade. A extensão será realizada mediante a organização de programas, projetos e cursos, internamente ou em convênios e parcerias, obedecendo à programação previamente aprovada pelo Conselho Administrativo da Escola.

Assim, a identidade da Escola Judicial do TRT da 9ª Região resultará de seus esforços de articulação entre as dimensões que compõem a práxis educativa: a pesquisa, o ensino, a extensão e a difusão do conhecimento.

Evolui a proposta pedagógica da EJ, que, aos moldes dos arts. 32 e 33 da Resolução Administrativa 1158/2006 da Enamat (seu Estatuto), e do Programa Nacional de Formação Inicial de Juízes do Trabalho, também da Enamat, passa a incorporar o desenvolvimento de competências investigativas com vistas à qualidade da prestação jurisdicional em uma sociedade cada vez mais complexa, o que só será possível mediante a integração entre ensino, pesquisa, extensão e publicação.

Para o exercício desta nova função, o ponto de partida para a definição dos objetos a pesquisar será sempre a prática jurisdicional concreta, compreendida em suas relações com a sociedade, com sua complexidade e com seus desafios, em face do compromisso do Tribunal com a qualidade, celeridade e ampliação do acesso à Justiça do Trabalho.

Os eixos temáticos que articularão as funções de ensino, pesquisa e extensão serão definidos pelo Conselho Administrativo da Escola e revistos periodicamente, estabelecendo também os objetivos específicos, metodologia, apoio financeiro, duração dos projetos, bem como as formas de

apresentação dos resultados e da prestação de contas correspondente.

11. Interiorização

Com vistas ao atendimento mais adequado e célere das necessidades regionais relativas à formação e desenvolvimento de competências, a EJ poderá promover, progressivamente, a sua interiorização mediante a criação de Núcleos Regionais. Estes Núcleos serão responsáveis, no plano regional, pela execução do Projeto Pedagógico e dos itinerários formativos desenvolvidos pela EJ, identificando necessidades locais e implementando soluções educacionais que atendam às especificidades regionais.

Os Núcleos Regionais serão geridos por um magistrado local e contarão com uma equipe de servidores a ser definida em consonância com o porte das atividades a serem desenvolvidas, contando com suporte permanente dos servidores da sede, e atuará em estreita articulação com a unidade central, assegurando o princípio da unidade de orientação e organicidade ao Projeto Pedagógico e das linhas e ações estratégicas estabelecidas pelo Conselho Administrativo da Escola. Esses Núcleos Regionais poderão vir a contar com orçamento próprio individualizado, desmembrado do orçamento global da Escola Judicial, desde que previamente aprovado pelo Conselho Administrativo da Escola o plano anual de atividades proposto para execução descentralizada. Ao final de cada ação formativa específica os Núcleos Regionais encaminharão ao Conselho Administrativo da Escola o relatório de atividades, contendo a descrição das soluções educacionais promovidas com a respectiva relação de participantes e descrição dos custos.

12. Acompanhamento de aproveitamento

As atividades sistematizadas de formação serão acompanhadas continuamente, tendo em vista verificar seu aproveitamento e subsidiar o processo de tomada de decisões relativas à:

- . mudanças que se fazem necessárias no Projeto Pedagógico ao longo do percurso formativo, buscando o atingimento dos seus objetivos, em termos de efetividade social;
- . identificação de necessidades coletivas de educação continuada;
- . identificação de pontos de melhoria relativos às dimensões cognitiva e comportamental;
- . orientação dos itinerários formativos individuais, tendo em vista o vitaliciamento (no caso dos Juízes em formação inicial), a formação continuada para magistrados e o desenvolvimento de competências dos servidores;
- . realimentação das estratégias de ações, a partir das experiências acumuladas.

A metodologia de verificação do aproveitamento das ações de formação a ser desenvolvida na EJ da 9ª Região contemplará as dimensões diagnóstica e formativa e, em casos específicos, poderá ser implementada uma avaliação de resultados.

Em todas as situações, a metodologia de verificação de aproveitamento observará, como princípios fundantes, a preservação da dignidade de avaliados e avaliadores, sem a aplicação desnecessária de conceitos, notas e índices de classificação, bem como primando pela busca da opção mais adequada e confortável dentre as opções possíveis de verificação de aproveitamento.

12.1. A avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica tem por objetivo identificar os conhecimentos prévios dos magistrados e servidores em formação, suas expectativas e suas necessidades, em termos de conhecimentos, práticas e comportamentos, tendo em vista a realização da ação jurisdicional com qualidade, eficiência, ética e compromisso. Será realizada por meio de grupos focais ou outras metodologias. As informações coletadas deverão subsidiar a realização de ajustes nos Planos de Curso antes do início das atividades, para adequá-los às necessidades identificadas.

12.2. A avaliação formativa de aproveitamento

A avaliação formativa tem por objetivo diagnosticar toda a ação de aprendizagem em si mesma, para retroalimentar e aprimorar as estratégias, integrando todos os agentes envolvidos. Esse modelo de avaliação visa ao registro de percepções, gerando uma reflexão sobre o conhecimento recebido e sobre o processo de aprendizagem, com um sentido emancipatório. Não há estabelecimento de um standart de conhecimento, mas sim a ênfase no avanço do aluno a partir de seu próprio ponto de partida.

A avaliação formativa compõe-se de vários procedimentos para identificar a progressão da aprendizagem dos magistrados e servidores nas dimensões cognitiva e comportamental, a adequação das atividades formativas, incluindo as teóricas e as práticas realizadas mediante alternância, o trabalho docente, as relações interpessoais na Escola e nas Varas, o material didático, o apoio logístico, as instalações e os equipamentos.

A avaliação formativa fornecerá informações que subsidiem o processo decisório durante toda a realização dos cursos, tendo em vista resolver os problemas que forem sendo identificados, com o objetivo de garantir a qualidade e efetividade dos cursos.

Para a realização da avaliação formativa poderão ser implementados grupos focais ao longo dos cursos, com o objetivo de identificar os pontos fortes, os pontos que demandam atenção e as sugestões para melhoria; esses grupos focais deverão, de preferência, ser realizados por assessoria pedagógica indicada pela Coordenação Pedagógica, para assegurar a liberdade de expressão, geralmente limitada pelas relações institucionais. Além disso, devem ser implementadas técnicas de avaliação dos cursos pelos magistrados e servidores em formação, durante e ao final das atividades.

A avaliação formativa de magistrados em formação continuada enfatizará as técnicas de autoavaliação, em seus diversos modelos, especialmente os registros reflexivos, formato de avaliação formativa destacado pelo Programa Nacional de Formação Continuada de Juízes do Trabalho, da Enamat, onde se enfatiza a liberdade de convicção do magistrado, como corolário de sua independência intelectual. As grandes qualidades desse formato de avaliação são:

- . aumenta o grau de envolvimento do aluno com o tema, pois dele exige uma ação concreta, potencializando o aprendizado;
- . possibilita atenção seletiva a determinados aspectos do conteúdo apresentado, conforme desperta o interesse, permitindo um aprofundamento da reflexão sobre tais aspectos para além dos limites do conhecimento exposto;
- . cria consciência sobre o próprio estágio de conhecimento pessoal em relação ao tema e articula as novas informações com a base de conhecimentos prévia, propiciando uma abordagem crítica sobre o novo conhecimento estimulando a orquestração de soluções mais complexas que as anteriores;
- . estimula a autonomia intelectual, de modo a aumentar a motivação perante o processo de aprendizagem.

12.3. A avaliação de desempenho

A avaliação do desempenho dos magistrados e servidores em formação inicial, por tutores de campo, pode ser realizada, quando justificável, mediante formulários específicos previamente aprovados, durante e ao final dos cursos e ações da formação inicial.

Essa avaliação de resultados tem como objetivo observar a repercussão das ações educativas desenvolvidas nos cursos na qualificação dos magistrados e servidores, em termos das mudanças comportamentais e de desempenho profissional segundo os fundamentos da ação jurisdicional.

Na formação inicial, o registro desses resultados permitirá a definição dos itinerários de formação continuada para cada magistrado e servidor, conforme suas necessidades, ao longo do processo de qualificação.

13. Organização e Gestão

A Escola será dirigida pelo Conselho Administrativo, que é composto por um Diretor, um Vice-Diretor, um Coordenador, um Vice Coordenador, e sete magistrados, sendo dois representantes do Tribunal, dois representantes dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e dois representantes dos Juízes Substitutos, além do Diretor Cultural da AMATRA IX.

As atividades de Direção contarão com o apoio de um Assessor da Escola Judicial.

Tendo em vista o exercício racional e otimizado de suas atribuições, o Conselho Administrativo

organizará três comissões compostas por seus membros efetivos, por ele designados, para desempenhar ações específicas: a Comissão de Articulação Interinstitucional, a Comissão de Articulação Institucional e a Comissão de EAD e Publicações.

As Comissões serão compostas por três membros, dentre os quais um será designado Coordenador, assegurada a representatividade das categorias que o compõem.

A Comissão de Articulação Interinstitucional tem por atribuição deliberar, encaminhar, acompanhar e avaliar as ações que envolvem relações com outras instituições de ensino judiciário, de ensino superior, de pesquisa e de divulgação científica e técnica na área, tendo em vista a realização das finalidades da Escola;

A Comissão de Articulação Institucional tem por atribuição deliberar, encaminhar, acompanhar e avaliar as ações que envolvem relações internas ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª. Região, tendo em vista a realização das finalidades da Escola;

A Comissão de EAD e Publicações tem por atribuição deliberar, encaminhar, acompanhar e avaliar as ações referentes à educação à distância, em todos seus objetivos, formatos e plataformas, bem como as ações que assegurem a execução do programa editorial da Escola, incluindo as Revistas do TRT da 9ª Região.

A estrutura e atribuições das Coordenadorias, Comitês, Assessorias, Seções e Serviços estarão detalhadas no Regulamento Interno atualizado, nos termos da Resolução 93 do CSJT e que será igualmente submetido à apreciação do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

ANEXO III

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 136/2012

CERTIFICO e dou fé que, em sessão extraordinária realizada nesta data, sob a presidência da excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presentes os excelentíssimos Desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (Vice-Presidente), Dirceu Pinto Júnior (Corregedor), Rosalie M. Bacila Batista, Fátima T. Loro Ledra Machado (convocada), Luiz Celso Napp, Arnor Lima Neto, Márcia Domingues, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Ubirajara Carlos Mendes, Nair Maria Ramos Gubert, Eneida Cornel, Neide Alves dos Santos e a excelentíssima Procuradora-Chefe Substituta Eliane Lucina, representante do Ministério Público do Trabalho, **RESOLVEU** o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **APROVAR** a redação do **Regulamento Interno da Escola Judicial**, nos seguintes termos.

Art. 1º Vinculam-se à Escola Judicial as seguintes unidades:

1. Assessoria da Escola Judicial;
 - 1.1. Serviço de Apoio Pedagógico;
 - 1.1.1. Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados;
 - 1.1.2. Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores;
 - 1.2. Seção de Apoio Administrativo;
 - 1.2.1. Setor de Suporte em Cursos;
 - 1.3. Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais;
 - 1.4. Seção de Gestão Orçamentária e Financeira;
 - 1.5. Seção de Gestão de Contratos;
 - 1.6. Setor de Pesquisa, Extensão e Publicações;
 - 1.7. Núcleos Regionais da Escola Judicial.

§1º À Assessoria da Escola Judicial vinculam-se todos os Serviços, as Seções e os Setores;

§2º Ao Serviço de Apoio Pedagógico vinculam-se a Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados e a Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores.

§3º À Seção de Apoio Administrativo vincula-se o Setor de Suporte em Cursos.

Art. 2º Competem à Escola Judicial, com autonomia pedagógica, os seguintes processos de trabalho:

- a) elaborar e executar ações de formação, capacitação e de aprimoramento profissional inicial e continuado de magistrados e servidores, com o fim de implementar níveis mais elevados de eficiência em todas as atividades relativas à prestação jurisdicional, bem como desenvolver competências de servidores das áreas administrativa, observando orientações normativas de seu próprio Conselho Administrativo, da ENAMAT, do CSJT, do Tribunal Superior do Trabalho e do CNJ aplicáveis;
- b) servir como sustentáculo técnico e científico dos projetos de ação do Tribunal, por meio da estreita articulação com todos os demais setores do órgão;
- c) colaborar com a Comissão de Vitaliciedade no acompanhamento e na avaliação de Juízes Substitutos para efeito de vitaliciamento;
- d) colaborar com o Tribunal Pleno ou Órgão Especial, quando competente, no acompanhamento e formulação de relatórios consubstanciados das atividades dos magistrados, para fins de instrução nos processos de promoção, processos de permuta, processos de acesso e de licenças para aprimoramento;
- e) participar das Comissões de Concurso para ingresso à Magistratura do Trabalho do TRT da 9ª

Região;

f) realizar pesquisas e programas de extensão junto à sociedade, internamente ou mediante convênios e parcerias, a partir de eixos temáticos previamente definidos;

g) promover estudos e difundir o conhecimento sobre gestão do Judiciário e temas afetos, buscando racionalizar, simplificar e padronizar os procedimentos judiciais e administrativos, consoante alinhamento estratégico ao planejamento da Administração;

h) organizar a Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho da 9ª Região, evento permanente deste Tribunal.

Art. 3º Para alcançar suas finalidades, a Escola Judicial poderá, dentre outras atividades:

a) promover cursos e programas de formação inicial e continuada para magistrados, formadores e atividades de capacitação de servidores;

b) realizar seminários, simpósios, colóquios, fóruns, oficinas, painéis, encontros e outras atividades eventuais ou permanentes necessárias ao desempenho eficiente da prestação jurisdicional, visando aprimorar, racionalizar, simplificar e padronizar procedimentos judiciais e administrativos;

c) realizar cursos, seminários e outras atividades culturais de interesse do Tribunal e da comunidade jurídica;

d) estabelecer eixos temáticos de pesquisa e extensão que impactem positivamente nos percursos formativos e realizar estudos, internamente ou mediante parcerias, com ênfase nas ações colaborativas, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional e a qualificação da formação jurídica;

e) propor à Presidência que sejam celebrados convênios ou contratos para consecução de suas finalidades;

f) organizar e disponibilizar, por meio eletrônico ou de material impresso, fontes de conhecimento jurídico, especialmente aquelas decorrentes de eventos, estudos e pesquisas promovidos ou patrocinados pela Escola Judicial;

g) promover concursos para incentivar trabalhos envolvendo soluções práticas, que objetivem melhorar a eficiência da prestação jurisdicional e da gestão administrativa das Varas do Trabalho e do Tribunal;

h) atuar em colaboração e em conjunto com a Corregedoria Regional em suas finalidades comuns, bem como com todos os demais setores do Tribunal;

- i) promover e estimular a comunicação entre magistrados e servidores em relação a temas afetos à formação e capacitação;
- j) deliberar e assessorar a edição de atos que organizem o Programa de Formação Inicial, Formação de Formadores e de Formação Continuada de Magistrados;
- k) deliberar e assessorar a edição de atos que organizem o Programa Permanente de Capacitação de Servidores.

Art. 4º Competem ao Conselho Administrativo da Escola Judicial os seguintes processos de trabalho:

- a) definir as diretrizes para o planejamento pedagógico, administrativo e financeiro da Escola Judicial e de seus Núcleos Regionais;
- b) organizar três Comissões compostas por integrantes do Conselho, para desempenhar ações específicas: Comissão de Articulação Interinstitucional, Comissão de Articulação Institucional e Comissão de EAD e Publicações;
- c) aprovar o projeto pedagógico da Escola Judicial;
- d) aprovar o plano anual de atividades da Escola Judicial, assegurando as condições necessárias a sua efetivação, mediante distribuição de tarefas, definição de prazos, acompanhamento, avaliação e realimentação de suas atividades;
- e) deliberar sobre a formação do corpo docente, sobre o currículo dos cursos e sobre a execução das atividades pedagógicas;
- f) deliberar sobre a validação das atividades formativas de magistrados;
- g) oferecer parecer sobre processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos;
- h) oferecer parecer sobre processos de permuta de magistrados, acesso e promoção;
- i) oferecer parecer em matérias administrativas e processos que envolvam licenças para aperfeiçoamento de magistrados;
- j) deliberar sobre a proposta de planejamento financeiro a ser encaminhada à Presidência do Tribunal;
- k) apreciar qualquer questão proposta pelo Diretor ou por seus integrantes;

l) definir as diretrizes para atuação dos Núcleos Regionais;

m) estabelecer os eixos temáticos de linhas de pesquisas e programas de extensão junto à sociedade, internamente ou mediante propostas de convênios e parcerias apresentadas à Presidência;

Parágrafo único. O Conselho Administrativo se reunirá pelo menos a cada dois meses, e sempre que necessário, mediante convocação do Diretor.

Art. 5º Compete ao Diretor:

a) presidir o Conselho Administrativo;

b) representar a Escola Judicial;

c) coordenar o processo de elaboração, implementação e avaliação do Plano Anual de Atividades Administrativas e Pedagógicas, submetendo-o, e os respectivos relatórios, à aprovação do Conselho Administrativo e, posterior apreciação do Presidente do Tribunal;

d) propor ao Conselho Administrativo a composição do corpo docente;

e) constituir programas e grupos de pesquisa e de trabalho sobre temas específicos, a partir dos eixos temáticos definidos pelo Conselho Administrativo;

f) apresentar à Presidência do Tribunal, depois de ouvido o Conselho Administrativo, o planejamento financeiro da Escola Judicial;

g) apresentar à Presidência do Tribunal Relatório Anual de Atividades, até o final do mês de fevereiro.

h) Decidir em grau de recurso a concessão ou rejeição de Adicional de Qualificação a servidor da área judiciária, conforme deliberado pelo Conselheiro Coordenador Acadêmico subsidiado pela Comissão Permanente de servidores. **Redação dada pela RA 114/2013 de 29 de julho de 2013.**

Art. 6º Compete ao Coordenador Pedagógico:

a) coordenar o processo de elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, dos Planos de Cursos de Formação Inicial e Continuada, a partir das diretrizes definidas pelo Conselho Administrativo e normativos da ENAMAT, do CSJT, do Tribunal Superior do Trabalho, do CNJ aplicáveis;

b) apoiar o Diretor na elaboração do Plano Anual de Atividades da Escola Judicial;

c) coordenar os processos de implementação, acompanhamento, avaliação e realimentação das

ações constantes do Projeto Pedagógico da Escola Judicial, dos Planos de Curso de Formação Inicial e Continuada de Magistrados, de Formação de Formadores e do Programa de Educação Continuada de servidores, assegurando condições para sua realização;

d) coordenar o processo de definição das demandas de formação e educação continuada;

e) propor ao Diretor a constituição de grupos de pesquisa e de trabalho para estudos de matérias específicas, a partir dos eixos temáticos definidos pelo Conselho Administrativo, e coordenar a execução dessas atividades;

f) coordenar a elaboração de relatórios das atividades realizadas, para apresentação ao Conselho Administrativo, visando os encaminhamentos que se façam necessários;

g) exercer quaisquer outras atribuições delegadas pelo Diretor.

h) Decidir os requerimentos de Adicional de Qualificação dos servidores das unidades judiciárias, subsidiado em parecer proposto pela Comissão Permanente para análise dos requerimentos de Adicional de Qualificação dos servidores das unidades judiciárias. **Redação dada pela RA 114/2013 de 29 de julho de 2013.**

Art. 7º Compete ao Coordenador do Núcleo Regional:

a) diagnosticar as necessidades regionais prioritárias para construção conjunta com o Conselho Administrativo do Plano Anual de Atividades de Formação de Magistrados e Capacitação de Servidores;

b) coordenar a execução descentralizada das ações de formação de magistrados e de capacitação de servidores, conforme diretrizes do Conselho Administrativo e observância ao Projeto Pedagógico;

c) apresentar relatório anual ao Conselho Administrativo das atividades realizadas;

d) representar a Escola Judicial na supervisão das atividades regionais.

Art. 8º Competem à Assessoria da Escola Judicial os seguintes processos de trabalho:

a) organizar as atividades atribuídas ao Serviço, às Seções e aos Setores;

b) receber a correspondência oficial dirigida à Diretoria, incluídos o malote digital e sistema CTA;

c) acompanhar e secretariar reuniões do Conselho Administrativo, efetivando os atos deliberados e pesquisas determinadas;

d) assessorar a Direção, as Coordenadorias, as Comissões e os Comitês.

Art. 9º Incumbe ao Assessor:

a) atuar como gestor dos contratos administrativos celebrados para o cumprimento das finalidades da Escola Judicial;

b) orientar e supervisionar os trabalhos da Seção de Apoio Administrativo, zelando pelo adequado atendimento ao público e atualização do cadastro de dados funcionais de formação e capacitação;

c) realizar pesquisa e emitir informações jurídico-administrativas, que subsidiem consultas às Seções vinculadas às suas atribuições;

d) subsidiar o Conselho Administrativo com dados sob a guarda da Escola Judicial quanto aos pedidos de dispensa, licença ou afastamento formulados por magistrados, para fins de aperfeiçoamento continuado;

e) subsidiar o Conselho Administrativo com dados oficiais para a formulação de relatório de instrução aos processos de vitaliciamento, de acesso ao Tribunal, promoção e permuta de magistrados;

f) cumprir e fazer cumprir as diligências determinadas pela Direção, Coordenação e Conselho Administrativo;

g) pesquisar e submeter à análise da Direção e da Coordenação as inovações legislativas nas áreas de interesse da Escola Judicial, que afetem a formação inicial e continuada de magistrados, ou capacitação de servidores;

h) elaborar minutas de resoluções administrativas e portarias destinadas a disciplinar o funcionamento da Escola Judicial;

i) manter política de divulgação das atividades de formação inicial e continuada, e de capacitação, entre os interessados;

j) submeter ao Conselho Administrativo, observados os prazos:

1) Proposta Anual Orçamentária,

2) Proposta de Plano e Calendário Anual de Atividades, individualizadas as ações de formação de magistrados e as de capacitação de servidores,

3) Relatório Anual de Atividades.

Art. 10 Competem à Seção de Apoio Administrativo da Escola Judicial os seguintes processos de trabalho:

- a) criar eventos no Sistema SRH, acompanhar as inscrições e registrar frequência e aproveitamento dos participantes dos eventos realizados pela Escola Judicial, mediante a validação das horas e emissão de certificação digital, inclusive para fins de folhas de diárias e deslocamentos, quando cabíveis;
- b) atualizar o cadastro de dados funcionais de formação de magistrados e capacitação de servidores;
- c) acompanhar e avaliar a estrutura e o funcionamento da Escola Judicial, propondo ações de melhoria;
- d) gerenciar solicitações técnicas, compras, contratos e estoques, de modo a assegurar a manutenção dos ambientes de funcionamento da Escola Judicial e pleno cumprimento de suas finalidades precípuas;
- e) elaborar relatórios sobre a execução de suas atribuições, subsidiando a consolidação do Relatório Anual da Escola Judicial;
- f) manter a guarda de documentos e livros pertencentes à Escola;
- g) manter comunicação administrativa com os demais órgãos do Tribunal e com entidades públicas e privadas (relações institucionais), para o cumprimento adequado de suas atribuições;
- h) controlar o agendamento das salas de aula e auditórios disponíveis, compatibilizando calendários de eventos/reuniões;
- i) elaborar históricos escolares e emitir certificados digitais, inclusive em favor do corpo docente;
- j) prestar suporte às equipes dos Núcleos Regionais.

Art. 11 Ao Setor de Suporte em Cursos, integrante da Seção de Apoio Administrativo, competem os seguintes processos de trabalho:

- a) oferecer suporte operacional à execução dos cursos internos, inclusive no aspecto estrutural de manutenção e conservação de ambientes e equipamentos;
- b) mediar os processos de comunicação entre o corpo discente e docente, e destes com o Juiz Coordenador da Escola Judicial;

- c) acompanhar e controlar a frequência dos alunos nos cursos;
- d) realizar a gestão de documentos vinculados aos cursos.

Art. 12 Ao Serviço de Apoio Pedagógico incumbem as seguintes atribuições:

- a) oferecer suporte pedagógico às ações de Formação Inicial e de Educação Continuada de Magistrados e de Formadores e Multiplicadores;
- b) auxiliar na elaboração do Programa Anual de Educação Continuada para Magistrados, alinhado ao planejamento estratégico da instituição;
- c) contribuir com a elaboração e a atualização do regulamento do Programa Permanente de Capacitação, conforme determinação contida no Anexo III da Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, publicada no D.O.U de 5 de junho de 2007;
- d) elaborar o Programa Anual de Capacitação para o desenvolvimento e a manutenção das competências necessárias à atuação profissional dos servidores, tanto na área administrativa quanto na judiciária, alinhadas ao planejamento estratégico da instituição;
- e) direcionar, para o alcance das metas e das estratégias da instituição, a verba orçamentária destinada à capacitação;
- f) sensibilizar permanentemente os servidores, visando a compreensão e o comprometimento para o cumprimento da missão, da visão e da prática dos valores institucionais;
- g) criar indicadores estratégicos de desempenho para mensurar os resultados das ações de desenvolvimento e capacitação que contribuam para a efetividade da prestação jurisdicional e na qualidade dos serviços prestados ao cidadão;
- h) sensibilizar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos, presentes e futuros da instituição;
- i) desenvolver uma cultura organizacional na qual a responsabilidade pela capacitação seja compartilhada;
- j) desenvolver ações de educação continuada para a valorização dos servidores;
- k) apoiar, coletando e sistematizando informações relativas às ações de formação, educação continuada, desenvolvimento e capacitação, o Diretor e o Coordenador Pedagógico na elaboração do planejamento da Escola Judicial;

l) desenvolver processos de identificação e sistematização de demandas de desenvolvimento e de capacitação, de acordo com o perfil dos servidores recém-ingressos, dos servidores em processo de desenvolvimento, dos gestores, dos agentes de segurança e dos oficiais de justiça avaliadores federais;

m) elaborar o desenho instrucional dos cursos e desenvolver atividades que facilitem o processo ensino-aprendizagem, seja na modalidade presencial ou em educação a distância;

n) pesquisar e desenvolver atividades de avaliação formativa para o acompanhamento do aproveitamento de magistrados, servidores, formadores, pesquisadores, tutores e outras atribuições assemelhadas;

Art. 13 Integram o Serviço de Apoio Pedagógico, a Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados e a Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores.

Art. 14 À Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados competem os seguintes processos de trabalho:

a) atuar, dando suporte técnico e operacional, na formação inicial e continuada de magistrados;

b) introduzir métodos de ensino que assegurem a participação ativa dos Juízes-Alunos, nos quais sejam estimuladas a dialogicidade, a interação e a troca de experiências (como aulas teóricas, práticas tuteladas, estudos de casos, simulações, fóruns de debates, chats ou outros eventos), na modalidade presencial ou em educação a distância;

c) fomentar ações que possibilitem a reflexão entre os Juízes-Alunos quanto à aplicação na prática jurisdicional dos conteúdos das atividades formativas, aproximando teoria e prática;

d) controlar, validar e informar os registros relativos à frequência nas atividades de formação inicial até o vitaliciamento considerando as várias tecnologias disponíveis;

e) acompanhar e informar o aproveitamento de Juízes substitutos para efeito de vitaliciamento disponibilizando ferramentas em meio físico ou eletrônico de avaliação reflexiva e de avaliação do Juiz-Aluno pela Escola Judicial, sempre respeitando a plena liberdade de entendimento e convicção como Magistrado em formação;

f) acompanhar e informar o aproveitamento de magistrados para efeito de cômputo das horas validadas em atividades de formação continuada, por meio de ferramentas em meio físico ou eletrônico, de avaliação reflexiva e de avaliação do Juiz-Aluno pela Escola Judicial, sempre respeitando a plena liberdade de entendimento e convicção como Magistrado e sob diretivas específicas do Conselho Administrativo;

- g) implementar ações para realizar os eventos de formação inicial e continuada, em conformidade com o Plano Anual de Atividades, assegurando as condições para a sua realização;
- h) apoiar a emissão de parecer aos processos de vitaliciamento, reunindo, sistematizando e registrando documentos;
- i) apoiar a emissão de parecer aos processos de promoção e acesso, reunindo, sistematizando e registrando documentos;
- j) apoiar, coletando e sistematizando informações relativas às ações formativas, o Diretor e o Coordenador Pedagógico na elaboração do planejamento da Escola Judicial, incluindo o Plano Anual de Atividades, o Projeto Pedagógico da Escola, no que for pertinente ao Plano de Curso de Formação Inicial e Continuada de Magistrados;
- k) executar os processos de identificação e sistematização de demandas, caracterização do perfil dos magistrados em formação, elaboração do desenho instrucional dos cursos e atividades, acompanhamento e avaliação, tratamento e registro de informações, contato com instituições e docentes, elaboração de cadastros de instituições, docentes, cursos e disciplinas, elaboração de documentos para a apresentação de relatórios;
- l) apoiar o processo de pesquisa, elaboração e disponibilização de material didático;
- m) pesquisar publicações que subsidiem a proposição de cursos e demais atividades formativas;
- n) elaborar relatórios sobre a execução de suas atribuições, subsidiando a elaboração e consolidação do Relatório Anual da Escola Judicial.

Art. 15 Competem à Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores, os seguintes processos de trabalho:

- a) participar complementarmente das ações administrativas voltadas para a identificação e desenvolvimento das competências necessárias para garantir a efetividade organizacional;
- b) propor ações e atender demandas de treinamento de servidores voltadas para melhoria contínua da qualidade e aumento da produtividade, oferecendo suporte técnico e orientação às iniciativas de capacitação das demais unidades, atuando como consultoria e assessoria de educação corporativa;
- c) incentivar os servidores para o seu autodesenvolvimento, buscando a melhoria do gerenciamento de sua carreira;

- d) estimular os servidores para sua atuação como instrutores ou tutores na modalidade de educação a distância nos cursos internos promovidos pela instituição;
- e) propiciar a construção, o armazenamento e o compartilhamento de conhecimentos e experiências dos servidores para a implementação da gestão do conhecimento;
- f) proporcionar aos servidores recém-ingressos a formação da cidadania corporativa, pelo compartilhamento e sensibilização para o cumprimento da missão, da visão de futuro, da prática dos valores e fortalecimento da cultura, bem como das informações acerca das políticas e das normas, alinhando as expectativas do servidor com os valores institucionais;
- g) planejar e desenvolver ações, mediante solicitação específica, para o aprimoramento das competências necessárias para o melhor desempenho das atividades funcionais;
- h) elaborar minuta de regulamento para participação de servidores em eventos de desenvolvimento e de capacitação, nas modalidades presencial e EAD;
- i) implementar ações para realizar os cursos para servidores, em conformidade com o Programa Anual de Capacitação, assegurando as condições para a sua realização;
- j) subsidiar os processos de análise e validação de participação em cursos de pós-graduação e em ações de treinamento para fins do Adicional de Qualificação, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta nº 1, de 7 de março de 2007, publicada no DOU de 9 de março de 2007.
- k) divulgar as atividades de desenvolvimento e capacitação entre os interessados;
- l) registrar informações que propiciem o contato com instituições e docentes, elaborando cadastros respectivos;
- m) elaborar documentos para a apresentação de relatórios;
- n) apoiar o processo de pesquisa, elaboração e disponibilização de material didático;
- o) elaborar material para subsidiar a divulgação dos cursos e atividades, junto às unidades responsáveis;
- p) pesquisar publicações que subsidiem a proposição de cursos e demais atividades de desenvolvimento e de capacitação;
- q) elaborar relatórios sobre a execução de suas atribuições, subsidiando a consolidação do Relatório Anual da Escola Judicial.

Art. 16 Competem à Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais os seguintes processos de trabalho:

- a) desenvolver e atualizar tecnologias eletrônicas voltadas a objetos pedagógicos, para aprimorar a educação a distância, dar apoio às ações presenciais, estimular a comunicação e divulgação das ações da Escola Judicial e entre o corpo docente, discente e a comunidade, e para o compartilhamento de rotinas e melhores práticas originárias do Plano Anual de Atividades para a formação de magistrados, formadores e capacitação de servidores;
- b) dar suporte técnico sobre as tecnologias eletrônicas educacionais para aos demais setores da Escola Judicial, aos Núcleos Regionais, ao corpo docente e discente, a pesquisadores e tutores, ao Conselho Administrativo, Diretor e Juiz Coordenador;
- c) executar as ações da Escola Judicial que envolvam registros áudio visuais e utilização dos diversos espaços de mídias;
- d) desenvolver tecnologias eletrônicas para auxílio nas tarefas de controle e metrificação das ações da Escola Judicial, para subsídio aos pareceres de sua competência;
- e) acompanhar os processos de licitação necessários à realização das atribuições da Seção;
- f) atualizar permanentemente o site da Escola Judicial, avaliando sua adequação às finalidades e propondo melhorias.

Art. 17 Competem ao Setor de Pesquisa, Extensão e Publicações os seguintes processos de trabalho:

- a) organizar a Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região, em conformidade com as orientações do Conselho Administrativo, buscando artigos e preparando o material para impressão consoante normas editoriais uniformes;
- b) receber e encaminhar a Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região, após a impressão;
- c) organizar a pesquisa jurídica temática e submeter à Assessoria para fins de publicação da Revista Eletrônica;
- d) acompanhar, interagir e apoiar os grupos de pesquisa e programas de extensão, conforme os eixos temáticos e linhas de pesquisa definidos pelo Conselho Administrativo;
- d) acompanhar os processos de licitação necessários à realização das atribuições da Seção.

Art. 18 Competem à Seção de Gestão Orçamentária e Financeira os seguintes processos de trabalho:

- a) gerenciar o controle orçamentário e financeiro da Escola Judicial;
- b) receber, processar, encaminhar e acompanhar os pedidos de participação em atividades externas, prestando informações aos interessados, analisando relatórios e registrando as atividades realizadas;
- c) validar pedidos de diárias e reembolso de passagens solicitados para participação nos eventos promovidos e/ou contratados com verba destinada à capacitação;
- d) levantar dados e elaborar a estatística mensal de capacitação, devidamente informada à Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças, no prazo consignado;
- e) colacionar os dados para elaboração do Relatório Anual da Escola Judicial;
- f) conferir e averbar nos registros funcionais de magistrados e servidores, os eventos contratados por meio da modalidade de Cursos Externos;
- g) coordenar os serviços administrativos e financeiros necessários ao pleno desenvolvimento das finalidades da Escola Judicial;
- h) elaborar a proposta de previsão orçamentária e acompanhar sua execução, subsidiando o Conselho Administrativo na tomada de decisões, bem como a Direção na implementação no Plano Anual de Atividades;
- i) apresentar à Assessoria e à Coordenação a Proposta Anual Orçamentária;
- j) apoiar o Diretor e o Coordenador Pedagógico na elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Anual de Atividades, coletando e sistematizando informações relativas à gestão e ao financiamento.

Art. 19 Competem à Seção de Gestão de Contratos, os seguintes processos de trabalho:

- a) encaminhar e acompanhar junto às Assessorias Administrativas competentes as contratações para o cumprimento das finalidades da Escola Judicial ligadas à formação de magistrados e capacitação de servidores;
- b) elaborar minutas de editais para contratação nos termos da Lei 8.666/93, conforme especificações de objeto definidas pelo Conselho Administrativo;
- c) apoiar e elaborar projetos básicos e de termos de referência para contratações em modalidade de “compra direta”;
- d) fiscalizar e apoiar a fiscalização dos contratos administrativos cuja gestão é de responsabilidade da Escola Judicial;

- e) manter comunicação administrativa com os demais órgãos do Tribunal e com entidades públicas e privadas (relações institucionais), para o cumprimento adequado de suas atribuições contratuais;
- f) contratar professores para execução do Plano Anual de Atividades, programações de formação de magistrados e capacitação de servidores;
- g) controlar saldo orçamentário dos cursos (designados como cursos internos), emitir folhas de saldo, atualizar planilhas de acompanhamento da execução orçamentário-financeira e providenciar a anulação ou reforço de empenho, quando necessário;
- h) elaborar minutas de projeto de convênios e apoio de instituições aos eventos do Plano Anual de Atividades e da Semana Institucional de Magistrados, visando o desenvolvimento pleno das finalidades da Escola Judicial;
- i) subsidiar a contratação de docentes para palestras, cursos, simpósios e seminários destinados ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores;
- j) gerir e fiscalizar os contratos propostos pela Escola Judicial ligados às suas atribuições, contendo justificativas jurídicas, motivação administrativa e espelho orçamentário;
- k) providenciar o pagamento de honorários dos docentes e, quando necessário, o traslado e pagamento de diárias, observadas as categorias de contratação (prestador de serviço ou colaborador eventual).

OBS: Ausentes, justificadamente, os excelentíssimos Desembargadores Tobias de Macedo Filho (em férias), Ney José de Freitas (afastado, em atividade no CNJ) e Luiz Eduardo Gunther (em férias). A excelentíssima Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado participou da sessão, como convocada, na cadeira do excelentíssimo Desembargador Ney José de Freitas (Portaria SGP n.º 58, de 15-12-2011), afastado temporariamente da jurisdição em razão de suas funções no CNJ (RA-OE 106/2011). Presentes os excelentíssimos Juízes Sandra Mara Flügel Assad, Vice-Presidente da Amatra IX e Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, Auxiliar da Presidência.

Curitiba, 10 de setembro de 2012.

ANA CRISTINA NAVARRO LINS

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada

Disponibilizada no “DEJT”

Dia 13/09/2012 Pág.:42 a 48 Ed.nº: 1063/2012

Disponibilizada novamente no “DEJT”

ANEXO IV

IV Curso de Formação Inicial de Magistrados:

Período: 30 de abril a 28 de junho de 2013

Carga Horária: 255 horas-aula

Cronograma semanal e conteúdo programático em observância à Resolução nº 7/2010 da ENAMAT, incluindo relação de Juízes Orientadores, Tutoria e modelo de controle de frequências.

Programação:

EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS GERAIS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTORES/ ORIENTADORES/ PALESTRANTES
SUBEIXOS ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO E JURÍDICO-DIQUELÓGICO	Técnicas de Julgamento e Elaboração de Sentenças	5	Desembargador Arion Mazurkevic e Desembargador Cássio Colombo Filho
	O Uso Adequado da Linguagem Jurídica	3	Prof. Carlos Alberto Cavalheiro
SUBEIXO JURÍDICO-DIQUELÓGICO	Inserção no Contexto Político Econômico do Paraná	3	Secretário da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Curitiba - Prof. Fábio Scatolin
SUBEIXO POLÍTICO INSTITUCIONAL	Critérios Sócioeconômicos e Ambientais - Integrante da Ambientação Profissional	1	Comissão de Responsabilidade Sócioeconômica e Ambiental
	Estrutura e Funcionamento do TRT da 9ª Região - Palestra Integrante da Ambientação Profissional	1	Seção de Capacitação e Desenvolvimento Pedagógico da Escola Judicial
SUBEIXO SOCIOINTERATIVO	Comunicação da Magistratura com a Imprensa	2	Jornalista Ernani Buchmann

SUBEIXO POLÍTICO INSTITUCIONAL E SOCIOINTERATIVO	Visita às entidades Ministério Público do Trabalho, Associação dos Magistrados Trabalhistas - AMATRA IX, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR)	4	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial
SUBEIXO JURÍDICO-DEONTOLÓGICO	Sensibilização Juízes Vitaliciandos - Integrante da Ambientação Profissional	1	Desembargadora Marlene T. Fuverki Sugumatsu e Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti
	Deontologia Profissional - Reunião com o Desembargador Corregedor Regional	2	Desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior
	Deontologia Profissional - Reunião com Juízes Substitutos	2	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial; Juízas Patrícia Tostes Poli e Camila Gabriela G. Caldas

EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTOR/ INSTRUTORES
SUBEIXO ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL	Diálogo com o Corregedor Regional - Integrante da Ambientação Profissional	1	Desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior
	Treinamento Inicial para o Processo Eletrônico Local	2	Juiz Bráulio Gabriel Gusmão
	Treinamento para o Pje-JT	6	Juiz Lourival Barão Marques Filho
	Informações sobre a Formação Inicial e Continuada - Integrante da Ambientação Profissional	1	Seção de Capacitação e Desenvolvimento Pedagógico da Escola Judicial
	Certificação Digital	4	Caixa Econômica Federal
	Gestão do Fluxo do Trabalho em Vara do Trabalho	2	Juiz Bráulio Gabriel Gusmão
SUBEIXO JURISDICIONAL-TRABALHISTA	Treinamento sobre Técnicas de Conciliação	2,5	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Acompanhamento de Audiências no Juízo Auxiliar de Conciliação	3	Juiz Sandro Augusto de Souza

	Presidir Audiências no Juízo Auxiliar de Conciliação	5	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Acompanhamento de Audiências nas Varas do Trabalho de Designação	8	Juízes Orientadores: Bráulio Gabriel Gusmão; Carlos Martins Kaminski; Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira; Lisiane Sanson Pasetti Bordin; Rafael Gustavo Palumbo; Samantha Alves Roder; Suely Filippetto; Vanessa Karam de Chueiri Sanches.
	Simulação de Audiências	2,5	Juízes Instrutores: Sandro Augusto de Souza; Paula R. Matheus Wandelli; Roberto Dala Barba Filho e Luciano A. de Toledo Coelho
	Presidir Audiências nas Varas do Trabalho de Designação sob Orientação dos Juízes Orientadores	8	Juízes Orientadores: Bráulio Gabriel Gusmão; Carlos Martins Kaminski; Eduardo Milléo Baracat; Hilda M ^a Brzezinski da Cunha Nogueira; Lisiane Sanson Pasetti Bordin; Rafael Gustavo Palumbo; Samanta Alves Roder; Suely Filippetto

	Realização de Audiência Simulada pelo Sistema Fidelis	3	Juiz Eduardo Milléo Baracat
	Presidir Audiências nas VT de Designação nas Varas do Trabalho de Designação sem Supervisão	21	Juízes Orientadores: Bráulio G. Gusmão; Carlos M. Kaminski; Eduardo Milléo Baracat; Lisiane Sanson P. Bordin; Morgana de Almeida Richa; Rafael Gustavo Palumbo; Suely Filippetto.
	Coaching sobre Técnicas de Audiência - Treinamento Teorico para Construção Conjunta de Roteiro Lógico para Presidir Audiências	3	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Trabalho em Gabinete	10	
	Elaboração de Sentenças em Gabinete	71	
	Treinamento sobre Execução	4	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Oficina sobre Procedimentos na Justiça do Trabalho	3	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Dinâmica da Prova do Testemunho	2.5	Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho
	Acompanhamento de Leilão Judicial	3	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Incidentes Processuais	3.5	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Solucionar Incidentes de Execução nas Varas do Trabalho de Designação	5.5	Juízes Orientadores: Bráulio G. Gusmão; Carlos Martins Kaminski; Eduardo Milléo Baracat; Lisiane Sanson P. Bordin; Morgana de Almeida Richa; Suely Filippetto
	Cálculos de Liquidação	5.5	Prof. Juarez Varallo Pont
	Análise Individual de Avaliação do Juiz	3	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial

	Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho Doméstico	4	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Ciclo de Estudos dos 70 Anos da CLT - Seminário Os Desafios da Regulação do Trabalho no Brasil	8	Coordenação Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (Diretora da Escola Judicial) e Juiz Paulo Henrique K. e Conti (Coordenador da Escola Judicial)
	Conferências Antonio Manuel Hespanha (“Até que Ponto as Consolidações Consolidam: o Lugar da Lei no Direito Contemporâneo”) e Ministro Carlos Alberto Reis de Paula 70 Anos da CLT)	4	Coordenação Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (Diretora da Escola Judicial) e Juiz Paulo Henrique K. e Conti (Coordenador da Escola Judicial)
	Aspectos Importantes sobre o Trabalho Bancário	2	Juíza Lisiane Sanson Pasetti Bordin
	Aspectos Polêmicos sobre a Jornada do Trabalho	3	Juiz Felipe Augusto Magalhães Calvet
	Aplicação dos Tratados e Convenções Internacionais pelo Juiz do Trabalho	3	Desembargador Luiz Eduardo Gunther
	Curso Aspectos Contemporâneos da Tutela Coletiva	20	Coordenação Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (Diretora da Escola Judicial) e Juiz Paulo Henrique K. e Conti (Coordenador da Escola Judicial)
	Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho do Motorista Profissional	4	Coordenação Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (Diretora da Escola Judicial) e Juiz Paulo Henrique K. e Conti (Coordenador da Escola Judicial)
Carga Horária Total			255 horas-aula

V Curso de Formação Inicial de Magistrados:

Período: 12 de junho a 10 de agosto de 2013

Carga Horária: 262 horas-aula

Cronograma semanal e conteúdo programático em observância à Resolução nº 7/2010 da ENAMAT, incluindo relação de Juízes Orientadores, Tutoria e modelo de controle de frequências.

EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS GERAIS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTORES/ ORIENTADORES/ PALESTRANTES
SUBEIXOS ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO E JURÍDICO-DIQUELÓGICO	Técnicas de Julgamento e Elaboração de Sentenças	2	Desembargador Cássio Colombo Filho
	O Uso Adequado da Linguagem Jurídica	3	Prof. Carlos Alberto Cavalheiro
SUBEIXO JURÍDICO-DIQUELÓGICO	Inserção no Contexto Político Econômico do Paraná	4	Secretário da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Curitiba - Prof. Fábio Scatolin
SUBEIXO SOCIOINTERATIVO	Comunicação da Magistratura com a Imprensa	2	Jornalista Ernani Buchmann
SUBEIXO JURÍDICO-DEONTOLÓGICO	Deontologia Profissional - Reunião com o Desembargador Corregedor Regional	2	Desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior
	Deontologia Profissional - Reunião com Juízes Substitutos	2	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial; Juízas Patrícia Tostes Poli e Camila Gabriela G. Caldas
	Deontologia da Magistratura. A Formação Ética dos Magistrados	2	Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu - Diretora da Escola Judicial
	Deontologia da Magistratura. Reunião de Aconselhamento com os Juízes Substitutos	2	Juízes Camila G. Greber Caldas, Patrícia Tostes Poli, Roberto Dala Barba Filho, Fernanda Hilzendegeer Marcon e José Alexandre Barra Valente
	Deontologia da Magistratura. Análise Conjuntural do Judiciário e a Vida Associativa	2	Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTOR/ INSTRUTORES

SUBEIXO ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL	Treinamento para o Pje-JT	6	Juiz Lourival Barão Marques Filho
	Certificação Digital	1.5	Caixa Econômica Federal
	Gestão do Fluxo do Trabalho em Vara do Trabalho	2	Juiz Bráulio Gabriel Gusmão
	Organização e Funcionamento da Secretaria da Vara do Trabalho	2	Sr. Evilásio Luz Maier - Diretor da Secretaria da 17ª VT de Curitiba
SUBEIXO JURISDICIONAL-TRABALHISTA	Simulação de Audiências	3.5	Juízes Instrutores: Paulo Henrique Kretzschamar, Felipe A. Magalhães Calvet e Luciano A. de Toledo Coelho
	Acompanhamento de Audiências no Juízo Auxiliar de Conciliação	13	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Presidir Audiências no Juízo Auxiliar de Conciliação	17	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Acompanhamento de Audiências nas Varas do Trabalho de Designação	19	Juízes Orientadores: Felipe A. Magalhães Calvet; Morgana de Almeida Richa; Patrícia Tostes Poli; Rafael Gustavo Palumbo; Sandra Mara Flügel Assad
	Presidir Audiências nas Varas do Trabalho de Designação sob Orientação dos Juízes Orientadores	10.5	Juízes Orientadores: Felipe A. Magalhães Calvet, Luciano Augusto de Toledo Coelho e Patrícia Tostes Poli
	Presidir Audiências nas VT de Designação nas Varas do Trabalho de Designação sem Supervisão	20	Juízes Orientadores: Felipe A. Magalhães Calvet e Patrícia Tostes Poli

	Elaboração de Despachos	2	Desembargadora Eneida Cornel
	Orientações sobre Execução	2	Juíza Paula Regina R. Matheus Wandelli
	Incidentes de Audiência	2	Juiz Adilson Luiz Funez
	Incidentes Processuais e Projeto Horizontes	2	Desembargador Cássio Colombo Filho
	Cálculos de Liquidação	6	Prof. Juarez Varallo Pont
	Sessão Especializada e Tendências da Execução	4	Desembargador Célio Horst Waldraff
	Teoria da Jurisdição. Debates sobre Tendências Processuais	2.5	Juiz Paulo Henrique K. e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Trabalho em Gabinete	84.5	
	Acompanhamento da Sessão Especializada do TRT 9ª Região	4	Desembargador Célio Horst Waldraff

	Análise Individualizada da Avaliação do Juiz Substituto	2	Desembargador Cássio Colombo Filho - Coordenador da Escola Judicial
	Coaching sobre Avaliação Individualizada	3	Desembargador Cássio Colombo Filho
SUBEIXO JURÍDICO-TRABALHISTA	Curso Aspectos Contemporâneos da Tutela Coletiva	20	Coordenação Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (Diretora da Escola Judicial) e Juiz Paulo Henrique K. e Conti (Coordenador da Escola Judicial)
	Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho do Motorista Profissional	4	Coordenação Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (Diretora da Escola Judicial) e Juiz Paulo Henrique K. e Conti (Coordenador da Escola Judicial)
	Meio Ambiente do Trabalho e Responsabilidade Civil	3.5	Juiz Leonardo Vieira Wandelli
	Conferência Teoria Sistêmica, Risco e Direito - Raffaele de Giorgi	2	Coordenação Desembargadora Ana Carolina Zaina
	Convenções Internacionais como Fonte Formal de Direito	3	Desembargador Luiz Eduardo Gunther
Carga Horária Total			262 horas-aula

VI Curso de Formação Inicial de Magistrados:

Período: 12 de julho a 18 de agosto e de 21 de setembro a 25 de outubro

Carga Horária: 326 horas-aula

Cronograma semanal e conteúdo programático em observância à Resolução nº 7/2010 da ENAMAT, incluindo relação de Juízes Orientadores, Tutoria e modelo de controle de frequências.

EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS GERAIS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTORES/ ORIENTADORES/ PALESTRANTES
SUBEIXOS ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO E JURÍDICO-DIQUELÓGICO	Técnicas de Julgamento e Elaboração de Sentenças	2	Desembargador Cássio Colombo Filho
	Treinamento sobre Argumentação Jurídica	2	Professora Vera Karam
	Treinamento "Argumentação sobre Responsabilidade Civil"	4	Juiz Leonardo Vieira Wandelli
SUBEIXO JURÍDICO-DEONTOLÓGICO	Ambientação Profissional	1	Desembargador Cássio Colombo Filho
	Deontologia da Magistratura. A Formação Ética dos Magistrados	2	Desembargadora Marlene Terezinha Fuverki Suguimatsu - Diretora da Escola Judicial
	Deontologia da Magistratura. Reunião de Aconselhamento com os Juizes Substitutos	2	Juízes Roberto Dala Barba Filho, Fernanda Hilzendegeer Marcon e José Alexandre Barra Valente
	Deontologia da Magistratura. Visão Geral da Corregedoria Regional	2	Desembargador Dirceu Buyz Pint Júnior
	Deontologia da Magistratura. Análise Conjuntural do Judiciário e a Vida Associativa	2	Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTOR/ INSTRUTORES
SUBEIXO ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL	Certificação Digital	2.5	Caixa Econômica Federal
	Organização e Funcionamento da Secretaria da Vara do Trabalho	2	Sr. Evilásio Luz Maier - Diretor da Secretaria da 17ª VT de Curitiba
	Acompanhamento de Audiências no Juízo Auxiliar de Conciliação	4	Juiz Sandro Augusto de Souza

	Presidir Audiências no Juízo Auxiliar de Conciliação	4	Juizes Orientadores Sandro Augusto de Souza e Vanessa Karam de Chueiri Sanches
SUBEIXO JURISDICIONAL-TRABALHISTA	Acompanhamento de Audiências nas Varas do Trabalho de Designação	20	Juíza Orientadora Paula Regina R. Matheus Wandelli e Felipe Augusto de Magalhães Calvet
	Presidir Audiências nas Varas do Trabalho de Designação sob Orientação dos Juizes Orientadores	16	Juíza Orientadora Paula Regina R. Matheus Wandelli
	Presidir Audiências nas VT de Designação nas Varas do Trabalho de Designação sem Supervisão	40	Juíza Orientadora Paula Regina R. Matheus Wandelli
	Elaboração de Despachos	2	Desembargadora Eneida Cornel
	Oficina sobre Incidentes de Audiência	3	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Treinamento Técnicas de Sentenças	4	Desembargador Cássio Colombo Filho
	Teoria da Jurisdição. Debates sobre Tendências Processuais	2.5	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Oficina sobre Conciliação	2.5	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Cálculos de Liquidação	6	Prof. Juarez Varallo Pont
	Cálculos de Liquidação	8	Juiz José Aparecido dos Santos

	Orientações sobre Execução	2	Juíza Paula Regina R. Matheus Wandelli
	Treinamento Morfologia da Execução	4	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Sessão Especializada e Tendências da Execução	4	Desembargador Célio Horst Waldruff
	Acompanhamento da Sessão Especializada do TRT da 9ª Região	4	Desembargador Célio Horst Waldruff
	Trabalho em Gabinete	136	
	Reunião de Alinhamento e Recebimento de Sentenças	4	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Coaching sobre Avaliação Individualizada	3	Desembargador Cássio Colombo Filho
SUBEIXO JURÍDICO-TRABALHISTA	Conferência Teoria Sistêmica , Risco e Direito	2	Palestrante Raffaele de Giorgi e Coordenação Desembargadora Ana Carolina Zaina
	Meio Ambiente do Trabalho e Responsabilidade Civil	3.5	Juiz Leonardo Vieira Wandelli
	Convenções Internacionais como Fonte Formal de Direito	3	Desembargador Luiz Eduardo Gunther

	<p>Seminário “Os Fundamentos Éticos e Históricos das Prerrogativas da Magistratura” [Conferência “Fundamentos para uma Ética Judicial Contemporânea”. Prof. Rodolfo Luis Vigo (Ministro da Corte Suprema de Justicia da Provincia de Santa Fe - ARG. Doutor em Ciencias Juridicas y Sociales pela Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina. Catedrático de “Ética Profesional”, “Filosofia Jurídica” e “Teoría Práctica de la Interpretación Jurídica” na Facultad de Derecho de la Universidad Austral de Buenos Aires e na Universidad Católica de Santa Fe). – Conferência “Solidariedade e Responsabilidade: Um Olhar sobre os Fundamentos Éticos da Magistratura”. Profª Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves (Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte).</p> <p>Mesa de Abertura e Pronunciamentos. Conferência “Prerrogativas da Magistratura: Passado e Futuro”. Prof. Guilherme Guimarães Feliciano (Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho a 15ª Região. Livre-docente em Direito do Trabalho, Doutor em Direito Penal pela USP e Professor da Faculdade de Direito da USP. Diretor de Prerrogativas da ANAMATRA). Conferência “O Papel do CNJ na Defesa das Prerrogativas e na Construção das Condições para o Exercício Pleno da Magistratura”. Prof. Ivanir César Ireno Júnior (Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Mestre em Direito pela PUC do Rio de Janeiro). Conferência “As Relações do Judiciário com a Sociedade e a Mídia”. Prof. Gladimir Nascimento (Jornalista, Secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba. Especialista em Sistema de Gestão Ambiental - PUC-PR e Mestre em Tecnologia e Meio Ambiente - UTEPR).</p>	8	<p>Coordenadores: Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu; Juízes Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira.</p> <p>Palestrantes: Prof. Rodolfo Luis Vigo (Min. da Corte Suprema de Justicia da Provincia de Santa Fe - ARG); Profª. Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves (Juíza do Trabalho do TRT da 21ª Região); Prof. Guilherme Guimarães Feliciano (Juiz do Trabalho do TRT da 15ª Região); Prof. Ivanir César Ireno Junior (Juiz Federal do TRF da 1ª Região), Professor Gladimir Nascimento (Jornalista)</p>
--	---	---	--

	<p>Curso Teoria Geral do Juízo Conciliatório [1] Histórico sobre a Conciliação. Diferenças das demais formas de resolução do conflito (adjudicação, mediação, facilitação, arbitragem). A conciliação como método para a resolução dos conflitos trabalhistas. Os movimentos do CNJ (a partir de 2007). A Resolução 125 do CNJ e a visão quanto à aplicação na Justiça do Trabalho. O Juizado Auxiliar de Conciliação de Curitiba.</p> <p>2) Conciliação Ética. Função da Conciliação. Limites Internos (imposição x persuasão, pré-julgamento x ponderação de riscos). Indicativos dos limites. Limites externos (interesses indisponíveis, autonomia da vontade); 3) Teoria dos Conflitos. Espiral de Conflitos. Dimensões dos Conflitos (econômico, jurídico, social, humano e psicológico). A figura do Juiz do Trabalho. Conflitos paralelos e outras questões intervenientes. Possibilidades e controvérsias sobre a figura do servidor conciliador;</p> <p>4) Técnicas de Juízo Conciliatório. Posturas; 5) Procedimento; 6) Engenharia de Gestão Conciliatória; 7) Dificuldades concretas na prática conciliatória e o papel do juiz.</p> <p>Propostas retóricas. Tentativa de renúncia a direitos indisponíveis. Tentativa de lesão a direito de terceiro (conluio). Controvérsias ocultas. Litigância habitual, excessiva e repetitiva. Reclamado litigante habitual. Discussão sobre a relação secundária (honorários advocatícios).</p> <p>Partes desacompanhadas de advogados]</p>	10	<p>Coordenação do Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial</p>
--	---	----	--

VII Curso de Formação Inicial de Magistrados:

Período: 01 de agosto a 18 de agosto e de 21 setembro a 01.novembro

Carga Horária: 250,5 horas-aula

Cronograma semanal e conteúdo programático em observância à Resolução nº 7/2010 da ENAMAT, incluindo relação de Juízes Orientadores, Tutoria e modelo de controle de frequências.

EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS GERAIS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTORES/ ORIENTADORES/ PALESTRANTES
SUBEIXOS ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO E JURÍDICO-DIQUELÓGICO	Treinamento sobre Técnicas de Sentenças	4	Desembargador Cássio Colombo Filho
	Treinamento sobre Argumentação Jurídica	2	Professora Vera Karam
	Treinamento "Argumentação sobre Responsabilidade Civil"	4	Juiz Leonardo Vieira Wandelli
	Ambientação Profissional	1	Desembargador Cássio Colombo Filho
	Deontologia da Magistratura. A Formação Ética dos Magistrados	2	Desembargadora Marlene Terezinha Fuverki Suguimatsu - Diretora da Escola Judicial
	Deontologia da Magistratura. Reunião de Aconselhamento com os Juízes Substitutos	2	Juízes Roberto Dala Barba Filho, Fernanda Hilzendegeer Marcon e José Alexandre Barra Valente
	Deontologia da Magistratura. Visão Geral da Corregedoria Regional	2	Desembargador Dirceu Buyz Pint Júnior
	Deontologia da Magistratura. Análise Conjuntural do Judiciário e a Vida Associativa	2	Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTOR/ INSTRUTORES
SUBEIXO ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL	Certificação Digital	2	Caixa Econômica Federal
	Treinamento para o Pje-JT	3	Juiz Paulo José Oliveira de Nadai

SUBEIXO JURISDICIONAL- TRABALHISTA	Audiências Simuladas	2.5	Juíza Paula Regina Rodrigues Matheus Wandelli
	Presidir Audiências nas Varas do Trabalho de Designação sob Orientação dos Juízes Orientadores	8	Juíza Orientadora Camila Gabriela Greber Caldas
	Presidir Audiências nas VT de Designação nas Varas do Trabalho de Designação sem Supervisão	24.5	Juízes Orientadores: Luciano Augusto de Toledo Coelho; Luciene Cristina Bascheira Sakuma
	Oficina sobre Incidentes de Audiência	3	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Teoria da Jurisdição. Debates sobre Tendências Processuais	2.5	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Oficina sobre Conciliação	2.5	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Cálculos de Liquidação	8	Juiz José Aparecido dos Santos
	Treinamento Morfologia da Execução	4	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Sessão Especializada e Tendências da Execução	4	Desembargador Célio Horst Waldruff
	Acompanhamento da Sessão Especializada do TRT da 9ª Região	2.5	Desembargador Célio Horst Waldruff
	Trabalho em Gabinete	130	
	Reunião de Alinhamento e Recebimento de Sentenças		Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial

	Convenções Internacionais como Fonte Formal de Direito	3	Desembargador Luiz Eduardo Gunther
	<p>Seminário “Os Fundamentos Éticos e Históricos das Prerrogativas da Magistratura” [Conferência “Fundamentos para uma Ética Judicial Contemporânea”. Prof. Rodolfo Luis Vigo (Ministro da Corte Suprema de Justicia da Provincia de Santa Fe - ARG. Doutor em Ciencias Juridicas y Sociales pela Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina. Catedrático de “Ética Profesional”, “Filosofía Jurídica” e “Teoría Práctica de la Interpretación Jurídica” na Facultad de Derecho de la Universidad Austral de Buenos Aires e na Universidad Católica de Santa Fe). – Conferência “Solidariedade e Responsabilidade: Um Olhar sobre os Fundamentos Éticos da Magistratura”. Prof^a Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves (Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 21^a Região. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Mesa de Abertura e Pronunciamentos. Conferência “Prerrogativas da Magistratura: Passado e Futuro”. Prof. Guilherme Guimarães Feliciano (Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho a 15^a Região. Livre-docente em Direito do Trabalho, Doutor em Direito Penal pela USP e Professor da Faculdade de Direito da USP. Diretor de Prerrogativas da ANAMATRA). Conferência “O Papel do CNJ na Defesa das Prerrogativas e na Construção das Condições para o Exercício Pleno da Magistratura”. Prof. Ivanir César Ireno Júnior (Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Mestre em Direito pela PUC do Rio de Janeiro). Conferência “As Relações do Judiciário com a Sociedade e a Mídia”. Prof. Gladimir Nascimento (Jornalista, Secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba. Especialista em Sistema de Gestão Ambiental - PUC-PR e Mestre em Tecnologia e Meio Ambiente - UTFPR).</p>	8	<p>Coordenadores: Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Sugumatsu; Juizes Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira. Palestrantes: Prof. Rodolfo Luis Vigo (Min. da Corte Suprema de Justicia da Provincia de Santa Fe - ARG); Prof^a. Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves (Juíza do Trabalho do TRT da 21^a Região); Prof. Guilherme Guimarães Feliciano (Juiz do Trabalho do TRT da 15^a Região); Prof. Ivanir César Ireno Junior (Juiz Federal do TRF da 1^a Região), Professor Gladimir Nascimento (Jornalista)</p>

	<p>Curso Teoria Geral do Juízo Conciliatório [1] Histórico sobre a Conciliação. Diferenças das demais formas de resolução do conflito (adjudicação, mediação, facilitação, arbitragem). A conciliação como método para a resolução dos conflitos trabalhistas. Os movimentos do CNJ (a partir de 2007). A Resolução 125 do CNJ e a visão quanto à aplicação na Justiça do Trabalho. O Juizado Auxiliar de Conciliação de Curitiba. 2) Conciliação Ética. Função da Conciliação. Limites Internos (imposição x persuasão, pré-julgamento x ponderação de riscos). Indicativos dos limites. Limites externos (interesses indisponíveis, autonomia da vontade); 3) Teoria dos Conflitos. Espiral de Conflitos. Dimensões dos Conflitos (econômico, jurídico, social, humano e psicológico). A figura do Juiz do Trabalho. Conflitos paralelos e outras questões intervenientes. Possibilidades e controvérsias sobre a figura do servidor conciliador; 4) Técnicas de Juízo Conciliatório. Posturas; 5) Procedimento; 6) Engenharia de Gestão Conciliatória; 7) Dificuldades concretas na prática conciliatória e o papel do juiz. Propostas retóricas. Tentativa de renúncia a direitos indisponíveis. Tentativa de lesão a direito de terceiro (conluio). Controvérsias ocultas. Litigância habitual, excessiva e repetitiva. Reclamado litigante habitual. Discussão sobre a relação secundária (honorários advocatícios). Partes desacompanhadas de advogados]</p>	10	Juiz Sandro Augusto de Souza
--	---	----	------------------------------

	<p>Encontro Regional sobre Conciliação Judicial [Conferência de Abertura Ministro do TST Fernando Eizo Ono. “O Papel do TST na Conciliação dos Conflitos de Trabalho de Maior Dimensão”. Painel de Debates - “Quais os Limites Éticos para a Homologação de Acordos?”. Painel de Debates - “Vale a Pena ter um Conciliador?”. Conferência de Encerramento. Professor Kazuo Watanabe “Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse e Utilização pelo Judiciário, como elementos de seu Instrumental, dos chamados Meios ‘Alternativos’ de Resolução de Controvérsias”]</p>	10	<p>Coordenação do Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial</p>
Carga Horária Total			250,5 horas-aula

	<p>Encontro Regional sobre Conciliação Judicial [Conferência de Abertura Ministro do TST Fernando Eizo Ono. "O Papel do TST na Conciliação dos Conflitos de Trabalho de Maior Dimensão". Painel de Debates - "Quais os Limites Éticos para a Homologação de Acordos?". Painel de Debates - "Vale a Pena ter um Conciliador?". Conferência de Encerramento. Professor Kazuo Watanabe "Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse e Utilização pelo Judiciário, como elementos de seu Instrumental, dos chamados Meios 'Alternativos' de Resolução de Controvérsias"]</p>	10	<p>Coordenação do Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial</p>
	Carga Horária Total	326 horas-aula	

VIII Curso de Formação Inicial de Magistrados:**Período:** 26 de agosto a 25 de outubro**Carga Horária:** 280,5 horas-aula**Cronograma** semanal e conteúdo programático em observância à Resolução nº 7/2010 da ENAMAT, incluindo relação de Juízes Orientadores, Tutoria e modelo de controle de frequências.

EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS GERAIS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTORES/ ORIENTADORES/ PALESTRANTES
SUBEIXOS ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO E JURÍDICO-DIQUELÓGICO	Treinamento sobre Técnicas de Sentenças	4	Desembargador Cássio Colombo Filho
	Treinamento sobre Argumentação Jurídica	2	Professora Vera Karam
	Treinamento "Argumentação sobre Responsabilidade Civil"	4	Juiz Leonardo Vieira Wandelli
SUBEIXO JURÍDICO-DEONTOLÓGICO	Ambientação Profissional	2	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Deontologia da Magistratura - Palestra "La Etica Judicial Iberoamericana"	2	Dr. Eber Omar Betanzos Torres (Mestre em Estudios Humanísticos por el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey; Doutor em Derechos Humanos de la UNED. Secretário Executivo da Comissão Iberoamericana de Ética Judicial).
EIXO TEÓRICO-PRÁTICO DE COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS			
SUBEIXOS	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTRUTOR/ INSTRUTORES
SUBEIXO ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL	Certificação Digital	1.5	Caixa Econômica Federal
	Introdução ao Processo Judicial Eletrônico	1	Juiz Bráulio Gabriel Gusmão
	Acompanhamento de Audiências no Juízo Auxiliar de Conciliação e durante a Semana Nacional de Execução Trabalhista	13	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Oficina sobre Conciliação	2.5	Juiz Sandro Augusto de Souza
	Audiências Simuladas	6.5	Juízes Camila Gabriela Greber Caldas, Fabiano Gomes de Oliveira, Fernanda Hilzendegeer Marcon, Paula Regina Rodrigues Matheus Wandelli, Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

	Acompanhamento de Audiências nas Varas do Trabalho de Designação	13	Juízes Orientadores: Daniel Roberto de Oliveira, Gabriela Macedo Outeiro, Patrícia de Matos Lemos, Valéria Rodrigues Franco da Rocha
	Presidir Audiências nas Varas do Trabalho de Designação sob Orientação dos Juízes Orientadores	22	Juízes Orientadores: Daniel Roberto de Oliveira, Fernanda Hilzendegeer Marcon, Gabriela Macedo Outeiro, Roberto Dala Barba Filho e Valéria Rodrigues Franco da Rocha
	Presidir Audiências nas VT de Designação nas Varas do Trabalho de Designação <u>sem</u> Supervisão	33	Juízes Orientadores: Daniel Roberto de Oliveira, Gabriela Macedo Outeiro, Patrícia de Matos Lemos, Valéria Rodrigues Franco da Rocha
	Dinâmica da Prova e Psicologia do Testemunho	2	Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho
	Treinamento sobre Incidentes de Audiência	3	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Elaborar Roteiro e Autotexto em Incidentes de Audiência	7	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Reunião de Alinhamento e Recebimento de Sentenças	4	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Oficina sobre Execução	4	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Cálculos de Liquidação	8	Juiz José Aparecido dos Santos
	Treinamento Morfologia da Execução	4	Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti - Coordenador da Escola Judicial
	Trabalho em Gabinete	97	

	<p>III Semana Institucional da Magistratura [16.09.2013. O Judiciário e a Sociedade. 14h00. Solenidade de Abertura. Presidência: Desembargador Altino Pedrozo dos Santos. Mensagem da Presidente, Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.</p> <p>14h30min. Vídeoconferência. A Leitura e as Respostas Possíveis do Judiciário aos Anseios Sociais. Desembargador José Renato Nalini (Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Doutor em Direito Constitucional – USP). 15h00. Painel. A Incompreensão da Insatisfação Popular e as Novas Estruturas das Organizações Sociais. Professor Carlos Sávio Gomes Teixeira (Mestre em Ciências Políticas –USP, Mestre em Comunicação, Imagem e Informação – UFF, Doutor em Ciências Políticas – USP, Professor da Universidade Federal Fluminense). 16h20min. às 16h40min. Intervalo.</p> <p>16h40min. Espaço destinado ao Corregedor Regional. Desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior. 17h40min. Espaço destinado à Comissão de Retrospectiva. 18h30min. Encerramento.</p> <p>17.09.2013. O Judiciário e os Conflitos Sociais. 9h00. Painel. Programa Mais Médicos. Dr. Jorge Darze (Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. Representante da Federação Nacional dos Médicos). Dr. Paulo Poli Neto (Representante do Ministério da Saúde). Professora Jussara Maria Leal de Meirelles (Mestre e Doutora em Direito pela UFPR, Pós-Doutora junto ao Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra).</p>	25	<p>Coordenadores Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão (Presidente do TRT da 9ª Região); Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (Diretora da Escola Judicial) e Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (Coordenador da Escola Judicial)</p>
--	---	----	--

	<p>14h00 às 18h00. Jogos de Argumentação. Oficina de debates sobre Caso Hipotético.</p> <p>18.09.2013. O Judiciário e o Mundo do Trabalho. 08h00. Visita Institucional ao SESI/SENAI. (Saída do Transporte do prédio do TRT/PR). 09h00 às 12h30min. – Circuitos Formativos.</p> <p>12h30min. às 14h30min. Transporte de Retorno e intervalo de almoço.</p> <p>14h30min. às 16h40min. Diálogos Sindicais. A Pauta Unificada de Reivindicações das Centrais Sindicais (Representantes de Centrais Sindicais: CUT; Força Sindical; UGT; Nova Central – NCST; e CTB)</p> <p>16H40MIN. ÀS 17H00. Intervalo 17h00 às 18h00. Diálogos sobre o PJe/JT. Desembargador Ricardo Antônio Mohallem e Juiz José Hortêncio Ribeiro Junior (Coordenadores Nacionais para o PJe/JT de 1º e 2º Grau).</p> <p>19.09.2013. O Judiciário em Si. 08h30min. às 12h00 – II Circuito de Saúde Aprofundado 12h00 às 13h30min. – intervalo de almoço</p> <p>13h30min. às 13h45min. Espaço reservado à Comissão de Saúde. Desembargadora Rosalie Michaelle Bacila Batista e Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho.</p> <p>13h45min. às 15h30min. Painel. A Carreira Judicial e seus Impactos sobre o Indivíduo e a Instituição. Dra. Paolla Mylla T. Alves (Médica Psiquiatra) e Professor Tomas Drunkenmolle (Mestre em Neurociência Educacional pela Harvard University. Mestre em Filosofia pela New York University).</p> <p>15h30min. às 15h45min. Apresentação de encerramento.</p> <p>15h45min. às 16h00. Encerramento da III Semana Institucional. Desembargadora Marlene Fuverki Suguimatsu</p>		
--	--	--	--

	<p>Curso Teoria Geral do Juízo Conciliatório [1] Histórico sobre a Conciliação. Diferenças das demais formas de resolução do conflito (adjudicação, mediação, facilitação, arbitragem). A conciliação como método para a resolução dos conflitos trabalhistas. Os movimentos do CNJ (a partir de 2007). A Resolução 125 do CNJ e a visão quanto à aplicação na Justiça do Trabalho. O Juizado Auxiliar de Conciliação de Curitiba. 2) Conciliação Ética. Função da Conciliação.</p> <p>Limites Internos (imposição x persuasão, pré-julgamento x ponderação de riscos). Indicativos dos limites. Limites externos (interesses indisponíveis, autonomia da vontade); 3) Teoria dos Conflitos. Espiral de Conflitos. Dimensões dos Conflitos (econômico, jurídico, social, humano e psicológico). A figura do Juiz do Trabalho. Conflitos paralelos e outras questões intervenientes. Possibilidades e controvérsias sobre a figura do servidor conciliador; 4) Técnicas de Juízo Conciliatório. Posturas; 5) Procedimento; 6) Engenharia de Gestão Conciliatória; 7) Dificuldades concretas na prática conciliatória e o papel do juiz. Propostas retóricas. Tentativa de renúncia a direitos indisponíveis. Tentativa de lesão a direito de terceiro (conluio). Controvérsias ocultas. Litigância habitual, excessiva e repetitiva. Reclamado litigante habitual. Discussão sobre a relação secundária (honorários advocatícios). Partes desacompanhadas de advogados]</p>	10	Juiz Luiz Antônio Bernardo
--	--	----	----------------------------

	<p>Encontro Regional sobre Conciliação Judicial [Conferência de Abertura Ministro do TST Fernando Eizo Ono. “O Papel do TST na Conciliação dos Conflitos de Trabalho de Maior Dimensão”. Painel de Debates - “Quais os Limites Éticos para a Homologação de Acordos?”. Painel de Debates - “Vale a Pena ter um Conciliador?”. Conferência de Encerramento. Professor Kazuo Watanabe “Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse e Utilização pelo Judiciário, como elementos de seu Instrumental, dos chamados Meios ‘Alternativos’ de Resolução de Controvérsias”]</p>	10	Coordenador Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti
Carga Horária Total			280,5h

ANEXO V

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

As atividades foram abertas a todos os Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, contando também com a participação dos Magistrados de outros Regionais (a exemplo do evento conjunto com a ANAMATRA).

Os eventos integraram também as atividades de Formação Inicial dos juízes vitaliciandos (período de 18 meses da posse e exercício, ou seja, a fase de vitaliciamento) e da Formação Continuada dos magistrados vitalícios, nos termos da Resolução nº 01/2008 da ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

A atual composição do Conselho da Escola Judicial organizou os seguintes eventos, em ordem cronológica:

2011 - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Conferência “Direito Comunitário e da Integração para a UNASUL - A Experiência da Corte Centroamericana de Justiça

Data: 12 de dezembro de 2011

Programação: Conferencista Ministro Francisco Dario Lobo Lara - Presidente da Corte Centroamericana

de Justiça

Local: Curitiba

Carga Horária: 02 horas-aula

Magistrados: 09 / [servidores: 31]

2012 - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Aula Magna da 1ª Turma de Especialização em Direito e Conferência “Direito Constitucional e Emancipação Social”. (Aula aberta).

Conferencista: Prof. Dr. Clèmerson Merlin Clève

Data: 29 de fevereiro de 2012

Local: Auditório da Escola Judicial, Av. Vicente Machado, 147, sobreloja (Curitiba)

Carga Horária: 01h30 hora-aula

Magistrados: 15

Servidores: 19

Coordenadores científicos (1h30min de atividade): Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Curso de Direito Previdenciário (5 oportunidades, mesmo conteúdo)

Professora Cláudia Salles Viana - Mestre em Direito pela PUC/PR

Conteúdo programático:

1. Benefícios Previdenciários.
 - 1.1 Auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente. Requisitos básicos para percepção e reflexos na relação de emprego.
 - 1.2 Aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial. Requisitos básicos para percepção e reflexos na relação de emprego.
 - 1.3 Salário maternidade e salário família. Requisitos básicos para percepção e reflexos na relação de emprego.
2. Acidente de trabalho.
 - 2.1 Caracterização administrativa pelo INSS – legislação aplicável e procedimentos.
 - 2.2 Repercussão dos acidente em matéria trabalhista, tributária e previdenciária.
3. Contribuições previdenciárias.
 - 3.1 Contribuições devidas pelos trabalhadores empregados, empregados domésticos e trabalhadores autônomos.
 - 3.2 Contribuições devidas pelos empregadores, incidentes sobre a folha de pagamento.

3.3 Fato gerador e exigibilidade – CF, art. 195 x Lei 8.112/91.

Datas e Locais:

08 e 09 de março (Curitiba);

Magistrados: 25 / Servidores: 11

29 e 30 de março (Cascavel);

Magistrados: 11 / Servidores: 27

19 e 20 de abril (Maringá);

Magistrados: 11 / Servidores: 23

17 e 18 de maio (Curitiba);

Magistrados: 20 / Servidores: 11

31 de maio e 1º de junho (Londrina)

Magistrados: 23 / Servidores: 20

Carga Horária: 12 horas-aula

Horários: 5ª f. 18h00min às 22h00min; 6ª f. 8h30min às 12h30min e 14h00min às 18h00min.

Seminário “Trabalho como Questão de Direitos Humanos”

Programação: 15.03.2012. 18h30min. Abertura. 19h30min. Prof.ª Dra. Flávia Piovesan. Palestra: *“Trabalho como Questão de Direitos Humanos”*. 20h00. Prof. Dr. Clodoaldo Meneguello Cardoso. Palestra: *“Direitos Humanos: liberdade e igualdade”*.

16.03.2012. 09h00 às 12h00 – 1º Painel . Painelista palestrante: Prof. Dr. E Juiz Alexandre Morais da Rosa. Painelistas Debatedores: Juiz Leonardo Wandelli e Professora Doutora. Aldacy Rachid Coutinho. Intervalo para Almoço

14h00 às 17h00. – 2º Painel. Painelista Palestrante: Prof. Ms. e Juiz Fábio Rodrigues Gomes. Palestra: *“A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais e as Relações de Trabalho”*. Painelistas debatedores: Juíza Simone Galan de Figueiredo e Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca.

Datas: 15 e 16 de março

Local: Plenário Pedro Ribeiro Tavares – Tribunal Regional do Trabalho do Paraná

Carga Horária: 09 horas-aula

Magistrados: 52

Servidores: 90 (41 servidores da capital e 49 servidores do interior)

Servidores com participação obrigatória, porque evento integrava a Grade Horária da 1ª Turma do Curso de Especialização em Direito: 50.

Coordenadores científicos (9 horas de atividade): Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti; Desembargador Arion Mazurkevic; Juiz Cássio Colombo Filho.

Trabalho e Teoria Crítica dos Direitos Humanos (Aula Aberta)

Palestrante: Prof. Dr. David Sánchez Rubio

Data: 22 de março de 2012

Carga Horária: 04 horas-aula

Magistrados: 06

Servidores: 24 (23 servidores da Capital e 1 servidor do Interior)

Coordenador científico (4 horas de atividades): Juiz Leonardo Vieira Wandelli

Apoio ao 1º Encontro Interinstitucional Permanente

Data: 23 de março de 2012

Local: Curitiba – Presidência do TRT 9ª Região

O compartilhamento de informações entre o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), a Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná (MPT-PR) e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-PR) visa possibilitar atuação mais eficaz de proteção aos direitos dos trabalhadores, instituindo Fórum Interinstitucional Permanente com sistemas de atuação conjugada e coordenada, que formam o aparato público de prevenção e repressão às condutas agressivas ao meio ambiente do trabalho, para que estejam mais aptos a promover ações de eficácia coletiva e de impacto abrangente. Os participantes deliberaram que esta opção reforça o cumprimento à Meta 8 de eficiência operacional estabelecida no Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, previsto na Resolução 70 do CNJ.

2º Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância

Período: 28 de março a 06 de maio de 2012

Carga Horária: 40 horas

Local: Brasília - DF

Magistrados: 01 (um)

Entidade Organizadora: ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Modalidade: Presencial e Educação a Distância

Seminário “O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Eficaz”

Programação:

12.04.2012.

18h30min. Solenidade de Abertura. Presidente do TRT-PR Desemb. Rosemarie Diedrichs Pimpão.

1º Painel. Presidente Desembargadora Ana Carolina Zaina. Conferência “*A Modernização do Processo do Trabalho no Uruguai*” - María Rosina Rossi Albert, Ministra do Tribunal de Apelações do Trabalho do Uruguai Conferência “*A Modernização do Processo do Trabalho no Chile*” - Nancy Aurora Bluck Bahamontes, Diretora da Associação de Magistrados do Chile.

13.04.2012. 9h00min. às 10h00min.

2º Painel – Presidente Juiz Daniel Weidman. Conferência “*A Adequação Formal do Processo e do Dogma da Ordinarietà nos Procedimentos em Meio Eletrônico*” - Luciano Athayde Chaves, Juiz do Trabalho TRT 21ª Região.

Intervalo. 10h20min. às 12h00.

3º Painel - Presidente - Juiz José Aparecido dos Santos Conferência “*Processo Coletivo: problema ou solução?*” - Sérgio Cruz Arenhart, Procurador da República

Painelista debatedor: Iros Reichmann Losso, Procurador do Trabalho. PRT-PR.

Carga Horária: 06 horas-aula

Local: Plenário Pedro Ribeiro Tavares, Al. Carlos de Carvalho, 528, Curitiba.

Magistrados: 57 (33 de Curitiba e R.M. e 25 do interior)

Servidores: 84 (sendo 37 da Capital e 47 do interior)

Coordenadores científicos (6 horas de atividades): Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti; Juiz Cássio Colombo Filho.

Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista

Período: 16 de abril a 08 de junho de 2012

Carga Horária: 40 horas-aula

Magistrados: 11 (onze)

Entidade Organizadora: ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Modalidade: Educação a Distância

Palestra “Assédio Moral no Trabalho”

Data: 26 de abril de 2012

Carga Horária: 02 horas-aula

Magistrados: 01 (um)

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 1ª Região

Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório

Período: 14 de maio a 01 de julho de 2012

Carga Horária: 40 horas-aula

Magistrados: 01 (um)

Entidade Organizadora: ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Modalidade: Educação a Distância

Curso de Formação de Formadores em Produção Textual para Educação a Distância

Período: 16 de maio a 26 de junho de 2012

Carga Horária: 40 horas-aula

Magistrados: 01 (um)

Entidade Organizadora: ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Modalidade: Educação a Distância

Seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”.

Data: 24 e 25 de maio

Programação que integrou o I Encontro Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho (Grupos de Trabalho – Núcleos e Conciliação, 23 de maio). Seminário:

24.05.2012.

15h00. Abertura: Eliana Calmon Alves (Corregedora Nacional de Justiça – CNJ). 16h00.

1º Painel – “*Resistências à Conciliação*”. Adriana Goulart de Sena (Juíza do Trabalho, titular da 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte); Alberto de Paula Machado (Advogado, vice-presidente do Conselho Federal da OAB); Felipe Locke Cavalcanti (Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo). Intervalo.

19h30min. 2º Painel – “*Técnicas Inovadoras de Conciliação*”. Roberto Portugal Bacellar (Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná. Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura biênio 2011/2013); Carlos Henrique de Oliveira Mendonça (Juiz Titular da Vara do Trabalho de Irati do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná).

25.05.2012. 09h00. 3º Painel – “*Capacitação para a Conciliação*”. José Roberto Neves Amorim (Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça); Marcelo Girade Corrêa (Coordenador do Centro de Resolução Não Adversarial de Conflitos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios);

Nayara Queiroz Mota de Sousa (Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região). Intervalo.

14h00. 4º Painel - *“Teoria do Conflito e da Conciliação”*. Julio Rodrigues Coelho Neto (Juiz Federal da 5ª Região, atualmente na 18ª Vara Federal do Ceará – Sobral) e Elaine Noronha Nassif (Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais). Intervalo. 16h00. 5º Painel – *“Desafios à Prática da Mediação”*. Camila Silva Nicácio (Subsecretária de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais; Mestre em Sociologia do Direito pela Université Paris III e Doutora em Sociologia); Wilson Ramos Filho (Advogado. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutor pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris, França). 18h00. Encerramento.

Carga Horária: 14 horas-aula

Magistrados: 53

Servidores: 104 (53 da capital e 51 do interior)

Coordenadores científicos (14 horas de atividades): Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Desembargador Luiz Eduardo Gunther; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Curso e Oficina “Articulação Interinstitucional para a Tutela dos Interesses Coletivos do Trabalho”

Data: 17 de agosto de 2012

Programação:

09:00 Abertura. “Apresentação do Sistema de Cooperação Técnica para Ações Coordenadas” – Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; “Procedimento, Características e Métodos de Resistência à Ação Fiscal do Trabalho e Autos de Infração” – Auditor Fiscal do Trabalho Nailor Grossel; “Sistema de Coletivização das Ações Fiscais da Inspeção do Trabalho – ‘Programa Maiores Infratores’ – Apresentação do Sistema de Ação Fiscal de Verificação de Duração do Trabalho Fundado no SREP” – Auditor Fiscal do Trabalho Humberto Retondario. Intervalo

14:00. “Apresentação do Sistema de Ação Fiscal em Matéria de Meio Ambiente do Trabalho” – Auditora Fiscal do Trabalho June Rezende; “O Sistema de Ações Conjuntas JT/MPT/TEM – Práticas Internas e Interlocução Decorrente dos Relatórios de Ação Fiscal e o Ministério Público do Trabalho” – Procurador do Trabalho Alberto Emiliano de Oliveira Neto; “Ações Judiciais Enfrentando Autos de Infração, Embargos e Interdições impostas pela SRTE. Ações Anulatórias e Mandados de Segurança” – Advogado da União Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt; “A Execução Fiscal fundada em Autos de Infração impostos pela SRTE e os Embargos à Execução” – Procurador da Fazenda Nacional Luiz Roberto Biora.

Local: Curitiba (Auditório da Escola Judicial)

Carga Horária: 08 horas-aula (presenciais) e 04 horas-aula (EaD)

Magistrados: 27 (18 da Capital e 9 do Interior) – presencial
20 (13 da Capital e 7 do Interior) – EaD

Servidores: 3 (Capital)

Coordenador científico (12 horas de atividades): Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Curso “Psicodinâmica do Trabalho”

Palestrante: Professor Laerte Idal Sznelwar

Data: 17 de agosto de 2012

Local: Sala de capacitação da Escola Judicial, Curitiba.

Carga Horária: 04 horas

Magistrado: 01

Servidores: 19

Coordenador científico (4 horas de atividade): Juiz Leonardo Vieira Wandelli

2º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe/JT)

Período: 20 a 22 de agosto e 03 a 05 de setembro de 2012

Local: ENAMAT, Brasília-DF.

Carga Horária: 19 horas-aula

Magistrados: 07 (sete)

Entidade Organizadora: ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Modalidade: Presencial

Curso Direito Constitucional Desportivo do Trabalho

Data: 23 e 24 de agosto de 2012

Local: Foz do Iguaçu

Programação:

23.08. 19h/21h – Conferência de Abertura. Ministro do TST Guilherme Caputo Bastos - “O Direito Fundamental à Liberdade de Trabalho do Atleta Profissional de Futebol”.

24.08. 19h/20h. Conferência do Ministro do TST Alexandre Agra Belmonte - “O Poder Disciplinar da Entidade Desportiva e a Justiça do Trabalho”. 20h/21h. Conferência do Advogado Domingos Moro -

“Particularidades do Futebol de Interesse da Justiça do Trabalho”.

24.08. 8h00min às 12h00min. “Programa Trabalho Seguro” – Conf. Ministro Presidente do TST, João Oreste Dalazen (Assinatura de Protocolo com a Itaipu Binacional).

Local: Foz do Iguaçu/PR

Carga Horária: 04h00 (presenciais), 04h00 palestra e visita técnica à Itaipu Binacional (Programa Trabalho Seguro) e 06h00 (EaD).

Magistrados (etapa presencial, palestras, 04h00): **80**

Magistrados (etapa presencial, 04h00, visita técnica e conferência Trabalho Seguro): **36**

Magistrados (etapa EaD, 6h00min, período encerrado em 10.09.2012): **15**

Servidores: 3 (etapa presencial, palestras técnicas, 4 horas)

Coordenadores científicos (etapa presencial, em Foz do Iguaçu, 8 horas de atividades): Juízes Paulo Henrique Kretschmar e Conti e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira.

Coordenador científico (EaD): Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti

Oficina de Sensibilização. Trabalho Decente e a Coletivização do Processo

Data: 13 e 14 de setembro de 2012

Programação:

13.09. Abertura. 08h30. Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra (Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República).

08h45. Tema: Fiscalização do Trabalho e a Prevenção. Palestrante: Cláudio Secchin – Auditor Fiscal do Trabalho/RJ. Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT).

09h45. Tema: Procedimento e Aspectos Controvertidos da Ação Fiscal da Inspeção do Trabalho. Palestrante: Edson Luiz Endres, Auditor Fiscal do Trabalho/PR. 10h45. Intervalo.

11h00. Tema: Ações Judiciais impugnando medidas impostas pela SRTE. 12:00. Debates.

18h30. Tema: Diagnóstico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. Palestrante: Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra (Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho). Painel: O Dano Moral Coletivo e a Jurisprudência. 20h00. Intervalo.

20h20. Tema: Estrutura Conceitual do Trabalho Escravo Contemporâneo e Atuação do Ministério Público do Trabalho. Palestrante: Dr. Jonas Ratier Moreno (Procurador do Trabalho da 24ª Região/MS). 21h50. Debates.

14.09. 08h30. Tema: Processo Coletivo e Efetividade. Palestrante: Dr. Murilo Carvalho Sampaio Oliveira (Juiz Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA). 10h00. Intervalo. 10h20. Tema: Prática Processual Coletiva. Palestrante: Dr. Marcus Menezes Barberino Mendes (Juiz Titular do Trabalho da 15ª Região. Campinas/SP). 11h50. Debates

Modalidade: Presencial

Magistrados: 02 (dois)

Servidores com participação obrigatória, porque evento integrava a Grade Horária do Curso de Especialização em Direito: 100.

Coordenadores científicos (12 horas de atividade): Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Leonardo Vieira Wandelli

II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho

Data: 24 a 28 de setembro de 2012

Local: Auditório Pedro Ribeiro Tavares e Plenários. TRT 9ª Região, Curitiba.

Programação:

24.09.12. 14h00. Solenidade de Abertura. Auditório Pedro Ribeiro Tavares. 16h00 Intervalo. 16h30min. Mensagem da Comissão de Acessibilidade. 17h00 às 19h00. Comissão de Retrospectiva.

25.09.12. 08h30min. às 12h00. Oficinas Pedagógicas. *Eixo 1 – “Direito Processual do Trabalho e Gestão Procedimental”*. Intervalo do almoço. 14h00 às 18h00 Oficinas Pedagógicas. *Eixo 2 – “Direito do Trabalho e Política Judiciária”*.

26.09.12. 08h30min. às 09h00. Mensagem da Comissão de Avaliação Permanente de Documentos. Auditório Pedro Ribeiro Tavares. 09h00 às 12h00. Conferência e Debates. *“PJe/JT - Desafios de Implantação”*. Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT-BA). Coordenador do Comitê Gestor do PJe/JT CSJT e TST. Intervalo. 14h00 às 18h00. Oficinas Pedagógicas. *Eixo 3 – “PJE/JT e Gestão Institucional”*.

27.09.12. 08h45min. às 12h30min. Circuito Saúde. Intervalo. 14h15min. Registro Fotográfico. 14h30min. até o término das deliberações. Oficina Pedagógica Plenária.

Modalidade: Presencial

Carga Horária: variável

Coordenadores científicos: Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão; Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Desembargadora Ana Carolina Zaina; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira; Juíza Lisiane Sasson Fassetti Bordin.

2º Seminário de Direito Penal do Trabalho

Data: 05 de outubro de 2012

Carga Horária: 6 horas-aula

Modalidade: Presencial

Entidade Organizadora: Escola Judicial da 15ª Região

Magistrados: 1 (um)

Curso “Produção Textual para Educação a Distância” - EaD

Período: 10 de outubro a 07 de dezembro de 2012

Programação:

Unidade 1: Especificidades da educação a distância; Reflexões sobre a aprendizagem. Unidade 2: Material Didático on line: características; Textos escrito, impresso e digital: organização e linguagem; Unidade 3: Estrutura do texto escrito: seleção e hierarquização da informação; Recursos de formatação; Unidade 4: Elaboração de capítulo: planejamento; Unidade 5: Regras básicas de pesquisa on-line; Normatização; Unidade 6: Produção em capítulo pelo aluno

Carga Horária: 40 horas

Tutoria: Professora Maria Salete Soares

Modalidade: EaD

Magistrados: 11 magistrados concluíram a formação, dos 30 inscritos.

Coordenadores científicos (40 horas): Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti.

Capacitação – PJe-JT

Datas: 10 e 11 de outubro de 2012

Multiplicador do CSJT, Juiz Alexandre de Azevedo Silva

Local: Laboratório PJe/JT II – Escola Judicial, Curitiba

Carga Horária: 12 horas

Modalidade: Presencial

Magistrados: 9 (nove) Juízes

Capacitação – PJe-JT

Datas: 17 de outubro de 2012

Multiplicador do CSJT, Ministro Cláudio Brandão (então Desembargador do TRT 5ª Região)

Local: Laboratório PJe/JT II – Escola Judicial, Curitiba

Carga Horária: 7 horas

Modalidade: Presencial

Magistrados: 7 (sete) Desembargadores

Capacitação – PJe-JT

Datas: 18 de outubro de 2012

Multiplicador do CSJT, Ministro Cláudio Brandão (então Desembargador do TRT 5ª Região)

Local: Laboratório PJe/JT II – Escola Judicial, Curitiba

Carga Horária: 7 horas

Modalidade: Presencial

Magistrados: 10 (dez) Desembargadores

Capacitação – PJe-JT

Datas: 22 e 23 de outubro de 2012

Multiplicador Juiz Marcus Aurélio Lopes

Local: Laboratório PJe/JT II – Escola Judicial, Curitiba

Carga Horária: 12 horas

Modalidade: Presencial

Magistrados: 11 (onze)

Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-França/ENAMAT/CEJ-CJF

Período: 05 a 09 de novembro de 2012

Local: Brasília - DF

Carga Horária: 31 horas

Modalidade: Presencial

Magistrados: 01

Entidade Organizadora: ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Modalidade: Presencial

Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório

Períodos: 15 de outubro a 30 de novembro de 2012

Local: Brasília - DF

Carga Horária: 40 horas

Modalidade: Presencial

Magistrados: 13 (treze) magistrados (07 da Capital e 06 do Interior)

Entidade Organizadora: ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Seminário e Oficina Pedagógica – O Futuro da Proteção Jurídica do Trabalho

Data: 22 e 23 de novembro de 2012

Programação:

22.11. 18h30min. Credenciamento.

18h45min. Mesa de Abertura. Ato Fundacional da Academia Paranaense de Direito do Trabalho. Assinatura do Protocolo de EJ/TRT9/Universidad de La Republica – Uruguay.

20h. Conferência: *“Utilização das Normas Internacionais de Trabalho como Fundamento das Decisões Judiciais”*. Conferencista Hugo Barretto Ghione (Universidad de La Republica – Uruguay).

23.11. 08h45min. Palestra: *“O Direito Humano e Fundamental ao Trabalho”*. Palestrante Leonardo Vieira Wandelli (UniBrasil/Juiz do Trabalho do TRT9). 09h30. Intervalo.

09h45min. Mesa Redonda: *“Trabalho, Sujeição e Subordinação”*. Expositores: Aldacy Rachid Coutinho (UFPr), Sidnei Machado (UFPr) e Reginaldo Melhado (UEL/Juiz do Trabalho do TRT9). Mediador: Luiz Eduardo Gunter (UniCuritiba/Desembargador do TRT9).

14h. Mesa Redonda: *“Reestruturação Produtiva e Meios Telemáticos de Controle do Trabalho”*. Expositores: José Eduardo Resende Chaves Júnior (Desembargador do TRT da 3ª Região), José Affonso Dallegrave Neto e Marco Antônio Villatore (UFSC/PUC-PR). Mediadora: Marlene T. F. Suguimatsu (UniCuritiba/ Desembargadora do TRT9). 16h. Intervalo. 16h20min. Conferência de Encerramento: *“Os Atores e as Normas das Relações Individuais de Trabalho – O Bloco de Constitucionalidade”*. Héctor-Hugo Barbagelata (Professor Emérito da Universidad de La Republica – Uruguay).

17h20min. Lançamento de livros. Direito Humano e Fundamental ao Trabalho: Fundamentação e Exigibilidade. Autor Leonardo Vieira Wandelli. Editora LTr; A Evolução do Pensamento do Direito do Trabalho. Autor Héctor-Hugo. Editora LTr; Trabalho e Imigração. Autora Ana Paula Sefrin Saladini. Editora LTr.

Carga Horária: 09 horas-aula

Magistrados: 26 (sendo 16 de Curitiba e Região Metropolitana)

Servidores: 46 [16 do interior e 30 da Capital]

Servidores com participação obrigatória, porque o evento integrava a Grade Horária do Curso de Especialização em Direito: 100.

Coordenadores científicos (09 horas de atividade): Desembargador Altino Pedrozo dos Santos; Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Palestrante: Juiz Leonardo Vieira Wandelli (1 hora).

Capacitação – PJe-JT**Datas: 26 e 27 de novembro de 2012**

Multiplicador Juiz Lourival Barão Marques Filho

Local: Laboratório PJe/JT II – Escola Judicial, Curitiba**Carga Horária:** 12 horas**Modalidade:** Presencial**Magistrados:** 13 (treze)**III Ciclo de Estudos sobre Saúde Mental, Judiciário e Contemporaneidade****Período:** 06 e 07 de dezembro de 2012**Local:** IEC – Belo Horizonte -MG**Programação:**

06.12.2012.

08h00. Credenciamento e Abertura. Representante da PUC (IEC). 08h45min. Mesa 1. Demandas e Respostas Contemporâneas no Judiciário. Conferência de Abertura. Conferencista: Desembargador Federal do Trabalho Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto (Conselheiro da Escola Judicial do TRT-MG). Apresentação do Ciclo: Psicóloga e Psicanalista Judith Euchares Ricardo de Albuquerque (responsável pelo Centro de Direito e Psicanálise da EJ-TRT-MG).

10h30min. Mesa 2. Palestra O Bem Estar na Civilização. Palestrante: Psicanalista Francisco Paes Barreto. Coordenação: Psicóloga e Psicanalista Judith Euchares Ricardo de Albuquerque (responsável pelo Centro de Direito e Psicanálise da EJ-TRT-MG).

11h10 a 12h00 – Debates. Intervalo para almoço.

13h30min. Mesa 3. Painel Demandas que Chegam ao Judiciário na Sociedade Contemporânea: “A Sociedade Contemporânea e suas Demandas”. Painelista: Psiquiatra e Psicanalista Henri Kaufmann (Membro da Escola Brasileira de Psicanálise da AMP); “As Demandas nos Campos Penal e Civil”. Painelista: Juiz de Direito Emerson de Oliveira Corrêa; “As Demandas no Campo Trabalhista”. Painelista: Juíza Wanessa Mendes de Araújo (Juíza Substituta do TRT de MG) “Acesso à Justiça, as Demandas Contemporâneas e o Papel do Advogado”. PAINELISTA: Advogado Antônio Marcos Nohmi (Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia – ESA). Coordenação: Juíza Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt (Juíza Titular da 3ª VT de Juiz de Fora e Conselheira da Escola Judicial do TRT-MG). 16h30min. a 17h30min. Debate.

07.12.2012.

09h00. Mesa 4. Saúde Mental e Dignidade no Trabalho: “A Saúde e a Dignidade no Trabalho”. Painelista. Desembargador Márcio Túlio Viana (Desemb. do TRT da 3ª Região, Professor de Direito do Trabalho da UFMG e PUC-Minas); “Saúde Mental, Direitos, Demandas e a Subjetividade”. Painelista: Psicóloga e Psicanalista Camila Alvarenga Côrtes (Mestre em Psicologia pela PUC-Minas e Psicóloga

da rede de saúde mental da Prefeitura de Belo Horizonte – CERSAM Barreiro); “Direito à Saúde e as Perícias no Judiciário”. Painelista: Psiquiatra Naray Jesimar Paulino (Perita). Coordenação: Juiz Márcio Toledo Gonçalves (Titular da 5ª VT de Belo Horizonte).

11h00 a 12h00. Debate.

14h00. Mesa 5. Painel Verdade, Mentira e Subjetividade: “Verdade, Mentira, Ideologia e Encobrimento”. Painelista: Professor José Luis Quadros de Magalhães (Professor de Direito Constitucional da UFMG e PUC-Minas); “Hermenêutica e Verdade – A Prova dos Fatos e sua Interpretação”. Painelista: professor Thomas da Rosa de Bustamante (Professor de Filosofia do Direito da UFMG); “O Juiz e a Verdade no Processo”. Painelista: Juíza Daniela Torres Conceição (Juíza Substituta do TRT-MG); “Psicanálise e Verdade”. Painelista: Psiquiatra e Psicanalista Stélio Lage Alves. Coordenação: Juíza Graça Maria Borges de Freitas (Juíza Titular da 1ª VT de Ouro Preto e Coordenadora Acadêmica da Escola Judicial do TRT-MG).

18h00. Encerramento.

Carga Horária: 14,3 horas-aula

Magistrados: 02 (dois)

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 3ª Região

Modalidade: Presencial

Capacitação – PJe-JT

Datas: 10 e 11 de dezembro de 2012

Multiplicador Juiz Marcus Aurélio Lopes

Local: Laboratório PJe/JT II – Escola Judicial, Curitiba

Carga Horária: 12 horas

Modalidade: Presencial

Magistrados: 07 (sete)

2013 - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Reunião técnica de estudos específicos – Enunciado nº 13 da II Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná: “Liquidação de ações coletivas e interesses homogêneos”

Datas: 28 de fevereiro de 2013

Carga Horária: 2 horas

Local: Sala de Capacitação da Escola Judicial, em Curitiba.

Magistrados: 17 (dezessete) presenciais e 4 (quatro) por acesso remoto sincronizado

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Seminário/Oficina “A Gestão do Tempo e da Forma no Processo”

Datas: 7 e 8 de março de 2013

Carga Horária presencial: 14 horas

Carga Horária EaD: 6 horas

Local: Auditório Pedro Ribeiro Tavares, TRT 9ª Região, Curitiba.

Programação:

07.03.2013

14h00min – Abertura – Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu - Diretora da Escola Judicial do TRT 9ª Região

14h10min – Painel – Gestão do Fluxo Processual no PJe/JT (Relato de Experiência de Implantação do PJe/JT em Vara do Trabalho e Gabinete) – Juíza Odete Grasselli e Desembargador Arion Mazurkevic - TRT 9ª Região.

15h00min – Palestra – A Gestão Documental com o Advento do Processo Eletrônico. – Ana Rosa de Sá Barreto - Coordenadora de Gestão Documental e Memória do Tribunal Superior do Trabalho.

15h50min – intervalo

16h10min – Palestra – Amostra Estratificada Representativa no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Joaquim Otávio Pereira da Silva Junior - Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico do Tribunal Superior do Trabalho.

17h30min – Abertura da Exposição “O Trabalho Rural” – Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Presidente do TRT 9ª Região, com relato sobre a Sindicalização do Trabalhador Rural no Estatuto de 1963 pelo Desembargador Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto.

18h30min - intervalo

19h30min – Conferência – A Preservação da Memória da Justiça do Trabalho no Brasil: da Menoridade à Emancipação – Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani. Vice Diretora da Escola Judicial do TRT da 15ª Região. Doutora em Direito pela USP.

08.03.2013

09h00min – Palestra “*Execução Trabalhista: Dinâmica e Crise Estrutural*” - Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho - TRT da 15ª Região. Doutor em Direito pela USP.

10h20min – intervalo

10h40min – Palestra “*Preservação e Restauração de Documentos*” – Maria Márcia Pontarolli Dalledonne. Professora Especialista no PET - Programa de Especialização Tecnológica de Preservação/Conservação/Restauração de Documentação Gráfica pela ABER.

14h00min – Palestra “PJe/JT Impactos nas Rotinas de Trabalho e na Gestão Documental” - Juiz de Direito Marivaldo Dantas de Araújo (Estado do Rio Grande do Norte) e Juiz Auxiliar da Presidência do

CNJ. MBA em Poder Judiciário pela FGV.

15h00min – Palestra “*Projeto Horizontes e Gestão Documental*” – Juiz Cássio Colombo Filho (TRT 9ª Região). Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT 9ª Região. Mestre em Direito pela UniBrasil.

15h50min – intervalo

16h10min – Palestra “*Processamento e Recuperação da Informação Arquivística: A Gestão Documental e a Recuperação Rápida e Acessível ao Cidadão da Informação nos ciclos de vida dos Documentos*” – Maria das Graças Bürger Fantonelli - Arquivista do Ministério da Saúde e Professora Convidada de Curso de Pós Graduação da Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Ciência da Informação.

17h00min – Conferência de Encerramento “*A Gestão do Tempo e as Metas do Judiciário*” - Desembargador Célio Horst Waldraff (TRT 9ª Região). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da UFPR. Professor da UFPR.

Magistrados: 85 Magistrados na etapa presencial, sendo 31 deles participantes da 2ª etapa em EaD, e 06 somente na modalidade a distância

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Coordenação Científica: Conselheiro Cássio Colombo Filho

Capacitação no PJe-JT

Datas: 04 e 05 de março de 2013 – Instrutor Juiz Lourival Barão Marques Filho

Local: Laboratório de Informática - Av. Vicente Machado, 147 - sobreloja

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 12 horas-aula

Magistrados: 13

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Capacitação no PJe-JT

Datas: 11 e 12 de março de 2013 – Instrutor Juiz Marcus Aurélio Lopes

Local: Laboratório de Informática - Av. Vicente Machado, 147 - sobreloja

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 12 horas-aula

Magistrados: 11 magistrados

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Capacitação no PJe-JT

Datas: 18 e 19 de março de 2013 – Instrutor Juiz Marcus Aurélio Lopes

Local: Laboratório de Informática - Av. Vicente Machado, 147 - sobreloja

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 12 horas-aula

Magistrados: 10 magistrados

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Capacitação no PJe-JT

Datas: 20 e 21 de março de 2013 – Instrutor Juiz Lourival Barão Marques Filho

Local: Laboratório de Informática - Av. Vicente Machado, 147 - sobreloja

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 12 horas-aula

Magistrados: 7 magistrados

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Capacitação no PJe-JT

Datas: 22 de março de 2013 – Instrutores Ana Cristina Navarro Lins e Geraldo Eustáquio Caixeta

Local: Laboratório de Informática - Av. Vicente Machado, 147 – sobreloja

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 2 horas-aula

Magistrados: 7 Desembargadores

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Seminário “Crise do Capital e o Mundo do Trabalho no Brasil Atual”

Data: 26 de março de 2013

Local: Auditório da Escola Judicial do TRT da 9ª Região – Rua Vicente Machado, 147 – sobreloja

Carga Horária: 02h30min horas aula

Programação:

Abertura. Presidente da Mesa. Desemb. Marlene T. Fuverki Suguimatsu. Integrantes da Mesa. Mirian Gonçalves (Secretária Municipal do Trabalho); Aldacy Rachid Coutinho (Presidente da Academia Paranaense de Direito do Trabalho); Wilson Ramos Filho (Coordenador Geral do GP-TREC).

Palestrantes Márcio Túlio Viana (PUC-MB/UFMB). Giovanni Alves (UNESP-Marília) Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva (UFRJ).

Moderador: Leonardo Vieira Wandelli (UNIBRASIL/TRT-PR). 21h30. Lançamento de Livros

Magistrados: 17 Magistrados

Coordenador: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Juiz Leonardo Vieira Wandelli

Oficina de Trabalho Decente e a Coletivização do Processo

Data: 4 e 5 de abril de 2013

Local: Auditório da Direção do Fórum - Av. Vicente Machado, 400

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 12 horas

Programação:

04.04.2013. 8h30min. Abertura: Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra - Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 8h45min Tema: *“Fiscalização do trabalho e a prevenção”*. Palestrante: Dra. Lilian Carlota Rezende – Auditora Fiscal do Trabalho/SC. Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT). 9h30min. Tema: *“Procedimento e Aspectos Controvertidos da Ação Fiscal da Inspeção do Trabalho”*. Palestrante: Nailor Grossel – Auditor Fiscal do Trabalho/PR. 10h15min Intervalo. 10h30min Tema: *“Ações judiciais impugnando medidas impostas pela SRTE”*. Palestrante: Rita de Cássia Rezende, Advogada da União. 11h40min. Debates 18h30min Tema: *“Diagnóstico do trabalho escravo contemporâneo no Brasil”*. Palestrante: Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra - Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 19h40min Apresentação do

Filme: Aprisionados por Promessas. 20h00 Intervalo

20h20min Tema: “*Processo coletivo e efetividade*”. Palestrante: Dr. Jônatas dos Santos Andrade, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Marabá/ PA. 21h50min. Debates

05.04.2013 (manhã)

8h30min. Tema: “*Prática processual coletiva*”. Palestrante: Dr. Marcus Menezes Barberino Mendes, Juiz Titular do Trabalho da 15ª Região, Campinas/SP. 10h00. Intervalo. 10h20min. Tema: “*Atuação do Ministério Público do Trabalho no Processo Coletivo*”. Palestrante: Dr. Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho da 24ª Região/MS. 11h50min. Debates.

Magistrados: 1 Desembargador

Servidores: 50 alunos da 2ª Turma de Especialização em Direito [Projeto Plurianual de Capacitação de Servidores vinculados à atividade-fim]

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Juiz Leonardo Vieira Wandelli

Formação Avançada em PJe-JT – Ênfase em Editor Estruturado

Data: 08 de abril de 2013

Local: Sala de Informática – Av. Vicente Machado, 147 – sobreloja

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 4,5 horas

Magistrados: 3 Magistrados

Curso Processo Administrativo Disciplinar

Data: 10 a 12 de abril de 2013

Local: Auditório Pedro Ribeiro Tavares, TRT 9ª Região, Curitiba.

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 20 horas

Programação:

10.04.2013 – das 19h às 21h - Romeu Felipe Bacellar Filho – “*O CNJ e o regime disciplinar dos magistrados*”;

11.04.2013 – das 08h às 12h – Daniel Wunder Hachem – “*Regime Constitucional do Processo Administrativo Disciplinar*”; das 13h às 18h – Ana Cláudia Finger – “*O Processo Administrativo Disciplinar na Lei nº 8.112/90 – Parte I*”;

12.04.2013 – das 08h às 12h - Vivian Lima López Valle – “*O Processo Administrativo Disciplinar na Lei*”

nº 8.112/90 – Parte II”;

13h às 18h – Adriana da Costa Ricardo Schier – “Incidência da Lei nº 9.784/99 no Processo Administrativo Disciplinar”.

Magistrados: 97 magistrados

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

Reunião “Orientações sobre Tutoria”

Data: 19 de abril de 2013

Local: Sala de Reuniões da Escola Judicial, Curitiba

Carga Horária: 2 horas-aula

Magistrados: 03

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Cássio Colombo Filho

Seminário Trabalho e Saúde – Doenças Ocupacionais e a Prova Pericial

Data: 25 e 26 de abril de 2013

Local: Auditório Pedro Ribeiro Tavares - Av. Carlos de Carvalho, 528

Entidade Organizadora: Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 14 horas-aula

Programação:

25.04.2013 –

08h10min. Visita técnica à Indústria O Boticário.

14h00. Abertura.

14h10min. Palestra “Perícia Médica em Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR)”. Palestrante Dr. Herton Coifman. Doutro em ORL pela USP. Professor Adjunto e Chefe da Otologia do Departamento de ORL da UFPR. Chefe da ORL do Hospital Nossa Senhora das Graças. Ex-residente estrangeiro de Hospitais de Paris.

15h00. Palestra “Transtornos Psiquiátricos na Prática Pericial Trabalhista”. Palestrante Dra. Paola Mylla T. Alves. Médica Psiquiatra que atua como perita nas Varas Trabalhistas de Curitiba, Pinhais, São José dos Pinhais e Ponta Grossa e na Justiça Federal.

15h50min. às 16h10min. Intervalo .

16h10min. Palestra “A Gestão Judicial das Provas Periciais (A Experiência da Justiça Federal)”. Juiz

Federal José Antonio Savaris, compondo a 3ª Turma Recursal do Paraná do TRF da 4ª Região. Mestre em Direito Econômico e Social (PUC-PR) e Doutor em Direito da Seguridade Social (USP). Atualmente é Juiz Federal junto ao TRF 4ª Região, compondo a 3ª Turma Recursal do Paraná e a Coordenação Seccional dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

17h00. Palestra “*A Técnica da Perícia Oral em Audiência*”. Palestrante Dr. Lourival Barão Marques Filho – Juiz do Trabalho da Vara de Pinhais. 17h50min. Coffee Break. 19h15min. Compilação das Metas do Trabalho Seguro implementadas pelo TRT da 9ª Região – Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha.

19h30min. Painel e debates – “*Os Desafios dos Sujeitos do Processo em Face das Provas Periciais*” – Dra. Fernanda Marcon, Dr. José Affonso Dallegrave Neto (Doutor em Direito pela UFPR), Dr. Leslie Marc Dhaese.

26.04.2013. 08h10min. Visita técnica à Indústria O Boticário.

14h00. Palestra “*Danos da Iatrogenia Médica no Ato Judicial*”. Palestrante Dr. Benny Camlot. Palestra “*Técnicas de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Laudos Periciais*”. Dr. Ricardo del Segue Villas Boas. Especialista em Medicina do Trabalho pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho/ Associação Médica Brasileira (ANAMT/AMB) e em Medicina Legal e Perícia Médica. Membro do Comitê de Câmara Técnica de Perícias Médicas e Medicina Legal do Conselho Regional de Medicina do Paraná CRM-PR. Pós-graduado em Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático, pelo Instituto Nacional de Medicina Legal – INML, Universidade de Coimbra-Portugal. Pós-graduado em Ergonomia pelo Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM, Paris, França. Mestre em Ergonomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 15h40min. às 16h00. Coffee Break.

16h20min. Palestra “*Principais Patologias Ortopédicas no Âmbito Pericial*”. Palestrante Dr. Fábio Martynetz.

17h10min. Palestra “*Aspectos Práticos da Aplicação das Tabelas na Quantificação dos Prejuízos Funcionais e Incapacidade Laboral*”. Palestrante Dr. Geraldo Celso Rocha. Médico do Trabalho, Perito Judicial nas áreas Trabalhista, Cível, Criminal, Previdenciária. Mestre e Doutorando em Engenharia de Produção – Ergonomia. Professor de Graduação (Direito – Medicina Legal) e Pós-Graduação (Engenharia de Segurança do Trabalho, Ergonomia).

Magistrados: 81 Magistrados e 05 de outros Regionais, conforme compartilhamento de vagas do SIFMT (02 do TRT da 1ª Região; 01 do TRT da 12ª Região; 01 do TRT da 16ª Região e 01 do TRT da 18ª Região)

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti; Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha e Juiz Lourival Barão Marques Filho

Tramitação de Recursos Ordinários pelo Sistema PJe-JT

Data: 02 de maio de 2013

Local: Sala PJe-JT III, Curitiba

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 05 horas

Magistrados: 1 Magistrado

Instrutor: Desembargador Arion Mazurkevic

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho Doméstico [A Emenda Constitucional 72]

Data: 03 de maio de 2013

Local: Realizado simultaneamente e com idêntico roteiro de discussão, em Curitiba, Maringá, Londrina e Cascavel.

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 04 horas

Magistrados: 06 Juízes Vitaliciandos e 32 Magistrados Vitaliciados

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Ciclo de Estudos 70 anos da CLT – Os Desafios da Regulação do Trabalho no Brasil

Data: 09 a 10 de maio de 2013

Locais: Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFPR e Auditório da Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 12 horas

Programação:

09.05.2013 –

18h00. Faculdade de Direito da UFPR.

Exposição Fotográfica Prudente José Silveira Mello. Hall do Prédio da Faculdade de Direito da UFPR.

Palestra “*Direito do Trabalho Efetivo: Homenagem aos 30 anos da AMATRA XII*” – José Carlos Kulzer, Marianna Coutinho e Oscar Krost (Coord.)

18h30min. “*A Desconstrução Regulatória*”. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves (ABRAT), Daniela Murada Reis (UFMG) e Silvia Araújo (UFPR).

10.05.2013 –

09h00. “*Os Desafios da Regulação do Trabalho no Brasil*”. Conferencistas Magda Barros Biavaschi

(Unicamp/CESIT), Juiz Reginaldo Melhado (UEL), Sayonara Gillo Coutinho Leonardo da Silva (UFRJ).

Conferências realizadas no Auditório da Escola Judicial do TRT da 9ª Região. 10.05.2013. 14h00. *“Até que Ponto as Consolidações Consolidam: o Lugar da Lei no Direito Contemporâneo”*. Conferencista Professor Doutor António Manuel Hespanha (Universidade Nova de Lisboa)

15h00. Inauguração da Galeria de Diretores da Escola Judicial.

16h00. *“70 Anos da CLT”*. Conferencista Ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9 e UFPR

Magistrados: 63 (+ 6 magistrados vitaliciandos, com conteúdo deste evento computado para o 4º Curso de Formação Inicial)

Servidores: 20

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

5º Curso de Formação Continuada de Administração Judiciária de Tribunais

Data: 21 a 24 de maio de 2013

Local e Entidade Organizadora: ENAMAT, Brasília - DF

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 26 horas

Magistrados: 2 magistrados

Tramitação de Recursos Ordinários pelo Sistema PJe-JT

Data: 24 de maio de 2013

Local: Sala PJe-JT III, Escola Judicial, Curitiba

Instrutor: Desembargador Arion Mazurkevic

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 03 horas

Magistrados: 7 Desembargadores

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Tramitação de Recursos Ordinários pelo Sistema PJe-JT

Data: 7 de junho de 2013

Local: Sala PJe-JT III, Escola Judicial, Curitiba

Instrutor: Desembargador Arion Mazurkevic

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 03 horas

Magistrados: 6 Desembargadores

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Curso de Formação de Formadores em Teoria Geral do Juízo Conciliatório

Data: 10 a 13 de junho de 2013

Local e Entidade Organizadora: ENAMAT

Modalidade: presencial

Carga Horária: 24 horas

Magistrados: 2 magistrados

Curso de Formação de Formadores em Instrução Processual

Data: 03 de junho a 07 de julho de 2013

Entidade Organizadora: ENAMAT

Modalidade: EaD

Carga Horária: 40 horas

Magistrados: 2 magistrados

Aspectos Contemporâneos da Tutela Coletiva

Data: 12 a 14 de junho de 2013

Local: Auditório da Escola Judicial, Curitiba

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 20 horas

Programação:

12.06.2013:

18h30 às 22h30min. – **1º Módulo** – “*Panorama Geral do Sistema de Tutela Coletiva*” - Prof. Antonio Gidi

13.06.2013: 08h30min. às 12h30min. **2º Módulo** – “*Procedimento de Conhecimento das Ações Coletivas*” – Prof. Sérgio Arenhart

14h00 às 18h00 – **3º Módulo** – “*Eficácia das Decisões e Cumprimento dos Provimentos Judiciais de Amplitude Coletiva*” - Prof. Sérgio Arenhart

14.06.2013: 08h30min. às 12h30min – **4º Módulo** – “*As Class Actions do Direito Norte-Americano como Modelo para o Aprimoramento do Processo Coletivo Brasileiro*” – Prof. Antonio Gidi

14h00 às 18h00 – **5º Módulo** – “*Um Novo Modelo Processual Coletivo para o Direito Brasileiro*” - Prof. Antonio Gidi.

18h00. Encerramento.

Magistrados: 76 magistrados e 08 Juízes Vitaliciandos

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Temas de Perspectiva Comparada EUA-Brasil

Data: 20 e 21 de junho de 2013

Local: Sala de Capacitação da Escola Judicial do TRT9

Entidade Organizadora: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura Trabalhista (ENAMAT)

Modalidade: Videoconferência

Carga Horária: 20 horas

Magistrados: 1 magistrado

Seminário Temas Contemporâneos de Direito à Luz da Prática Jurídica

Data: 21 de junho de 2013

Local: Auditório da Direção do Fórum de Curitiba [TRT9]

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 4,5 horas

Programação:

14h00 - Primeiro Seminário – Abertura. Palestrante: Desembargadora do TRT da 9ª Região e Professora Dra. Marlene Terezinha Suguimatsu. Tema: *Trabalho Decente em Face das Normas Internacionais do Trabalho*. 14h20 - Segundo Seminário Palestrante: Mestre Angélica Juste Camargo. Tema: “*O Papel do Estado na Proteção da Criança e do Adolescente: o Trabalho Artístico*” e lançamento do livro. 14h40 – Quarto Seminário. Palestrante: Desembargadora do TRT da 9ª Região Dra. Ana Carolina Zaina. Tema: “*A Comissão de Proteção Socioambiental do TRT – resultados*”. 15h00 - Quinto Seminário. Palestrante: Desembargador do TRT da 9ª Região Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. Tema: “*Ações Afirmativas*”. 15h20 horas - Sexto Seminário. Palestrante: Mestre Simone Aparecida Barbosa Mastrantonio. Tema: Ações Afirmativas: Lançamento do Livro “*Promoção da Cidadania Empresarial*” Editora Juruá. 15h40 horas - Sétimo Seminário. Palestrante: Professor Luiz Eduardo Gunther. Tema:

“A Uniformização de Jurisprudência pelo TRT da Nona Região”. 16:00 horas – intervalo. 16h20 horas - Oitavo Seminário. Palestrante: Mestre Juliana Cristina Busnardo. Tema: Lançamento do Livro *“Tutela dos Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica na Atividade Empresarial”* Editora Juruá. 16h40 horas - Nono Seminário. Palestrante: Professor Dr. José Affonso Dallegrave Neto. Tema: *“Teletrabalho e seus Efeitos Jurídicos”*. 17:00 horas - Décimo Seminário. Palestrante: Mestre Vanessa Roberta do Rocio Souza. Tema: Lançamento do Livro *“Flexibilização dos Direitos Trabalhistas & o Princípio da Proibição do Retrocesso Social”* Editora Juruá. 17:20 horas - Décimo Primeiro Seminário. Palestrante: Mestre Maria Cecília Weigert Lomelino de Freitas Ahrens. Tema: Lançamento do Livro *“Conflitos Coletivos de Trabalho - A Arbitragem como Método Alternativo de Resolução de Lides”* Editora Juruá.

Magistrados: 9 magistrados

Servidores: 69 servidores

Coordenador Científico: Desembargador Luiz Eduardo Gunther

3º Curso de Formação de Formadores em PJe-JT

Data: 26 a 27 de junho de 2013

Local e Entidade Organizadora: ENAMAT, Brasília-DF

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 10 horas

Magistrados: 4 magistrados

Palestra “Método OCRA – Doenças Ocupacionais de Membros Superiores”

Data: 28 de junho de 2013

Local: Auditório do Núcleo Regional da Escola Judicial em Londrina

Entidade Organizadora: Escola Judicial

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 4 horas

Magistrados: 11 magistrados

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti

Dia Estadual de Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho do Motorista Profissional

Data: 28 de junho de 2013

Local: Sala de Capacitação da Escola Judicial do TRT9 e Sala nos Núcleos Regionais da Escola Judicial

em Londrina, Cascavel e Maringá (mediante idêntico roteiro de trabalho)

Horário: das 14h00 às 18h00

Carga Horária: 4 horas

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial e realizada nos Núcleos Regionalizados da Escola Judicial (Cascavel, Londrina e Maringá)

Magistrados: 25 Magistrados e 9 (nove) Juízes Vitaliciandos

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti; Juiz Sidnei Cláudio Bueno (Núcleo Cascavel); Juiz Marcus Aurélio Lopes (Núcleo Maringá); Juiz Manoel Vinícius de Oliveira Branco (Núcleo Londrina).

Tramitação de Recursos Ordinários pelo Sistema PJe-JT

Instrutor: Desembargador Arion Mazurkevic

Data: 10 de julho de 2013

Local: Laboratório do PJe/JT II

Carga Horária: 03 horas-aula

Horário: das 14h00 às 17h00

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: Presencial

Magistrados: 3 Desembargadores

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti.

Conferência “Teoria Sistêmica, Risco e Direito”

Conferencista: Dr. Raffaele Di Giorgio

Data: 12 de julho de 2013

Local: Auditório da Escola Judicial, Curitiba

Carga horária: 2 horas

Horário: das 16h00 às 18h00

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: presencial

Magistrados: 13 magistrados

Servidores: 47 servidores

Coordenadora Científica: Desembargadora Ana Carolina Zaina

Seminário “Os Fundamentos Éticos e Históricos das Prerrogativas da Magistratura”

Data: 15 e 16 de agosto de 2013

Local: Foz do Iguaçu

Horário: das 18h00 às 21h00 e das 08h30 às 13h30

Entidades Organizadoras: Escola Judicial TRT9 e AMATRA-IX

Modalidade: presencial

Carga horária: 8 horas

Programação:

15.08.2013 - 18h – Solenidade de Abertura e Pronunciamentos

18:30h/19:45h – *Conferência - Fundamentos para uma Ética Judicial Contemporânea. Prof. Rodolfo Luis Vigo.* Ministro da Corte Suprema de Justicia da Provincia de Sata Fe (ARG). Doutor em Ciencias Juridicas y Sociales pela Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina. Catedrático de “Ética Profesional”, “Filosofia Jurídica” e “Teoría Práctica de la Interpretación Jurídica” na Facultad de Derecho de la Universidad Austral de Buenos Aires e na Universidad Católica de Santa Fe.

19:45h/21:00h – *Conferência - Solidariedade e Responsabilidade: Um Olhar sobre os Fundamentos Éticos da Magistratura. Profa. Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves.* Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

16.08.2013 - 8:30h – Mesa de Abertura e Pronunciamentos

8:45h/10:15h – *Conferência - Prerrogativas da Magistratura: Passado e Futuro. Prof. Guilherme Guimarães Feliciano.* Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho a 15ª Região. Livre-docente em Direito do Trabalho, Doutor em Direito Penal pela USP e Professor da Faculdade de Direito da USP. Diretor de Prerrogativas da ANAMATRA.

10:15h/10:30h – Intervalo

10:30h/12:00h - *Conferência - O Papel do CNJ na Defesa das Prerrogativas e na Construção das Condições para o Exercício Pleno da Magistratura. Prof. Ivanir César Ireno Junior.* Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Mestre em Direito pela PUC do Rio de Janeiro.

12:00h/13:30h – *Conferência - As Relações do Judiciário com a Sociedade e a Mídia. Prof. Gladimir Nascimento.* Jornalista, Secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba. Especialista em Sistema de Gestão Ambiental (PUC-PR) e Mestre em Tecnologia e Meio Ambiente (UTFPR).

Magistrados: 79

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira

Seminário “Direitos Humanos: Teoria Tradicional e Teoria Crítica” (Seminário de abertura da 3ª Turma de Especialização)

Conferencista: Dr. Manuel Eugenio Gándara Carballido

Data: 21 de agosto de 2013

Local: Auditório da Escola Judicial

Horário: das 19h00 às 21h00

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: presencial

Carga horária: 2 horas, que serão computadas como atividade de Formação Continuada

Magistrados: 2

Servidores: 50 alunos da 2ª Turma de Especialização em Direito [Projeto Plurianual de Capacitação de Servidores vinculados à atividade-fim]

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Juiz Leonardo Vieira Wandelli

Palestra “La Ética Judicial Iberoamericana”

Integrante da programação da 39ª Reunião do CONEMATRA

Conferencista: Dr. Eber Omar Betanzos Torres

Data: 26 de agosto de 2013

Local: Auditório da Escola Judicial

Horário: das 14h00 às 16h00

Entidade Organizadora: Escola Judicial TRT9

Modalidade: presencial

Carga horária: 2 horas

Magistrados: 7 magistrados

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Desembargador James Magno

III Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná

Período: 16 a 20 de setembro de 2013

Local: Plenário Pedro Ribeiro Tavares

Carga horária (completa): 25 horas

Programação:

16.09.2013 - 14h00. Solenidade de Abertura.

Mesa de Abertura: Vice-Presidente do TRT 9ª Região, Des. Altino Pedrozo dos Santos; Diretora da Escola Judicial do TRT 9ª Região, Des. Marlene Fuverki Suguimatsu; Procurador Chefe da PRT- 9ª Região, Procurador Ricardo Bruel; Presidente da AMATRA – IX, Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira.

Presidência: Desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

Mensagem da Presidente, Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão [gravada].

Pronunciamentos. Desembargadora Marlene Suguimatsu e Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
Presidência dos trabalhos: Des. Marlene Fuverki Suguimatsu

14h30. Videoconferência. A leitura e as respostas possíveis do Judiciário aos anseios sociais.

Desembargador José Renato Nalini, Doutor em Direito Constitucional (USP).

Breve curriculum: Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Doutor em Direito Constitucional pela USP; professor da Sociedade Padre Anchieta de Ensino S/C Ltda., professor do Programa de Mestrado da UNINOVE, além de ministrar aulas na Escola Paulista da Magistratura. É membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP, como representante da sociedade civil Secretário-executivo da Academia Paulista de Letras (APL).

Autor de diversos artigos científicos, livros e capítulos de livros em obras coletivas, especialmente nos temas de Ética, formação e recrutamento de juízes, estrutura e aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Entre seus livros menciona-se Ética Geral e Profissional, em 10ª edição no ano de 2013.

15h00. Painel. A incompreensão da insatisfação popular e as novas estruturas das organizações sociais.

Professor Carlos Sávio Gomes Teixeira.

Breve curriculum: Mestre em Ciências Políticas (USP), Mestre em Comunicação, Imagem e Informação (UFF). Doutor em Ciências Políticas (USP). Professor da Universidade Federal Fluminense. De 2002 a 2006 foi comentarista político da TV Educativa. De 2007 a 2009 exerceu o cargo de Assessor Especial do Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Autor de diversos artigos em periódicos, livros e capítulos, textos em jornais e revistas, entre outras produções bibliográficas. De sua obra mencionam-se: Federalismo e Política Social em Perspectiva Transformadora; “Imprensa e Eleições: A Atuação da Folha, Estadão, O Globo e JB em 1994 e 1998”; Uma Filosofia Política para a Transformação; Transformação Estrutural e Direito Constitucional; A ideia contemporânea do social.

16h20min às 16h40min. Intervalo.

16h40min. Homenagem da Escola Judicial ao Desembargador Ney José de Freitas. Desembargadora Ana Carolina Zaina, Vice-Diretora da Escola Judicial do TRT 9ª Região.

Presidente da Mesa: Diretora da Escola Judicial do TRT 9ª Região, Des. Marlene Fuverki Suguimatsu; Desembargador Ney José de Freitas; Desembargadora Ana Carolina Zaina; Juiz Luciano Augusto de

Toledo Coelho (homenagem).

17h00min. Espaço destinado ao Corregedor-Regional.

Desembargador Dirceu Pinto Junior

19h00min. Encerramento do 1º dia.

17.09.2013 - **9h00min.** Painel. **Programa Mais Médicos.**

Presidente da Mesa: Des. Marlene Fuverki Suguimatsu

Dr. Jorge Darze.

Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SINMED-RJ). Representante da Federação Nacional dos Médicos.

Dr. Paulo Poli Neto.

Breve *curriculum*: Diretor do Departamento de Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba. Representante da Secretaria de Saúde do Município de Curitiba. Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná (2001); Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006); Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) com estágio de doutorado em Antropologia Médica na Universitat Rovira i Virgili (Tarragona, Espanha, 2009-2010). Médico de família e comunidade (MFC) em licença da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Autor de diversos artigos em periódicos, capítulos de livros publicados, entre outras produções bibliográficas.

Professora Jussara Maria Leal de Meirelles.

Breve *curriculum*: Mestre e Doutora em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Pós-Doutora junto ao Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra. Professora Titular de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental (Mestrado e Doutorado) e do Programa de Pós-Graduação em Bioética (Mestrado), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Procuradora Federal na Universidade Federal do Paraná.

Autora de diversos artigos científicos, livros e capítulos de livros em obras coletivas, especialmente nos temas de Biodireito e Desenvolvimento Social, Aspectos Jurídicos da Reprodução Humana Assistida, Erro Médico e Responsabilidade Civil, Dignidade do Paciente, Terapia Celular, Vida Humana Embrionária, Meio Ambiente e Saúde Mental, dentre outros. De seus livros menciona-se “Reprodução assistida e exame de DNA: implicações jurídicas.”, em 2004.

11h10min. Às 11h30min. Intervalo

11h30min às 12h30min. Aula. **Teoria da Argumentação e da Justificação da Decisão Judicial.**

Professor José Rodrigo Rodriguez.

Breve *curriculum*: Mestre em Direito (USP) e Doutor em Filosofia (UNICAMP). Editor da Revista Direito GV e Coordenador de Publicações da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e Pesquisador Permanente do CEBRAP ligado ao Núcleo Direito e Democracia. Tem experiência na área de Direito e Filosofia, com ênfase em Teoria do Direito e Direito Privado, atuando principalmente nos seguintes temas: Dogmática Jurídica, Hermenêutica Jurídica, Teoria Crítica do Direito (Franz

Neumann e Otto Kirchheimer), Teoria Geral do Direito Privado e Direito do Trabalho.

Autor de diversos artigos científicos, livros e capítulos de livros em obras coletivas, entre outras produções bibliográficas. De seus livros menciona-se **“Fuga do Direito. Um estudo sobre o direito contemporâneo a partir de Franz Neumann”**.

12h30min às 14h00min. Intervalo de almoço.

14h00 às 18h00min. [previsão]. Jogos de Argumentação. Oficina de debates sobre caso hipotético.

1ª parte - Auditório Pedro Ribeiro Tavares. Caderno que apresenta os Jogos de Argumentação (legislação e 1ª cédula)

2ª parte – Mesas (33) no Foyer e Hall do TRT.

15h45 às 16h15min. Intervalo [corredor de acesso aos Plenarinhos, sobreloja]

3ª parte – Auditórios dos Plenarinhos (3).

4ª parte - Auditório Pedro Ribeiro Tavares. (Mesa Principal: 3 relatores). 2ª cédula

17h00min.

Comissão de Retrospectiva

Desembargadora Eneida Cornel

Juiz Reginaldo Melhado

Juiz Rafael Gustavo Palumbo

[término às 18h30min] Finalização dos Jogos de Argumentação

18.09.2013 - **8h00min.**

9h00 às 12h30min. Circuitos formativos.

Visita SESI/SENAI

Rua Senador Accioly Filho, 298 | Cidade Industrial - Curitiba.

Presidente da FIEP, **Edson Luiz Campanolo.**

Apresentação do Sistema S. Relatório de Gestão e Sustentabilidade.

3 Circuitos de visitação (6 grupos de magistrados).

Representação da Escola Judicial e do TRT 9ª Região. Desembargador Cássio Colombo Filho.

14h30min. às 16h40min. Diálogos sindicais. A pauta unificada de reivindicações das centrais sindicais.

Representantes de Centrais Sindicais: análise de temas cruciais às respectivas agendas.

CUT; Força Sindical; UGT; Nova Central (NCST) e CTB.

Sequência:

Mediador – Conselheiro, Desembargador Arion Mazurkevic

14:50-15:10 – CUT/PR – **Elias Jordão** [presidente da FETEC-CUT-PR]. A Pauta Unificada de Lutas das Centrais Sindicais e seus Pontos Gerais.

15:10-15:30 – UGT/PR – **Feliciano Moreira** [secretário de Relações Institucionais da UGT-PR]. Extinção do Fator Previdenciário.

15:30-15:50 – Força Sindical/PR – **Paulo José Zanetti.** Redução da Carga Semanal de Trabalho para 40h Semanais.

15:50-16:10 – CTB/PR – **Manoel Valdemar Barbosa Filho** [Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras

do Brasil]. Proposta de Ratificação da Convenção 158 da OIT.

16h30 às 16h45min. Intervalo

16h45min. Às 18h30min. Diálogos sobre o PJe/JT.

Desembargador Ricardo Antônio Mohallem (TRT 3ª Região) e Juiz José Hortêncio Ribeiro Junior (TRT 23ª Região) - **Coordenadores Nacionais para o PJe/JT de 1º e 2º Graus.**

19.09.2013 - **II Circuito Saúde Aprofundado. 8h30 às 12h00.**

Apresentação Conselheiro Paulo Conti.

8h30min. Palestra: “**Nutrição e saúde**”.

Dr. **Eduardo Polloni Silveira** (Nutrólogo)

Graduação em Medicina pela UFPR; Especialista em Nutrologia; Título de Especialista Clínico em Exercício pelo American College of Sports Medicine; Especialista em Nutrição Esportiva pela International Society of Sports Medicine; Membro da Obesity Society; Membro da Sociedade Americana de Endocrinologia; Membro da Sociedade Europeia de Nutrição Clínica e Metabolismo; Atualização em tratamento de obesidade pela Universidade de Harvard.

9h10min. “**Diálogo sobre atividade física**”.

Professor **Fábio M. Alonso** (Coordenador de Assessoria Esportiva)

Trainer Assessoria Esportiva. Licenciado em Educação Física (UFPR).

10h00min às 10h20min. Intervalo

Presidente de Mesa: Conselheira, Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha

10h20min às 11h00min. Palestra: “**Saúde cardiovascular no TRT9 – onde estamos e para aonde vamos?**”.

Palestrante: **Dra. Luciana de Cerjat Bernardes Pereira.**

Médica Cardiologista. Mestre em Cardiologia pela UFPR. Professora do Curso de Especialização em Cardiologia a Universidade Federal do Paraná, versões 2012 e 2013.

11h00min às 11h40min: Palestra: “**Prevenção de lesões esportivas**”.

Dr. Edmar Stiven Filho (Médico Ortopedista).

Médico Ortopedista e Traumatologista da Equipe Esportiva do Hospital VITA, Curitiba. Membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia do Joelho e Trauma do Esporte. Professor de Ortopedia na Universidade Federal do Paraná.

11h40min às 12h00min. Debates.

12h00min às 13h30min. Intervalo de almoço.

13h30 às 13h45min. Espaço reservado à Comissão de Saúde.

Desembargadora Rosalie Michaelle Bacila Batista e Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho.

13h45min às 15h30min. Painel. **A Carreira Judicial e seus impactos sobre o indivíduo e a instituição.**

Dra. Paolla Mylla T. Alves.

Médica Psiquiatra.

Professor Carlos Eduardo Athayde Guimarães (Coaching).

Professor e Presidente da FESP – Fundação de Estudos Sociais do Paraná, Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná e Coordenador do CONCEX-RI – Conselho de Comércio Exterior

e Relações Internacionais. Administrador de Empresas, Mestre em Finanças e Ph.D em Business Administration pela Florida Christian University, Estados Unidos.

Professor Tomas Drunkenmolle.

Mestre em Filosofia pela PUC-PR e New York University. Mestre em Neurociência Educacional na Harvard University, EUA. Possui vasta experiência internacional (EUA, América Latina, Europa e Ásia) como CEO e Diretor de Empresas. Pesquisou temas da primeira infância no Center on the Developing Child at Harvard University, Sistemas Dinâmicos de Educação e Desenvolvimento de Adultos na Harvard Graduate School of Education, e Negociação e Tomada de Decisões na Harvard Business School. É fundador da Mind, Brain and Cognition Ltda. e atua como consultor empresarial e educacional.

15h30min às 16h00min.

Homenagem da Escola Judicial ao Desembargador Tobias de Macedo Filho.

Presidente da Mesa: Diretora da Escola Judicial do TRT 9ª Região, Des. Marlene Fuverki Suguimatsu; Desembargador Tobias de Macedo Filho; Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira – Presidente AMATRA IX; Juiz Paulo Henrique Conti (homenagem).

Encerramento da III Semana Institucional. Desembargadora Marlene Fuverki Suguimatsu.

Treinamento sobre Argumentação Jurídica

Palestrante: Professora Vera Karam

Data: 17 de outubro de 2013

Local: Ematra IX

Organização: Escola Judicial e Amatra IX

Carga horária: 2 horas

Treinamento sobre Argumentação Jurídica

Datas: 21 e 22 de outubro; 23 e 24 de outubro

Palestrantes: Juízes Luiz Antonio Bernardo e Sandro Augustode Souza

Programação:

1) Histórico sobre a Conciliação. Diferenças das demais formas de resolução do conflito (adjudicação, mediação, facilitação, arbitragem). A conciliação como método para a resolução dos conflitos trabalhistas. Os movimentos do CNJ (a partir de 2007). A Resolução 125 do CNJ e a visão quanto à aplicação na Justiça do Trabalho. O Juizado Auxiliar de Conciliação de Curitiba.

2) Conciliação Ética. Função da Conciliação. Limites Internos (imposição x persuasão, pré-julgamento

x ponderação de riscos). Indicativos dos limites. Limites externos (interesses indisponíveis, autonomia da vontade);

3) Teoria dos Conflitos. Espiral de Conflitos. Dimensões dos Conflitos (econômico, jurídico, social, humano e psicológico). A figura do Juiz do Trabalho. Conflitos paralelos e outras questões intervenientes. Possibilidades e controvérsias sobre a figura do servidor conciliador;

4) Técnicas de Juízo Conciliatório. Posturas;

5) Procedimento;

6) Engenharia de Gestão Conciliatória;

7) Dificuldades concretas na prática conciliatória e o papel do juiz. Propostas retóricas. Tentativa de renúncia a direitos indisponíveis. Tentativa de lesão a direito de terceiro (conluio). Controvérsias ocultas. Litigância habitual, excessiva e repetitiva. Reclamado litigante habitual. Discussão sobre a relação secundária (honorários advocatícios). Partes desacompanhadas de advogados.

Carga Horária: 10 horas-aula

Encontro Regional sobre Conciliação Judicial

Período: 24 a 25 de outubro de 2013

Programação:

24.10.2013. 19h00. Conferência de Abertura Ministro do TST Fernando Eizo Ono. “O Papel do TST na Conciliação dos Conflitos de Trabalho de Maior Dimensão”.

25.10.2013. 09h00. Painel de Debates - “Quais os Limites Éticos para a Homologação de Acordos?”. 12h00. Intervalo. 14h00. Painel de Debates - “Vale a Pena ter um Conciliador?”. 16h00. Conferência de Encerramento. Professor Kazuo Watanabe “Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse e Utilização pelo Judiciário, como elementos de seu Instrumental, dos chamados Meios ‘Alternativos’ de Resolução de Controvérsias”

Local: Plenário Pedro Ribeiro Tavares – TRT da 9ª Região

Carga Horária: 10 horas-aula

II Fórum de Sustentabilidade – Cidadania e Justiça

Período: 21 e 22 de novembro de 2013

Programação

21.11.2013

09h00. Abertura. Conferência “Responsividade Social na Jurisdição”. Conferencista: Prof. Dr. Juarez Freitas. 12h00. Intervalo.

14h00. Painel I. “A Segurança dos Membros da Magistratura e do Ministério Público sob a Ótica da Sustentabilidade da Democracia”. Conferencista Prof. Alexandre Camanho de Assis (Procurador

Regional da República da 1ª Região)

1º Painelista: Prof. Dr. Eduardo Milléo Baracat (Juiz Federal do Trabalho)

2º Painelista: Prof. Aldacy Rachid Coutinho (Procuradora do Estado do Paraná)

15h40min. Intervalo

16h00 Conferência “A Sustentabilidade e seus Inimigos”. Conferencista: Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho.

22.11.2013

09h00 Conferência “Tutela Coletiva de Interesses Ambientais Trabalhistas”. Conferencista: Prof. Dr. João Humberto Cesário (Juiz Federal do Trabalho TRT 23ª Região)

10h20min. Intervalo

10h40min. Conferência “Critérios de Sustentabilidade nas Decisões Judiciais”. Conferencista: Professor Dr. Fernando Quadros da Silva (Desembargador Federal do TRTF da 4ª Região)

12h00 Intervalo

14h00 Conferência “Prerrogativas da Carreira da Magistratura na Sociedade do Século XXI”. Conferencista: Ministro Cezar Peluso.

15h00 Painel II. “O Exercício Sustentável do Direito de Greve à luz de uma Análise jurídico-sociológica”. Conferencista: Prof. Dr. Jorge Luiz Souto Maior (Juiz Federal do Trabalho TRT 15ª Região)

1º Painelista: Prof. Dr. Luiz Eduardo Gunther (Desembargador Federal do Trabalho – TRT da 9ª Região)

2º Painelista: Prof. Dra. Silvia Maria de Araújo

16h40min. Intervalo

17h00. Conferência de Encerramento “Sustentabilidade é Coisa Séria”. Conferencista: Prof. Dr. Mário Sérgio Cortella

Local: Plenário Pedro RibeiroTavares

Carga Horária: 16 horas

Direito do Trabalho e Terceirização: Teoria e Prática no Brasil e Uruguai

Período: 28 e 29 de novembro de 2013

Programação:

28.11.2013

Local: Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

19h00. Apresentação de Abertura Vera Karam Chueiri - Faculdade de Direito -UFPRValéria Rodrigues Franco da Rocha – Conselheira da Escola Judicial do TRT-PRJorge Rosenbaum - UDELAR - Uruguai19h30min. Conferência “O Empregador Complexo no Direito do Trabalho Uruguiaio”. Conferencista: Hugo Barreto Ghione (UDELAR - Uruguai)

29.11.2013

Local: Auditório da Escola Judicial

09h00 – Conferência “A Súmula 277 do TST e a Ultratividade das Convenções Coletivas”. Jorge

Rosenbaum - UDELAR – Uruguai.

9h45 - Painel I. “A Responsabilidade da Empresa Principal e das Subcontratistas no Marco das Novas Relações Interempresariais no Brasil e Uruguai”. Painelistas: Juan Raso Delgue (UDELAR - Uruguai); Jorge Rosenbaum - UDELAR – Uruguai; Hugo Fernández Brignoni (UDELAR - Uruguai); Aldacy Rachid Coutinho - (UFPR - Brasil). 10h30min - intervalo. Intervenções livres e debates

14h00 - Painel II. “Responsabilidade na Descentralização Produtiva: A Construção Jurisprudencial no Brasil e Uruguai” Painelistas: Rosina Rossi (UDELAR - Uruguai); Ana Rivas (Magistrada - Uruguai); José P. Rodriguez (Magistrado - Uruguai); Maria del Carmen Corujo (Magistrada Uruguai); Reginaldo Melhado (UEL/TRT-PR - Brasil); Arion Mazurkevic (EJ TRT-PR - Brasil) 16h30min - intervalo. Intervenções livres e debates 18h00 - Encerramento

Carga Horária: 10 horas

AGENDAS ESPECIAIS

[Atividades desenvolvidas além da organização e realização do Calendário de Formação Inicial e Continuada de Magistrados, bem como de Ações para a capacitação de servidores, anos 2012 e 2013]

Agenda 2013

Agenda da Conselheira Diretora da Escola Judicial

- **NOVEMBRO**

28 e 29 de novembro. Manaus, AM.

40ª reunião do CONEMATRA.

21 e 22 de novembro. Curitiba.

II Fórum de Sustentabilidade - Cidadania e Justiça.

Local: Plenário Pedro Ribeiro Tavares do TRT 9ª Região

Carga Horária: 16 horas-aula

20 de novembro, às 17h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

7ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013).

11 de novembro, às 15h00min.

Inspeção Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Visita à Escola Judicial do Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.

8 de novembro. Vitória, ES.

Encontro Nacional dos Diretores de Escolas da Magistratura.

- **OUTUBRO**

24 e 25 de outubro - Curitiba.

Encontro Regional sobre Conciliação.

24.10.2013. 19h00. Conferência de Abertura Ministro do TST Fernando Eizo Ono. “O Papel do TST na Conciliação dos Conflitos de Trabalho de Maior Dimensão”.

25.10.2013. 09h00. Painel de Debates - “Quais os Limites Éticos para a Homologação de Acordos?”.
12h00. Intervalo. 14h00. Painel de Debates - “Vale a Pena ter um Conciliador?”. 16h00. Conferência de Encerramento. Professor Kazuo Watanabe “Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse e Utilização pelo Judiciário, como elementos de seu Instrumental, dos chamados Meios ‘Alternativos’ de Resolução de Controvérsias”

Local: Plenário Pedro Ribeiro Tavares – TRT da 9ª Região

Carga Horária: 10 horas-aula

17 de outubro - Curitiba.

Aula de Argumentação Jurídica. Profa. Vera Karam Chueiri.

Palestrante: Professora Vera Karam

Carga Horária: 2 horas-aula

Local: Ematra IX

Organização: Escola Judicial e Amatra IX

Cursos “Teoria Geral do Juízo Conciliatório”

Datas, Locais e Palestrantes

10 e 11 de outubro: Cascavel – Juiz Sandro Augusto de Souza

10 e 11 de outubro: Maringá – Juiz Luiz Antonio Bernardo

17 e 18 de outubro: Ponta Grossa – Juiz Luiz Antonio Bernardo

17 e 18 de outubro: Londrina – Juiz Sandro Augusto de Souza

21 e 22 de outubro: Curitiba – Juiz Sandro Augusto de Souza

23 e 24 de outubro: Curitiba – Juiz Sandro Augusto de Souza

23 e 24 de outubro: Curitiba – Juiz Luiz Antonio Bernardo

Programação:

1) Histórico sobre a Conciliação. Diferenças das demais formas de resolução do conflito (adjudicação, mediação, facilitação, arbitragem). A conciliação como método para a resolução dos conflitos trabalhistas. Os movimentos do CNJ (a partir de 2007). A Resolução 125 do CNJ e a visão quanto à aplicação na Justiça do Trabalho. O Juizado Auxiliar de Conciliação de Curitiba.

2) Conciliação Ética. Função da Conciliação. Limites Internos (imposição x persuasão, pré-julgamento x ponderação de riscos). Indicativos dos limites. Limites externos (interesses indisponíveis, autonomia da vontade);

3) Teoria dos Conflitos. Espiral de Conflitos. Dimensões dos Conflitos (econômico, jurídico, social, humano e psicológico). A figura do Juiz do Trabalho. Conflitos paralelos e outras questões intervenientes. Possibilidades e controvérsias sobre a figura do servidor conciliador;

4) Técnicas de Juízo Conciliatório. Posturas;

5) Procedimento;

6) Engenharia de Gestão Conciliatória;

7) Dificuldades concretas na prática conciliatória e o papel do juiz. Propostas retóricas. Tentativa de renúncia a direitos indisponíveis. Tentativa de lesão a direito de terceiro (conluio). Controvérsias ocultas. Litigância habitual, excessiva e repetitiva. Reclamado litigante habitual. Discussão sobre a relação secundária (honorários advocatícios). Partes desacompanhadas de advogados.

Carga Horária: 10 horas-aula

- **SETEMBRO**

27 de setembro, às 09h30min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

6ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013).

16 a 20 de setembro - Curitiba.

III Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná.

- **AGOSTO**

26 e 27 de agosto - Curitiba (EJ TRT 9ª Região).

39ª Reunião do CONEMATRA, em Curitiba.

Representantes das 24 Escolas Judiciais de TRTs e Escolas Associativas estarão reunidos na EJ do TRT 9ª Região.

Palestra integrante da Programação do CONEMATRA “La Etica Judicial Iberoamericana”

Palestrante: Dr. Eber Omar Betanzos Torres (Mestre em Estudios Humanísticos por el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey; Doutor em Derechos Humanos de la UNED. Secretário Executivo da Comissão Iberoamericana de Ética Judicial). México

Data: 26 de agosto de 2013

Local: Auditório da Escola Judicial

Carga Horária: 02 horas-aula

23 de agosto, às 14h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

5ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013).

21 de agosto, às 19h00min - Curitiba [Aud. EJ, Av.Vicente Machado, 147, sl]

Seminário “Direitos Humanos: Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, com o professor Dr. Manuel Eugenio Gándara Carballido (Professor do Máster em Direitos Humanos da UPO, Sevilha, Espanha e Professor da Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, Venezuela).

Abertura da 3ª Turma de Especialização do Projeto Plurianual de Capacitação de Assessores e Assistentes de Gabinetes de Desembargadores e Juízes do TRT 9ª Região.

Local: Auditório da Escola Judicial

Horário: das 19h00 às 21h00

Carga horária: 2 horas-aula

15 e 16 de agosto - Foz do Iguaçu.

Seminário “Os Fundamentos Éticos e Históricos das Prerrogativas da Magistratura”.

Programação:

15.08.13. 18h00. Solenidade de Abertura e Pronunciamentos. 18h30/19h45min. –*Conferência “Fundamentos para uma Ética Judicial Contemporânea”*. Prof. Rodolfo Luis Vigo (Ministro da Corte Suprema de Justicia da Provincia de Santa Fe - ARG. Doutor em Ciencias Juridicas y Sociales pela Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina. Catedrático de “Ética Profesional”, “Filosofia Jurídica” e “Teoría Práctica de la Interpretación Jurídica” na Facultad de Derecho de la Universidad Austral de Buenos Aires e na Universidad Católica de Santa Fe). 19:45h/21:00h – Conferência *“Solidariedade e Responsabilidade: Um Olhar sobre os Fundamentos Éticos da Magistratura”*. Prof^a Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves (Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 21^a Região. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

16.08.13. 8h30 – Mesa de Abertura e Pronunciamentos. 8h45min./10h15min. – Conferência *“Prerrogativas da Magistratura: Passado e Futuro”*. Prof. Guilherme Guimarães Feliciano (Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho a 15^a Região. Livre-docente em Direito do Trabalho, Doutor em Direito Penal pela USP e Professor da Faculdade de Direito da USP. Diretor de Prerrogativas da ANAMATRA). 10h15min./10h30min. Intervalo. 10h30min./12h00 – Conferência *“O Papel do CNJ na Defesa das Prerrogativas e na Construção das Condições para o Exercício Pleno da Magistratura”*. Prof. Ivanir César Ireno Júnior (Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1^a Região. Mestre em Direito pela PUC do Rio de Janeiro). 12h00/13h30min. – Conferência *“As Relações do Judiciário com a Sociedade e a Mídia”*. Prof. Gladimir Nascimento (Jornalista, Secretário de Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba. Especialista em Sistema de Gestão Ambiental - PUC-PR e Mestre em Tecnologia e Meio Ambiente - UTFPR).

Local: Foz do Iguaçu

Carga Horária: 8 horas-aula

8 e 9 de agosto - Montevidéu, Uruguai.

Seminário Internacional sobre Direito do Trabalho e Terceirização: Teoria e Prática no Brasil e no Uruguai.

- JULHO

12 de julho - Curitiba

Conferência “Teoria Sistêmica, Risco e Direito”

Conferencista: Dr. Raffaele Di Giorgi

Local: Auditório da Escola Judicial

Horário: das 16h00 às 18h00

Carga horária: 2 horas

10 de julho - Curitiba

Tramitação de Recursos Ordinários pelo Sistema PJe-JT

Local: Laboratório de Informática II

Horário: das 14h00 às 17h00

Carga Horária: 03 horas-aula

3 e 4 de julho - Santo Domingo, República Dominicana.

Curso “Ética Judicial”. Promovido pela Comisión Iberoamericana de Ética Judicial (CIEJ) de la Cumbre Judicial Iberoamericana por meio da Escola Nacional de La Judicatura (ENJ) da República Dominicana.

- **JUNHO**

28 de junho, 14h00min às 18h00min - Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá.

“Diálogos da Magistratura Sobre a Nova Lei dos Motoristas Profissionais”.

Local: Sala de Capacitação da Escola Judicial do TRT9 e Sala nos Núcleos Regionais da Escola Judicial

Horário: das 14h00 às 18h00

Modalidade: Presencial e realizada nos Núcleos Regionalizados da Escola Judicial (Cascavel, Londrina e Maringá)

Carga Horária: 4 horas-aula

28 de junho, às 9h30min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

4ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013).

21 de junho, 14h00min às 18h30min - Curitiba.

Encontro “Temas Contemporâneos de Direito à Luz da Prática Jurídica”. Coord. Desembargador Luiz Eduardo Gunther.

Programação:

14h00 - Primeiro Seminário – Abertura. Palestrante: Desembargadora do TRT da 9ª Região e Professora Dra. Marlene Terezinha Suguimatsu. Tema: *Trabalho Decente em Face das Normas Internacionais do Trabalho*. 14h20 - Segundo Seminário Palestrante: Mestre Angélica Juste Camargo. Tema: *“O Papel do Estado na Proteção da Criança e do Adolescente: o Trabalho Artístico”* e lançamento do livro. 14h40 – Quarto Seminário. Palestrante: Desembargadora do TRT da 9ª Região Dra. Ana Carolina Zaina. Tema:

“A Comissão de Proteção Socioambiental do TRT – resultados”. 15h00 - Quinto Seminário. Palestrante: Desembargador do TRT da 9ª Região Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. Tema: “Ações Afirmativas”. 15h20 horas - Sexto Seminário. Palestrante: Mestre Simone Aparecida Barbosa Mastrantonio. Tema: Ações Afirmativas: Lançamento do Livro “Promoção da Cidadania Empresarial” Editora Juruá. 15h40 horas - Sétimo Seminário. Palestrante: Professor Luiz Eduardo Gunther. Tema: “A Uniformização de Jurisprudência pelo TRT da Nona Região”. 16:00 horas – Coffe Break. 16h20 horas - Oitavo Seminário. Palestrante: Mestre Juliana Cristina Busnardo. Tema: Lançamento do Livro “Tutela dos Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica na Atividade Empresarial” Editora Juruá. 16h40 horas - Nono Seminário. Palestrante: Professor Dr. José Affonso Dallegre Neto. Tema: “Teletrabalho e seus Efeitos Jurídicos”. 17:00 horas - Décimo Seminário. Palestrante: Mestre Vanessa Roberta do Rocio Souza. Tema: Lançamento do Livro “Flexibilização dos Direitos Trabalhistas & o Princípio da Proibição do Retrocesso Social” Editora Juruá. 17:20 horas - Décimo Primeiro Seminário. Palestrante: Mestre Maria Cecília Weigert Lomelino de Freitas Ahrens. Tema: Lançamento do Livro “Conflitos Coletivos de Trabalho - A Arbitragem como Método Alternativo de Resolução de Lides” Editora Juruá.

Local: Auditório da Escola Judicial do TRT9

Carga Horária: 4,5 horas-aula

12, 13 e 14 de junho - Auditório da Escola Judicial, Curitiba.

Curso “Aspectos Contemporâneos da Tutela Coletiva”. Professores Antonio Gidi e Sérgio Cruz Arenhart. 20 horas de formação continuada, presenciais.

Programação:

12.06.2013: 18h30 às 22h30min. – 1º Módulo – “Panorama Geral do Sistema de Tutela Coletiva” - Prof. Antonio Gidi

13.06.2013: 08h30min. às 12h30min. 2º Módulo – “Procedimento de Conhecimento das Ações Coletivas” – Prof. Sérgio Arenhart

14h00 às 18h00 – 3º Módulo – “Eficácia das Decisões e Cumprimento dos Provimentos Judiciais de Amplitude Coletiva” - Prof. Sérgio Arenhart

14.06.2013: 08h30min. às 12h30min – 4º Módulo – “As Class Actions do Direito Norte-Americano como Modelo para o Aprimoramento do Processo Coletivo Brasileiro” – Prof. Antonio Gidi

14h00 às 18h00 – 5º Módulo – “Um Novo Modelo Processual Coletivo para o Direito Brasileiro” - Prof. Antonio Gidi.

18h00. Encerramento.

Local: Auditório da Escola Judicial

Carga Horária: 20 horas-aula

7 de junho – Laboratório de Informática – Sala Pje/JT

Tramitação de Recursos Ordinários pelo Sistema PJe/JT

Carga Horária: 03 horas-aula

Instrutor: Desembargador Arion Mazurkevic

- **MAIO**

24 de maio, às 9h30min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

3ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013).

24 de maio – Laboratório de Informática – Sala PJe-JT

Tramitação de Recursos Ordinários pelo Sistema PJe-JT

Carga Horária: 03 horas-aula

Instrutor: Desembargador Arion Mazurkevic

09 e 10 de maio - Curitiba, UFPR e Escola Judicial

Ciclo de Estudos “**70 ANOS DA CLT: Os Desafios da Regulação do Trabalho no Brasil**”. Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFPR (9/05, às 18h30min e 10/5, às 9h00min); Auditório da Escola Judicial (às 14h00min). Inauguração da Galeria de Diretores da Escola Judicial e Conferência “Os 70 anos da CLT” proferida pelo Presidente do TST, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

Programação:

09.05.2013. 18h00. Exposição Fotográfica Prudente José Silveira Mello. Hall do Prédio da Faculdade de Direito da UFPR. Palestra “*Direito do Trabalho Efetivo: Homenagem aos 30 anos da AMATRA XII*” – José Carlos Kulzer, Marianna Coutinho e Oscar Krost (Coord)

18h30min. “*A Desconstrução Regulatória*”. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves (ABRAT), Danela Murada Reis (UFMG) e Silvia Araújo (UFPr).

10.05.2013. 09h00. “*Os Desafios da Regulação do Trabalho no Brasil*”. Conferencistas Magda Barros Biavaschi (Unicamp/CESIT), Juiz Reginaldo Melhado (UEL), Sayonara Gillo Coutinho Leonardo da Silva (UFRJ)

Conferências realizadas no Auditório da Escola Judicial do TRT da 9ª Região.

10.05.2013. 14h00. *“Até que Ponto as Consolidações Consolidam: o Lugar da Lei no Direito Contemporâneo”*. Conferencista Prof. Doutor António Manuel Hespanha (Universidade Nova de Lisboa)

15h00. Inauguração da Galeria de Diretores da Escola Judicial.

16h00. *“70 Anos da CLT”*. Conferencista Ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Locais: Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFPR e Auditório da Escola Judicial do TRT da 9ª Região

Carga Horária: 12 horas

03 de maio - Curitiba

Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho Doméstico

Local: Sala de Capacitação da Escola Judicial do TRT9

Carga Horária: 04 horas-aula

Modalidade: Presencial e realizada nos Núcleos Regionalizados da Escola Judicial (Cascavel, Londrina e Maringá)

Coordenadores Científicos: Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; Juiz Lourival Barão Marques Filho (Núcleo Cascavel); Juiz Sidnei Cláudio Bueno (Núcleo Cascavel); Juiz Marcus Aurélio Lopes (Núcleo Maringá); Juiz Manoel Vinícius de Oliveira Branco (Núcleo Londrina)

02 de maio - Curitiba, Laboratório PJe/JT-III da Escola Judicial (13h30min às 17h30min)

Curso de Formação de Magistrados e Capacitação de Servidores. **Tramitação de Recursos Ordinários pelo sistema PJe/JT** (expansão para o 2º Grau do TRT 9ª Região). Desembargadores da 2ª Turma e servidores vinculados aos Gabinetes, Secretaria de Turma, Vice-Presidência, SGP, SCJ, Corregedoria-Regional.

Carga Horária: 03 horas-aula

Instrutor: Desembargador Arion Mazurkevic

- **ABRIL**

30 de abril - Curitiba. Sala de Capacitação da Escola Judicial.

Início do **IV Curso de Formação Inicial dos Juizes Substitutos:** reuniões de ambientação profissional

(14h00min às 18h00min).

25 e 26 de abril – Curitiba.

Seminário e Oficina Pedagógica “**Trabalho e Saúde – Doenças Ocupacionais e a Prova Pericial**”.

Programação:

25.04.2013 - 08h10min. Visita técnica à Indústria O Boticário.

14h00. Abertura.

14h10min. Palestra “*Perícia Médica em Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR)*”. Palestrante Dr. Herton Coifman. Doutro em ORL pela USP. Professor Adjunto e Chefe da Otologia do Departamento de ORL da UFPR. Chefe da ORL do Hospital Nossa Senhora das Graças. Ex-residente estrangeiro de Hospitais de Paris.

15h00. Palestra “*Transtornos Psiquiátricos na Prática Pericial Trabalhista*”. Palestrante Dra. Paola Mylla T. Alves. Médica Psiquiatra que atua como perita nas Varas Trabalhistas de Curitiba, Pinhais, São José dos Pinhais e Ponta Grossa e na Justiça Federal.

15h50min. às 16h10min. Palestra “*A Gestão Judicial das Provas Periciais (A Experiência da Justiça Federal)*”. Juiz Federal José Antonio Savaris, compondo a 3ª Turma Recursal do Paraná do TRF da 4ª Região. Mestre em Direito Econômico e Social (PUC-PR) e Doutor em Direito da Seguridade Social (USP). Atualmente é Juiz Federal junto ao TRF 4ª Região, compondo a 3ª Turma Recursal do Paraná e a Coordenação Seccional dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

17h00. Palestra “*A Técnica da Perícia Oral em Audiência*”. Palestrante Dr. Lourival Barão Marques Filho – Juiz do Trabalho da Vara de Pinhais. 17h50min. Coffee Break. 19h15min. Compilação das Metas do Trabalho Seguro implementadas pelo TRT da 9ª Região – Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha.

19h30min. Painel e debates – “*Os Desafios dos Sujeitos do Processo em Face das Provas Periciais*” – Dra. Fernanda Marcon, Dr. José Affonso Dallegrave Neto (Doutor em Direito pela UFPR), Dr. Leslie Marc Dhaese.

26.04.2013. 08h10min. Visita técnica à Indústria O Boticário.

14h00. Palestra “*Danos da Iatrogenia Médica no Ato Judicial*”. Palestrante Dr. Benny Camlot. Palestra “*Técnicas de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Laudos Periciais*”. Dr. Ricardo del Segue Villas Boas. Especialista em Medicina do Trabalho pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho/ Associação Médica Brasileira (ANAMT/AMB) e em Medicina Legal e Perícia Médica. Membro do Comitê de Câmara Técnica de Perícias Médicas e Medicina Legal do Conselho Regional de Medicina do Paraná CRM-PR. Pós –graduado em Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático, pelo Instituto

Nacional de Medicina Legal – INML, Universidade de Coimbra-Portugal. Pós-graduado em Ergonomia pelo Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM, Paris, França. Mestre em Ergonomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 15h40min. às 16h00. Coffee Break.

16h20min. Palestra “*Principais Patologias Ortopédicas no Âmbito Pericial*”. Palestrante Dr. Fábio Martynetz.

17h10min. Palestra “*Aspectos Práticos da Aplicação das Tabelas na Quantificação dos Prejuízos Funcionais e Incapacidade Laboral*”. Palestrante Dr. Geraldo Celso Rocha. Médico do Trabalho, Perito Judicial nas áreas Trabalhista, Cível, Criminal, Previdenciária. Mestre e Doutorando em Engenharia de Produção – Ergonomia. Professor de Graduação (Direito – Medicina Legal) e Pós-Graduação (Engenharia de Segurança do Trabalho, Ergonomia).

Local: Auditório Pedro Ribeiro Tavares - Av. Carlos de Carvalho, 528

Carga Horária: 14 horas-aula

19 de abril, às 13h30min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

2ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013).

10, 11 e 12 de abril - Curitiba.

Curso de Processo Administrativo Disciplinar. [24 horas de formação continuada]

Programação:

10.04.2013 – das 19h às 21h - Romeu Felipe Bacellar Filho – “*O CNJ e o regime disciplinar dos magistrados*”;

11.04.2013 – das 08h às 12h – Daniel Wunder Hachem – “*Regime Constitucional do Processo Administrativo Disciplinar*”; das 13h às 18h – Ana Cláudia Finger – “*O Processo Administrativo Disciplinar na Lei nº 8.112/90 – Parte I*”;

12.04.2013 – das 08h às 12h - Vivian Lima López Valle – “*O Processo Administrativo Disciplinar na Lei nº 8.112/90 – Parte II*”; das 13h às 18h – Adriana da Costa Ricardo Schier – “*Incidência da Lei nº 9.784/99 no Processo Administrativo Disciplinar*”.

Local: Auditório da Escola Judicial - Av. Vicente Machado, 147 – sobreloja

Carga Horária: 20 horas-aula

8 de abril - Brasília .

Posse da Diretoria e Conselho da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho - ENAMAT.

4 e 5 de abril - Curitiba.

Oficina de Trabalho Decente e a Coletivização do Processo [Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo].

Programação:

04.04.2013. 8h30min. Abertura: Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra - Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 8h45min Tema: *“Fiscalização do trabalho e a prevenção”*. Palestrante: Dra. Lilian Carlota Rezende – Auditora Fiscal do Trabalho/SC. Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT). 9h30min. Tema: *“Procedimento e Aspectos Controvertidos da Ação Fiscal da Inspeção do Trabalho”*. Palestrante: Nailor Grossel – Auditor Fiscal do Trabalho/PR. 10h15min Intervalo. 10h30min Tema: *“Ações judiciais impugnando medidas impostas pela SRTE”*. Palestrante: Rita de Cássia Rezende, Advogada da União. 11h40min. Debates

18h30min Tema: *“Diagnóstico do trabalho escravo contemporâneo no Brasil”*. Palestrante: Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra - Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 19h40min Apresentação do Filme: *Aprisionados por Promessas*. 20h00 Intervalo

20h20min Tema: *“Processo coletivo e efetividade”*. Palestrante: Dr. Jônatas dos Santos Andrade, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Marabá/ PA. 21h50min. Debates

05.04.2013 (manhã)

8h30min. Tema: *“Prática processual coletiva”*. Palestrante: Dr. Marcus Menezes Barberino Mendes, Juiz Titular do Trabalho da 15ª Região, Campinas/SP. 10h00. Intervalo. 10h20min. Tema: *“Atuação do Ministério Público do Trabalho no Processo Coletivo”*. Palestrante: Dr. Jonas Ratier Moreno, Procurador do Trabalho da 24ª Região/MS. 11h50min. Debates.

Local: Auditório da Escola Judicial - Av. Vicente Machado, 147 – sobreloja

Carga Horária: 12 horas-aula

- **MARÇO**

26 de março, às 19h00min - Curitiba.

Seminário **“Crise do Capital e o Mundo do Trabalho no Brasil Atual”**.

Programação. Abertura. Presidente da Mesa. Desemb. Marlene T. Fuverki Suguimatsu. Integrantes da Mesa. Mirian Gonçalves (Secretária Municipal do Trabalho); Aldacy Rachid Coutinho (Presidente da Academia Paranaense de Direito do Trabalho); Wilson Ramos Filho (Coordenador Geral do GP-TREC).

Palestrantes Márcio Túlio Viana (PUC-MB/UFMB). Giovanni Alves (UNESP-Marília) Sayonarara Grillo

Coutinho Leonardo da Silva (UFRJ).

Moderador: Leonardo Vieira Wandelli (UNIBRASIL/TRT-PR). 21h30. Lançamento de Livros

Data: 26 de março de 2013

Local: Auditório da Escola Judicial do TRT da 9ª Região – Rua Vicente Machado, 147 – sobreloja

Carga Horária: 02:30 horas aula

7 e 8 de março - Curitiba.

Seminário “**Gestão do Tempo e da Forma no Processo**”.

Programação:

07.03.2013. 14:00 – Abertura – Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu - Diretora da Escola Judicial do TRT 9ª Região

14:10 – Painel – Gestão do Fluxo Processual no PJe/JT (Relato de Experiência de Implantação do PJe/JT em Vara do Trabalho e Gabinete) – Juíza Odete Grasselli e Desembargador Arion Mazurkevic - TRT 9ª Região.

15:00 – Palestra – A Gestão Documental com o Advento do Processo Eletrônico. – Ana Rosa de Sá Barreto - Coordenadora de Gestão Documental e Memória do Tribunal Superior do Trabalho.

15:50 – coffee break

16:10 – Palestra – Amostra Estratificada Representativa no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Joaquim Otávio Pereira da Silva Junior - Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico do Tribunal Superior do Trabalho.

17:30 – Abertura da Exposição “O Trabalho Rural” – Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Presidente do TRT 9ª Região, com relato sobre a Sindicalização do Trabalhador Rural no Estatuto de 1963 pelo Desembargador Pretextato Pennafort Tabora Ribas Neto.

18:30 - Intervalo

19:30 – Conferência – A Preservação da Memória da Justiça do Trabalho no Brasil: da Menoridade à Emancipação – Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani. Vice Diretora da Escola Judicial do TRT da 15ª Região. Doutora em Direito pela USP.

08.03.2013. 09:00 – Palestra “*Execução Trabalhista: Dinâmica e Crise Estrutural*” - Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho - TRT da 15ª Região. Doutor em Direito pela USP.

10:20 – coffee break

10:40 – Palestra “*Preservação e Restauração de Documentos*” – Maria Márcia Pontarolli Dalledonne. Professora Especialista no PET - Programa de Especialização Tecnológica de Preservação/Conservação/Restauração de Documentação Gráfica pela ABER.

14:00 – Palestra “PJe/JT Impactos nas Rotinas de Trabalho e na Gestão Documental” - Juiz de Direito Marivaldo Dantas de Araújo (Estado do Rio Grande do Norte) e Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ. MBA em Poder Judiciário pela FGV.

15:00 – Palestra “*Projeto Horizontes e Gestão Documental*” – Juiz Cássio Colombo Filho (TRT 9ª Região). Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT 9ª Região. Mestre em Direito pela UniBrasil.

15:50 – coffee break

16:10 – Palestra “*Processamento e Recuperação da Informação Arquivística: A Gestão Documental e a Recuperação Rápida e Acessível ao Cidadão da Informação nos ciclos de vida dos Documentos*” – Maria das Graças Bürger Fantonelli - Arquivista do Ministério da Saúde e Professora Convidada de Curso de Pós Graduação da Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Ciência da Informação.

17:00 – Conferência de Encerramento “*A Gestão do Tempo e as Metas do Judiciário*” - Desembargador Célio Horst Waldruff (TRT 9ª Região). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da UFPR. Professor da UFPR.

Local: Plenário Pedro Ribeiro Tavares - Al. Carlos de Carvalho, 528 (TRT 9ª Região)

Carga Horária: 14 hora-aula

4 de março, às 9h00min. - Brasília.

6ª Reunião do SIFMT [biênio 2011-2013] - Sistema Integrado de Formação de Magistrados, na Sala da Direção da ENAMAT.

1º de março, às 14h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

1ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)

- **FEVEREIRO**

28 de fevereiro, às 17h00min. às 19h00min.

Reunião de desdobramento do Enunciado 13 da II Semana Institucional – “Liquidação de Ações Coletivas em Interesses Homogêneos” [Auditório da EJ, Av. Vicente Machado, 147, sobreloja - Curitiba]

Local: Sala de Informática – Av. Vicente Machado, 147 – sobreloja.

Carga Horária: 02 horas-aula

25 e 26 de fevereiro. Porto Alegre.

Reunião CONEMATRA [EJ TRT 4ª Região].

Agenda 2012

- **DEZEMBRO**

7 de dezembro - 14h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

10ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

- **NOVEMBRO**

27 de novembro. Campo Grande - MS

5ª Reunião do SIFMT, biênio 2012-2013 (ENAMAT).

12 e 13 de novembro. São Luis - MA

Reunião do CONEMATRA.

9 de novembro - 14h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

9ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

8 e 9 de novembro, Auditório da EJ, Curitiba.

Seminário “Direito Sindical e Democracia”. Programação dos Cursos de Especialização em Direito destinado a servidores da atividade-fim.

- **OUTUBRO**

26 de outubro, às 14h00min. - Curitiba.

Reunião de avaliação da II Semana Institucional.

19 de outubro, às 10h00min. - Curitiba.

Instalação do PJe/JT.

17 de outubro, das 10h00min às 18h00min. - Curitiba.

Formação para o PJe/JT.

5 de outubro - 14h30min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

8ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

- **SETEMBRO**

24 a 27 de setembro - Curitiba.

II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná.

14 de setembro - 14h00min - Curitiba.

Reunião de trabalho para definir ações de formação para o PJe/JT.

- **AGOSTO**

27 e 28 de agosto - Florianópolis (TRT-12ª Reg.).

Reunião do CONEMATRA.

17 de agosto - 9h00min. às 18h00min. Curitiba.

1ª Oficina (Curso e Oficina Pedagógica - Articulação Interinstitucional para a Tutela dos Interesses Coletivos do Trabalho)

10 de agosto - 16h00min. Curitiba.

Reunião da Comissão Organizadora da II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná.

10 de agosto - 14h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

7ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

6 de agosto - 14h00min. - videoconferência (ENAMAT).

Reunião on line com o Ministro Diretor da ENAMAT, preparatória para as ações de implantação do PJ-e.

- **JULHO**

2 de julho - 16h00min. - Gabinete da Direção da Escola Judicial.

Reunião da Comissão Organizadora da II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná.

- JUNHO

29 de junho - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Florianópolis - Encontro Regional Sul/CNJ.

Representação do TRT-9ª Região e da Escola Judicial no “Programa de Valorização da Magistratura - Unidos em Busca de Soluções”.

22 de junho - 14h00min. - Gabinete da Escola Judicial.

6ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

15 de junho - 14h00min. - Reunião para apresentação da Proposta Orçamentária 2013.

Gabinete da Presidência.

11 de junho - 16h30min. - Gabinete da Presidência.

Reunião com a Desembargadora Presidente. II Semana Institucional.

Dias 4 e 5 de junho - Goiânia.

Reunião do CONEMATRA [EJ TRT-18ª Região].

- MAIO

29 de maio - 19h00min., Curitiba, Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFPR.

Lançamento do livro “Direitos da Personalidade”, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Miranda (Catedrático da Univ. de Lisboa), que proferirá a palestra “*Direitos da Personalidade e Direitos Fundamentais*”. O Juiz do Trabalho Maurício Mazur é autor do capítulo “*A dicotomia entre os direitos de personalidade e os direitos fundamentais*”, resultante de investigação parcial no Curso de Mestrado em Direitos Fundamentais na FDUL, como bolsista da ENM e licenciado para estudos pelo TRT-9.

24 e 25 de maio – Curitiba - Auditório do Pleno.

1º Encontro Nacional de Conciliação Trabalhista (23 de maio). Seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”. (Al. Carlos de Carvalho, 528, dias 24 e 25 de maio).

23 de maio – Curitiba – Auditório da Escola Judicial.

1º Encontro Nacional de Conciliação Trabalhista. Grupos de Trabalho - Núcleos de Conciliação. (Av. Vicente Machado, 147, sobreloja).

18 de maio - 14h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

5ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

07 de maio – das 9h00min. às 12h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

Reunião de Atualização do Projeto Político-Pedagógico.

- **ABRIL**

2 de abril - Cascavel.

Instalação do Núcleo Regional da Escola Judicial, em Cascavel, durante agenda de visita oficial da Desembargadora Presidente à Região.

13 de abril - Campinas.

Reunião do Conematra (EJ TRT-15ª Região).

12 e 13 de abril - Curitiba - Auditório do Pleno.

Seminário “O direito fundamental à tutela jurisdicional eficaz” (Al. Carlos de Carvalho, 528).

19 de abril - 17h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

4ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

20 de abril – Porto Alegre.

Representação da Escola Judicial e participação em reunião promovida pela **Escola Judicial do TRT- 4ª Reg. (Porto Alegre)**. Programação composta por conferência proferida pela Professora da Universidade de Paris, Marie-France Hirigoyen, que tratou da diminuição do assédio moral no ambiente de trabalho; e conferência “**Saúde, Subjetividade e Trabalho na Empresa e na Instituição Judicial**”, ministrada pelo psiquiatra, psicanalista, pesquisador e professor de Psicologia do Trabalho francês, Dr. Christophe Dejours.

23 de abril - Brasília (ENAMAT).

3ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT [biênio 2011-2013] coordenada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), em Brasília - DF.

27 de abril - 14h00min. – Gabinete Escola Judicial.

Reunião da Comissão preparatória à II Semana Institucional.

27 de abril - 16h30min. – Gabinete Escola Judicial.

Reunião da Diretoria da Escola Judicial (Diretora, Vice-Diretora, Coordenador e Vice-Coordenador).

- **MARÇO**

15 e 16 de março. Curitiba.

Seminário “Trabalho como questão de Direitos Humanos”.

23 de março - 9h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

3ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012).

30 de março - 9h00min.

Reunião com o Presidente da Comissão de Informática e apresentação do PJE.

- **FEVEREIRO**

09 e 10 de fevereiro - Fortaleza.

Reunião do Conematra, em Fortaleza (EJ TRT-7ª Região).

10 de fevereiro - 9h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

2ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012). (Presidência Desembargadora Vice-Diretora).

- **JANEIRO**

20 de janeiro - 14h00min. – Gabinete Diretoria da Escola Judicial.

1ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial, em 2012.

**Demais Conselheiros da Escola Judicial: Agenda de representações
e realização de cursos**

Conselheiro	Evento	Data/2013	Local
Coordenador	VII Congreso Iberoamericano sobre Cooperación Judicial	26 a 28 de novembro	Faculdade de Direito – Buenos Aires
Todos	Inspeção Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. Visita à Escola Judicial do Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.	11 de novembro, às 15h00min.	EJ
Coordenador	Seminário de Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional	23 de outubro	CNJ (Brasília)

Coordenador	Coordenação dos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º CFI – Módulo Regional	Distribuídos entre 30 de abril a 13 de dezembro	EJ
Desembargador Cássio Colombo Filho	Coordenação dos CFI	julho	EJ
Desembargador Cássio Colombo Filho	2º Curso de Formação de Formadores Interinstitucional: ENM-FR/ENAMAT/CEJ-CJF	26 a 30 de agosto	Rio de Janeiro (EJ 1ª Região)
Todos	39ª Reunião do CONEMATRA	26 e 27 de agosto	Curitiba (EJ TRT 9ª Região).
Desembargadora Ana Carolina Zaina, Vice-Diretora	1ª Reunião do SIFMT [biênio 2013/2015] - Sistema Integrado de Formação de Magistrados	15 e 16 de agosto	ENAMAT/Brasília
Diretora e Desembargador Arion Mazurkevic	Seminário Internacional sobre Direito do Trabalho e Terceirização: Teoria e Prática no Brasil e no Uruguai./ Encontro Derecho Del Trabajo y Terceirización: Teoria y Práctica em Brasil y Uruguai	9 de agosto	Montevideú, Uruguai.
Todos	Reuniões preparatórias e de avaliação da III Semana Institucional da Magistratura do Trabalho	Agosto, setembro e outubro	EJ
Vice-Diretora	Coordenação Científica da Conferência "Teoria Sistêmica, Risco e Direito". Conferencista: Dr. Raffaele Di Giorgi	12 de julho	EJ
Desembargador Arion Mazurkevic, Desembargador Cássio Colombo Filho e Juiz Lourival Barão Marques Filho	3º Curso de Formação de Formadores em PJe/JT	26 e 27 de junho	ENAMAT/Brasília
Coordenador	Reunião CONEMATRA	4 e 5 de junho	EJ 18ª Região
Diretora, Coordenador, Desembargador Cássio Colombo Filho	Coordenação Científica do Seminário/Oficina "A Gestão do Tempo e da Forma no Processo"	7 e 8 de março	EJ

Desembargador Arion Mazurkevic, Desembargador Cássio Colombo Filho e Juiz Lourival Barão Marques Filho	Multiplicadores de Ações Formativas de magistrados para o Pje/JT	Cursos realizados desde março de 2013	EJ
Juiz Lourival Barão Marques Filho	Coordenação dos Diálogos da Magistratura sobre o Trabalho Doméstico	3 de maio	Núcleo Regional de Cascavel
Diretora, Coordenador, Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha e Juiz Lourival Barão Marques Filho	Coordenação científica do Seminário Trabalho e Saúde – Doenças Ocupacionais e a Prova Pericial	25 e 26 de abril	Curitiba
Desembargador Cássio Colombo Filho e Juiz Lourival Barão Marques Filho	Curso de Formação de Tutores: Módulo Processo de Formação e Práticas de Ação	8 de abril	Natal, Rio Grande do Norte (EJ 21ª Região)
Desembargador Arion Mazurkevic	Curso de Editor Estruturado de Sentenças do Pje/JT – Módulo 2º Grau (Desembargadores)	26 de fevereiro	CSJT/Brasília
Coordenador	Reunião do CONEMATRA	25 e 26 de fevereiro	Porto Alegre (EJ 4ª Região)
Juiz Lourival Barão Marques Filho	Curso de Editor Estruturado de Sentenças do Pje/JT – Módulo 1º Grau	24 de janeiro	CSJT/Brasília
Todos	7ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)	20 de novembro, às 17h00min.	EJ
Todos	6ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)	27 de setembro, às 09h30min.	EJ
Todos	5ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)	23 de agosto, às 14h00min.	EJ
Todos	4ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)	28 de junho, às 9h30min.	EJ
Todos	3ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)	24 de maio, às 9h30min.	EJ
Todos	2ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)	19 de abril, às 13h30min.	EJ

Todos	1ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2013)	1º de março, às 14h00min.	EJ
-------	---	---------------------------	----

Conselheiro	Evento	Data/2012	Local
Vice-Coordenador, Juiz Eduardo Milléo Baracat	Convênio ENAMAT/EMN FR. Curso L'ENQUÊTE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE	novembro	Ecole Nationale De La Magistrature - Paris. Fr
Diretora (Coordenação Administrativa), Vice-Diretora, Coordenador, Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Coordenadores-Adjunto); Comissão Organizadora Desembargador Arion Mazurkevic, Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha, Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho e Juiz Lourival Barão Marques Filho	Reuniões preparatórias, de estruturação e avaliação da II Semana Institucional.	Abril a outubro.	EJ
Coordenador	Reunião CONEMATRA	27 e 28 de agosto	Florianópolis
Diretora, Coordenador e Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira	Coordenação Científica do Seminário Direito Constitucional Desportivo do Trabalho	23 e 24 de agosto de 2012	Foz do Iguaçu
Diretora e Coordenador	"Programa de Valorização da Magistratura - Unidos em Busca de Soluções".	29 de junho	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Florianópolis - Encontro Regional Sul/CNJ.
Desembargador Arion Mazurkevic	2º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (Pje/JT)	22 de agosto	ENAMAT
Diretora, Coordenador, Desembargador Cássio Colombo Filho	Coordenação Científica do Seminário "O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Eficaz"	12 e 13 de abril	EJ
Coordenador	Reunião do CONEMATRA	13 de abril	EJ TRT-15ª Região

Diretora, Coordenador, Desembargador Arion Mazurkevic e Desembargador Cássio Colombo Filho	Coordenação Científica do Seminário “Trabalho como Questão de Direitos Humanos”	15 e 16 de março	EJ
Todos	10ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	7 de dezembro - 14h00min.	EJ
Todos	9ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	9 de novembro - 14h00min.	EJ
Todos	8ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	5 de outubro - 14h30min.	EJ
Todos	7ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	10 de agosto - 14h00min.	EJ
Todos	6ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	22 de junho - 14h00min.	EJ
Todos	5ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	18 de maio - 14h00min.	EJ
Todos	4ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	19 de abril - 17h00min.	EJ
Todos	3ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	23 de março - 9h00min.	EJ
Todos	2ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	10 de fevereiro - 9h00min.	EJ
Todos	1ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial (2012)	20 de janeiro - 14h00min.	EJ

NOVO CONSELHO DA ESCOLA JUDICIAL

Às 14h00min de 13 de dezembro de 2013, no Auditório e na sala da Direção situadas à Avenida Vicente Machado, 147, sobreloja, Curitiba, Paraná, ocorreu a primeira reunião do novo Conselho Administrativo da Escola Judicial do TRT da 9ª Região.

Sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Célio Horst Waldruff (Diretor) estiveram presentes os Excelentíssimos Conselheiros, Desembargador Cássio Colombo Filho (Vice-Diretor), Juiz Lourival Barão Marques Filho (Coordenador), Juiz Fernando Hoffmann (Vice Coordenador), Desembargadores Arion Mazurkevic e Francisco Roberto Ermel, Juízes Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, Suely Filippetto, Camila Gabriela Greber Caldas e Fernanda Hilzendeger Marcon e representando a AMATRA – IX a Juíza Lisiane Sanson Pasetti Bordin.





TRTPR
ESCOLA JUDICIAL

escolajudicial@trt9.jus.br